

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Veridiana Dalla Vecchia

Meio ambiente e Desenvolvimento no discurso do jornalismo de
economia: a questão energética no jornal *Valor Econômico*

Porto Alegre
Março de 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Veridiana Dalla Vecchia

Meio ambiente e Desenvolvimento no discurso do jornalismo de
economia: a questão energética no jornal *Valor Econômico*

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do grau de mestre em Comunicação e
Informação pelo Programa de Pós-Graduação em
Comunicação e Informação da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

Porto Alegre

Março 2014

Agradecimentos

A conclusão deste projeto não teria sido possível sem o auxílio de pessoas fundamentais e prestativas nesta caminhada. À minha orientadora, Ilza Girardi, um agradecimento especial pela ajuda, paciência e horas de conversa sobre a pesquisa e a vida. Aos professores e aos colegas do PPGCom, meu muito obrigada pelo apoio, pelo compartilhamento de angústias e dúvidas, e pelas infinitas risadas. À minha família e ao meu marido, que entenderam minhas ausências. Por fim, à Ufrgs, *alma mater*, que mais uma vez me acolheu e permitiu que me dedicasse a temas que me são caros, o jornalismo e o meio ambiente.

Este manifesto dirige-se àqueles que estão ainda dispostos a pensar, a repensar, inclusive, seu próprio esquema mental, seus valores. Dirigimo-nos aos jovens ainda não acomodados e aos não jovens ainda idealistas, aos intelectualmente alertas dispostos a fazer sacrifícios por um mundo melhor, mais sábio.

José Lutzenberger, Manifesto Ecológico Brasileiro, 1980

Resumo

Esta pesquisa trata da relação entre o meio ambiente e os conceitos de crescimento e desenvolvimento no jornalismo de economia, com o objetivo de identificar como esses assuntos são abordados. Para construir o trabalho, foi analisado o jornal *Valor Econômico*, por ser a principal publicação diária de economia do país, e escolhida a questão energética como foco da análise. Na parte teórica do trabalho é apresentado um resgate histórico do pensamento econômico a fim de buscar entender como se chegou ao atual paradigma desta ciência. São usados autores como Leff, Caporal e Costabeber, Latouche e Georgescu-Roegen para traçar um panorama do pensamento ecológico ligado à economia. Para analisar os conceitos de desenvolvimento e crescimento, são utilizadas as teorias de Giddens, Sen e Furtado. As considerações de Berger e Luckmann e Park são empregadas para explicar que este trabalho entende o jornalismo como forma de conhecimento e construção da realidade. Também há referências às teorias de Charaudeau e Foucault sobre a verdade e o discurso jornalístico. O estudo do material coletado foi feito por meio da teoria da Análise do Discurso, por meio da qual foram examinadas 419 sequências discursivas presentes em 130 textos. No exame do *corpus*, observou-se que o discurso do *Valor Econômico* está fundamentalmente vinculado à ideia de necessidade de crescimento econômico. O meio ambiente, quando aparece, ocupa lugar secundário e não há questionamento sobre o atual modelo de desenvolvimento.

Palavras-chave: Jornalismo, Jornalismo Econômico, Economia, Meio Ambiente, Crescimento e Desenvolvimento.

Abstract

This thesis focuses on the relation between the environment and the concepts of growth and development in economic journalism in order to identify how these issues are addressed. To do so, the newspaper *Valor Econômico* was chosen due to its position as the Brazilian main economic publication and the energy issues selected as focus of analysis. The theoretical part of the work presents a historical review of economic thought in order to seek to understand how we arrived at this science current paradigm. Authors as Leff, Caporal and Costabeber, Latouche and Georgescu-Roegen are used to give an overview of ecological thought linked to the economy. The concepts of development and growth are examined through the theories of Giddens, Sen and Furtado. The considerations of Berger and Luckmann and Park are employed in order to explain that this work considers journalism as a form of knowledge and construction of reality. There are also references to the theories of Foucault and Charaudeau about truth and journalistic discourse. The study of the material was processed by means of the theory of discourse analysis using 419 sequences present in 130 texts. On examination of the corpus, it was observed that the speech of *Valor Econômico* is fundamentally linked to the idea of the need for economic growth. The environment, when it appears, occupies second place and there is no questioning about the current development model.

Keywords: Journalism, Economic Journalism, Economy, Environment, Growth and Development.

Sumário

1 Introdução.....	8
2 Economia	13
2.1 A Ciência Econômica e seu Atual Paradigma.....	13
2.2 Desenvolvimento e Crescimento.....	19
2.3 Economia e Meio Ambiente.....	24
2.4 A Questão Energética	31
3 Jornalismo.....	35
3.1 Conhecimento e Discurso	35
3.2 Jornalismo e Meio Ambiente	41
4 Objeto e Metodologia	46
4.1 O Valor Econômico.....	46
4.2 Corpus	49
4.3 Enquadramento Metodológico	50
5 O Discurso do <i>Valor Econômico</i>	54
5.1 Crescimento	56
5.2 Desenvolvimento	64
5.3 Meio Ambiente	67
6 Considerações Finais.....	76

Referências

Anexos

Anexo 1 – Tabela: Classificação do textos conforme viés predominante na matéria

Anexo 2 – Tabela: Sequências discursivas

1 Introdução

Essa pesquisa surgiu do interesse pela questão ambiental e da preocupação sobre o uso que o jornalismo vem fazendo desse assunto. Visto que atualmente a comunidade científica está de acordo, com raras exceções, sobre a urgência da tomada de medidas que minimizem as consequências do aumento da temperatura do planeta, busco verificar como o jornalismo repassa essas informações a seu público.

Nesse processo, detenho-me ao jornalismo de economia, por tratar-se de um campo estreitamente ligado às questões ambientais, já que, como indica extensa bibliografia a respeito, o modelo atual e global de crescimento econômico é o grande responsável pela degradação ambiental. Concentro o estudo no que diz respeito à relação entre economia e meio ambiente em matérias relacionadas à questão energética, verificando o que o jornal *Valor Econômico* externa a esse respeito, e se existem contradições em seu discurso. Procuo entender até que ponto este veículo de comunicação defende — ou apenas manifesta — a possibilidade de uma mudança de modelo econômico visando preservar a vida humana no planeta e se ele faz esse tipo de relação. Para mapear os sentidos que perpassam as páginas do *Valor Econômico*, uso a Análise de Discurso (AD) de linha francesa.

Há décadas se fala em ecologia, sustentabilidade e limites do crescimento econômico. Inúmeros estudos científicos de várias partes do mundo já comprovaram a emergência do problema ecológico e que suas causas são especialmente as atividades humanas. A voracidade do crescimento econômico na forma atual, com a sempre maior necessidade de utilização de recursos naturais, tem impedido a natureza de completar seus ciclos naturais de recuperação. Retiramos dela mais do que ela pode repor, e isso se reflete nas mais diversas formas de poluição e no aquecimento global, que, se não for estancado, poderá trazer graves ameaças à vida humana. Se é inegável que o modelo econômico de crescimento contribuiu para o aquecimento global e, conseqüentemente, para os problemas que surgem dele, a forma de resolver essa questão não é tão clara e se relaciona diretamente a diferentes maneiras de pensar a vida em sociedade e a relação com a natureza.

Entendo que, como quase todos os aspectos da vida estão relacionados entre si, assuntos tão importantes como meio ambiente e economia precisam estar interligados. O pensamento ecológico pressupõe que fazemos parte de um todo completamente conectado e dependente, porém, a economia está ainda bastante relacionada a uma postura de racionalidade instrumental e utilitarista. Tanto que grande parte do pensamento econômico ainda entende desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, sem conseguir desvincular um conceito do outro.

A partir dessas considerações, surgem questões como: o que o jornalismo de economia entende por desenvolvimento? O discurso jornalístico de economia dá visibilidade às contradições entre essas visões de mundo? Existe contradição entre o que é apresentado ao público sobre meio ambiente, de um lado, e crescimento, de outro? Ao tentar responder a essas perguntas, trago como pressuposto que a produção jornalística é fruto de influências pessoais, econômicas, sociais, ideológicas, culturais e históricas, numa articulação de forças que ora pendem para um lado, ora para outro. No caso do jornalismo econômico e de sua relação com a questão ambiental, essa articulação de forças se dá de forma ainda mais delicada, já que — ao menos para os grandes veículos de comunicação — o modelo econômico atual também sustenta a produção jornalística. No entanto, mesmo sendo um documento público, transitório e efêmero, sujeito a todas as influências, a notícia se caracteriza por ser importante enquanto forma de conhecimento do que é real. Por isso, tento aqui apontar o que o jornalismo de economia entende (ou manifesta, mesmo que implicitamente) sobre a relação entre crescimento econômico, desenvolvimento e meio ambiente.

Apesar da intrínseca relação entre crescimento econômico e aquecimento global, existem poucas pesquisas que analisam qual é a abordagem do jornalismo econômico frente a essa relação. Há inúmeras teses e dissertações sobre jornalismo ambiental e a cobertura relacionada ao meio ambiente. Muitas trazem grande contribuição sobre a importância de se tratar a questão ambiental a partir de uma visão mais ampla, relacionando aspectos econômicos, sociais e políticos. Conforme Girardi e Loose (2009), o jornalismo ambiental tem um olhar abrangente e complexificado das pautas, relacionando-o com o cotidiano e trazendo explicações que conectam o ambiente com a economia, a política, a cultura e a qualidade de vida no planeta. Porém, nas outras áreas

do jornalismo nota-se uma imensa dificuldade em se tratar o todo. Essa fragmentação das disciplinas tem sido alvo de constantes críticas de muitos pensadores — entre eles Edgar Morin e Fritjof Capra — que entendem que a separação tornou a ciência reducionista, dividida em conceitos muito rígidos de fronteiras disciplinares. Porém, enquanto em muitos campos do conhecimento essas críticas vêm sendo pensadas e trabalhadas, grande parte do jornalismo feito hoje continua seguindo o viés da separação e da especialização.

O trabalho foi dividido em seis partes. Além desta “Introdução” e das “Considerações Finais”, a análise transcorre pelos capítulos “Economia”, “Jornalismo”, “Objeto e Metodologia”, e “O Discurso do *Valor Econômico*”.

Na primeira parte da análise, dedicada à economia, me propus a fazer um pequeno resgate histórico do pensamento econômico a fim de buscar entender como chegamos ao atual paradigma desta ciência, realizar uma reflexão sobre os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico, evidenciar as relações existentes entre economia e meio ambiente e a importância da questão energética neste contexto.

Nesta fase do trabalho, trouxe autores como Leff (2010), Caporal e Costabeber (2000) e Latouche (2009), que defendem que só é possível solucionar o problema ambiental adotando uma racionalidade ecológica, o que implicaria em outra forma de economia, não baseada na ideia de crescimento infinito. Leff ainda relaciona duas correntes que tentam conciliar crescimento econômico e a preservação ambiental: a economia ambiental e a economia ecológica. Outros autores — como Georgescu-Roegen (2003) — também entendem que não existe possibilidade de crescimento econômico infinito com base na exploração dos recursos naturais sem que isso determine a destruição da espécie humana. Na mesma época na qual Georgescu-Roegen apresentou seu artigo sobre a lei da entropia aplicada à economia (*The Entropy Law and the Economic Process*), no início dos anos 1970, Celso Furtado e Clóvis Cavalcanti iniciavam no Brasil uma construção teórica correspondente (ASSIS, 2006). O principal alvo da crítica desses autores é o pensamento neoclássico, que concentra suas análises na produção e no consumo, ignorando os impactos dos processos econômicos sobre o meio ambiente.

Na segunda parte do trabalho, faço uma reflexão sobre a abordagem dada pelo jornalismo sobre desenvolvimento, crescimento e meio ambiente. Analiso essa questão em duas subdivisões, do jornalismo como forma de conhecimento e discurso, e da relação entre jornalismo e o meio ambiente. Na primeira subdivisão, trago autores como Berger e Luckmann (2009) e Park (2008), que entendem o jornalismo como forma de conhecimento e construção da realidade. Porém, não como uma construção planejada, como um quarto poder, mas como instância que influencia e é influenciada pela sociedade e suas questões econômicas, históricas e sociais. Também faço referências às teorias de Charaudeau e Foucault. Este último no que diz respeito ao entendimento sobre o que é verdade e sobre os discursos tidos e aceitos como verdadeiros. Já Charaudeau trata o jornalismo como instituição e, portanto, com autoridade de *poder dizer*. Por ter a autoridade de poder dizer, por ser tomado como um discurso verdadeiro e por ser tratado como instituição, o texto jornalístico assume grande importância no contexto social. Esse discurso traz marcas que refletem influências sociais, econômicas e históricas. Por meio do discurso, de reiterações e ausências no texto, revelam-se as ideologias. Assim, na segunda subdivisão, introduzo conceitos da teoria da Análise do Discurso de linha francesa, que foi também a metodologia escolhida para analisar os textos do *Valor Econômico*.

Na terceira parte da análise apresento o objeto de estudo, o *corpus* e a metodologia de trabalho. Tracei um perfil do jornal *Valor Econômico*, mostrando um pequeno histórico de sua formação, as características socioeconômicas do público leitor e a corrente político-econômica seguida pela publicação. A seguir, explico como ocorreu o processo de escolha e formatação do *corpus* da pesquisa, que tem como tema a questão energética presente no *Valor Econômico*. Por fim, no capítulo seguinte explico como foi construída a metodologia desta pesquisa e como foi aplicada ao *corpus*, tendo sempre como base para a análise a teoria da Análise do Discurso.

A análise dos textos do *Valor* ocorre no capítulo seguinte: “O Discurso do *Valor Econômico*”. Esta parte foi subdividida em outras três (“Crescimento”, “Desenvolvimento” e “Meio Ambiente”) e, em cada uma delas, fiz uma descrição das principais características do discurso do jornal referente a esses temas. Aqui, descrevo as

características ideológicas que o *Valor Econômico* apresenta ao seu público, a partir da identificação das ausências ou reiteraões nas falas do discurso.

Por fim, nas Considerações Finais busco fazer uma reflexão sobre o papel do jornalismo na questão ambiental, especialmente do jornalismo econômico, que ainda se mantém muito afastado do tema meio ambiente. Além disso, a partir da análise realizada e dos referenciais teóricos consultados, tento entender o contexto de produção do jornalismo dentro do atual sistema econômico.

2 Economia

2.1 A Ciência Econômica e seu paradigma atual

Historicamente, a Ciência Econômica não considerou o meio ambiente como área de seu alcance. A partir da década de 1970, no entanto, estudos apontaram a necessidade de se repensar a Economia¹ e tratar a questão ambiental como parte fundamental e inseparável de seu contexto. Porém, mesmo passados mais de 40 anos dessas conclusões, a Economia ainda permanece em grande parte ligada ao paradigma mecanicista², entendendo o meio ambiente e os resultados dos processos econômicos como “externalidades”, ou seja, resultados externos a ela, que não lhe dizem respeito.

Como aponta Cechin (2008), ainda hoje, grande parte do estudo de Economia nas universidades é feito por meio dos manuais que “são omissos em relação à fronteira do conhecimento, ou seja, ao que há de mais avançado sendo produzido na disciplina” (pag. 18). Mesmo que muitas correntes da Economia já há algum tempo estejam revendo suas teorias, os manuais que formam os futuros economistas sugerem que ela é um campo de conhecimento fechado, como a Física Mecânica, e enxergam o sistema econômico como separado do ambiente.

Talvez o melhor exemplo dessa visão seja o diagrama do fluxo circular, que ilustra a relação entre produção e consumo, e mostra como circulam produtos, insumos e dinheiro entre empresas e famílias. O diagrama apresenta um sistema fechado, pois nada entra ou sai, e nele circulam dinheiro, bens e serviços. É como se os recursos naturais sempre estivessem disponíveis, e como se não existissem, resultado dessa atividade, resíduos que não podem mais ser utilizados. Nesse esquema de pensamento, não existem

1 Neste trabalho, utilizarei a palavra Economia, com inicial maiúscula, quando referir-se à Ciência Econômica, e economia, em minúsculo, quando for referente ao sistema econômico.

2 O paradigma mecanicista caracteriza-se pela compreensão de que o todo é igual à soma das partes. Essa forma de pensamento surgiu entre o século XV e XVI, com o desenvolvimento da Física Mecânica, e Descartes foi um dos grandes pensadores que contribuíram para essa forma de fazer ciência.

perdas. A partir desse sistema, conforme Cechin, se perpetua o atual paradigma econômico.

Trata-se de um núcleo doutrinário que a maioria dos cientistas está disposta a aceitar. O treinamento daqueles que se iniciam na atividade científica envolve concomitantemente uma introdução à linguagem e retórica necessárias na profissão. (2008, p. 21).

Para se compreender como chegamos a esse ponto, precisamos ter em mente como e em que contexto se desenvolveu o pensamento econômico, já que todo o conhecimento científico é também uma construção histórica e o mundo é construído a partir de teorias, ideologias e cosmovisões, de linguagens e estratégias discursivas (LEFF, 2010). No início da era moderna, do século XV ao XVIII, predominou na Europa o mercantilismo, centrado no uso do poder do Estado para acumular poder e riqueza. A noção era de que a riqueza de uma nação dependia do quanto de ouro e prata ela possuía e que o comércio era a fonte de riqueza (BACKHOUSE, 2007). No começo do século XVII, a ideia de que o governo deveria manter a ordem econômica passa a ser contestada em busca de maior liberdade e de crescimento. No entanto, entendia-se crescimento do ponto de vista estrito dos produtores e comerciantes — ele não se baseava na meta de aumentar o consumo. Já no século XVIII, na França, em reação às políticas econômicas do Estado, ganhou força um conjunto de ideias que considerava que o dinheiro só criava riqueza se circulasse. Mas para sua movimentação ser eficaz, a tributação não deveria prejudicar o consumo, o Estado não deveria interferir num processo que obedeceria a leis naturais. O médico François Quesnay (1694-1774) mostrou como ocorria a circulação da riqueza, processo semelhante ao do sistema circulatório humano. A partir dessa visão, a fonte de riqueza passou a ser associada à agricultura e não mais ao comércio. Dessa corrente de pensamento, constituiu-se o primeiro grupo organizado de economistas, os fisiocratas. Suas principais contribuições para o posterior desenvolvimento da Economia são: a ideia de interdependência entre vários processos produtivos e equilíbrio do sistema econômico; e a representação das trocas como fluxo circular de bens e dinheiro (SCREPANTI & ZAMAGNI, 1993, apud CECHIN, 2008).

Na mesma época, Adam Smith deu outra interpretação aos temas da Economia. Para o autor de *A Riqueza das Nações*, de 1776, a riqueza, ou valor econômico, é criada pela transformação da natureza em objetos que as pessoas querem, através do trabalho. A ênfase dos fisiocratas passa da agricultura para a manufatura. Smith também considera que, além da produtividade do trabalho, o crescimento econômico estaria garantido pela acumulação de capital através da poupança proveniente dos lucros (DEANE, 1980, *apud* CECHIN, 2008).

Smith não achava que o crescimento pudesse seguir indefinidamente, pois a oferta fixa de terra imporá em algum momento um limite ao crescimento da população. Os economistas que se seguiram a Smith acentuaram a tendência do ritmo de inovações técnicas ser ultrapassado pelos retornos decrescentes gerados pela pressão de uma população em rápido crescimento sobre estoque limitado de recursos naturais (CECHIN, 2008, p. 26).

A teoria orientada para o valor trabalho, que começa com Smith, é conhecida como Economia Política Clássica. Já David Ricardo (1772-1823) e Thomas Malthus (1766-1834) acreditavam que o limite do crescimento estaria na oferta de terras de boa qualidade, e, portanto, nos retornos decrescentes da produção agrícola. A ideia de retorno decrescente defende que, depois de certo ponto, mesmo com aplicação de quantidades crescentes de trabalho na terra, o produto por trabalhador diminui. A partir daí a população teria queda no padrão de vida e haveria estabilização da população, deixando a economia em um estado estacionário, com uma população vivendo em nível de subsistência.

John Stuart Mill (1806-1873), no entanto, via a possibilidade de um estado estacionário com mais otimismo. Segundo ele, o progresso econômico era uma corrida entre mudanças tecnológicas e retornos decrescentes na agricultura. Para Mill, até a chegada do estado estacionário, o progresso técnico já teria possibilitado satisfazer as vontades materialistas da humanidade e a sociedade estaria livre para assumir outras metas sociais. Já Karl Marx (1818-1883) entendia que com o fim do capitalismo, que acabaria devido a contradições internas ao próprio sistema, a humanidade teria capacidade tecnológica de superar a escassez e atender as suas necessidades. Em sua

análise, não levava muito em conta a natureza. Muitos consideram o pensamento econômico de Marx como parte da Economia Política Clássica, mas, ao contrário de seus antecessores, ele não entendia as leis econômicas como naturais, mas sim determinadas por um específico estágio histórico.

Entre 1870 e 1890 surgiu a chamada Revolução Marginalista, cujos pensadores começaram a usar técnicas matemáticas de Cálculo Diferencial. O pensamento se distancia da produção e distribuição de riqueza e passa para o fenômeno das trocas. As análises do sistema econômico começam a se aproximar da Física Mecânica, que estabelece que a energia total de um sistema isolado é constante e os processos, reversíveis. Não se cria e não se perde energia, ela apenas se transforma. Os marginalistas acreditavam que as trocas entre indivíduos levariam a economia ao equilíbrio, em que todos estariam maximizando sua utilidade. Para eles, no mundo social existia um ponto em que todas as forças que agem no sistema se cancelam.

A Economia Neoclássica surge da junção do pensamento dos clássicos e dos marginalistas. Ao responder o que determina o preço de mercado, Alfred Marshall (1842-1924) disse que é o ponto em que a oferta encontra a demanda. Para os clássicos, o preço era determinado pelo custo do trabalho. Para os marginalistas, pela utilidade que o bem tem para o consumidor. Lionel Robbins (1898-1984) argumentou então que a Economia não se distingue por seu tema, mas sim por um comportamento específico: a alocação de recursos escassos entre fins alternativos. Esse passou a ser um princípio econômico universal para todas as áreas de investigação.

A preocupação com a estagnação e com as taxas decrescentes de crescimento econômico, impulsionada pela Grande Depressão dos anos 1930, fez com que John Maynard Keynes (1883-1946) desenvolvesse uma nova estrutura analítica. Conforme Cechin (2008), com Keynes houve uma volta da teoria sobre o crescimento econômico, mas de maneira diferente dos clássicos. Nenhum papel foi dado à terra, e a questão de se o crescimento deveria eventualmente cessar sequer foi mencionada. Pelo contrário, a prosperidade ininterrupta era possível se as políticas fiscais e monetárias apropriadas fossem seguidas pelo governo.

A Economia de boa parte do século XX foi uma combinação de microeconomia neoclássica com a macroeconomia inspirada no keynesianismo. Essa junção foi chamada de Síntese Neoclássica, e tem Paul Samuelson (1915-) como importante articulador. Samuelson, o primeiro economista americano a ganhar o prêmio Nobel em Economia (1970), publicou seu primeiro livro-texto *Economics* em 1948.

Depois da 2ª Guerra Mundial, a Síntese Neoclássica tornou-se praticamente um consenso entre os economistas e formuladores de políticas econômicas. Desde que a economia crescesse e produzisse pleno emprego, o fruto do crescimento anual do produto disponibilizaria recursos adicionais para atender às necessidades de todos. O crescimento econômico passou a ser visto como a chave do sucesso, mesmo porque a Síntese Neoclássica aceitava o *status quo* no que diz respeito à estrutura da economia. Assim, tal sistema teórico se ajustava bem ao clima de debate que prevaleceu durante a Guerra Fria. Faltava, contudo, uma teoria do crescimento que fosse compatível com a ideia de equilíbrio estável dos neoclássicos. (FUSFELD, 2001 apud CECHIN, 2008, p. 33).

Como explica Cechin (2008), o crescimento econômico tinha sido a maior preocupação dos clássicos, mas para alguns ele seria retardado pouco a pouco até se chegar a uma economia estacionária e, para outros, levaria ao colapso do capitalismo. Na era da Síntese Neoclássica, Robert Solow (1956) ajudou a reconciliar o crescimento com o equilíbrio, a partir da ideia de que avanços tecnológicos proporcionam uma maior produtividade do capital, aumentando a taxa de crescimento econômico e renda per capita.

Em termos de produção teórica, a década de 1960 representou o auge da pesquisa em torno da ideia de equilíbrio na economia. A “teoria do equilíbrio geral” de Walras, da corrente marginalista, que tinha ficado esquecida entre as Guerras mundiais, despertou no período da Guerra Fria. A teoria aponta que existe um sistema de preços em que todos os consumidores satisfazem ao máximo suas preferências e os produtores maximizam seus lucros, sem qualquer intervenção do governo. Assumia-se que se perturbada tal situação, os sistemas analisados sempre retornariam a suas posições originais (BACKHOUSE, 2007).

A analogia do processo econômico como um sistema mecânico reversível não só perdurou, como ainda constitui a abordagem dominante da Economia, mesmo que, ao longo da história econômica, tentativas de englobar outras formas de pensar o processo econômico tenham sido feitas. Alfred Marshall (1842-1924), como alguns de seus contemporâneos, estava interessado em biologia. Segundo ele, muitas ideias evolucionistas eram mais úteis que as da Mecânica para explicar a economia, pois a biologia explicitaria o funcionamento do crescimento das coisas. Ele acreditava que o objeto da economia é dinâmico, e que, portanto, os economistas erravam ao não levar em conta o fato de que a natureza humana é mutável, que depende do contexto social e histórico (MATTOS, 2010).

Apesar das tentativas feitas para se pensar a Economia de forma mais ampla, na prática estamos presos a um pensamento reducionista, construído historicamente e ideologicamente como se fosse uma verdade indiscutível, física e, portanto, natural, sem possibilidade de mudança. Uma verdade que hoje a própria Física Mecânica discute, mas que não tem encontrado espaços relevantes na Ciência Econômica.

A economia se depara com o paradoxo de pretender ser uma ciência humana construída sobre os princípios imutáveis da física mecanicista, aos quais já não corresponde nem o processo de produção nem a própria física; enquanto a física revolucionou e refundamentou seus paradigmas teóricos, a economia se nega a enfrentar seus impensáveis, mantendo sua inércia mecanicista e seu inelutável processo de produção de entropia, incapaz de perceber que é isso que está destruindo as bases da sustentabilidade no planeta. (LEFF, 2010, p. 24).

Leff entende que a Ciência Econômica não é uma ciência como todas as outras, que elaboram seu conhecimento a partir de hipóteses teóricas que são verificadas ou refutadas com dados da realidade, mas que constitui-se como um paradigma ideológico-teórico-político — como uma estratégia de poder — que:

(...) desde seus pressupostos ideológicos e seus princípios mecanicistas – a mão invisível e o espírito empresarial; a criação da riqueza e do bem comum a partir do egoísmo individual e da iniciativa privada; o equilíbrio da oferta e da procura, dos preços e

valores de mercado, dos fatores da produção –, gerou um mundo que hoje transborda suas externalidades: entropização dos processos produtivos, alteração dos equilíbrios ecológicos do planeta, destruição de ecossistemas, esgotamento de recursos naturais, degradação ambiental, aquecimento global, desigualdade social, pobreza extrema. (LEFF, 2010, p. 21).

A visão hegemônica da economia, baseada no pensamento mecanicista, nos leva a pensar instintivamente que o desenvolvimento ocorre a partir do crescimento econômico, da riqueza material. Nosso esquema mental, formado historicamente, não consegue, na maior parte das vezes, separar uma coisa da outra. No entanto, hoje, em muitos países, há crescimento econômico, mas não aumento da qualidade de vida da população, com inclusive casos em que ocorre um decréscimo do padrão de vida. Para muitos, a defesa do crescimento tornou-se uma fanática religião, sobre a qual não são permitidos questionamentos.

2.2 Desenvolvimento e Crescimento

Para realizar esta análise, é imprescindível delimitar os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico. Em diversas fontes de discurso (imprensa, governos e sociedade civil) é comum essas expressões aparecerem como sinônimos, especialmente numa racionalidade predominantemente econômica na qual a ideia de desenvolvimento se apresenta atrelada ao aumento da produção e do consumo. Nesse caso, o bem-estar é medido objetivamente pelo aumento do volume do consumo, da produção e da geração de empregos, fazendo crescer o Produto Interno Bruto (PIB) de um país, mas não necessariamente a qualidade de vida de sua população.

Não é difícil compreender os motivos da confusão na utilização dos termos. Historicamente, pelo menos até os anos 1960, as nações industrializadas eram as que mais cresciam e cuja população tinha o melhor nível de vida; portanto, ficava fácil confundir crescimento com desenvolvimento. Além disso, os efeitos sobre a natureza não eram tão evidentes. Giddens (2010) defende que provavelmente o crescimento

econômico contínuo traga benefícios, mas, ao mesmo tempo, os problemas tendem a se acumular. Para o sociólogo, ao contrário de outros pensadores sobre os quais falaremos mais adiante, isso não significa que o crescimento tenha que parar, “mas que não deva ser buscado independentemente de suas consequências mais amplas”. Para esclarecer esse fenômeno, ao qual chama de superdesenvolvimento³, o autor compara o PIB, normalmente utilizado para medir o crescimento econômico de um determinado país, ao Indicador de Progresso Genuíno (IPG), lançado em 1995 por John Talberth e Clifford Cobb. Neste índice, além de medidas de consumo semelhantes as do PIB, também são avaliadas a distribuição de renda, o valor do trabalho doméstico e do trabalho voluntário, a criminalidade e a poluição. Conforme Talberth e Cobb (GIDDENS, 2010), o IPG começou a cair por volta de 1975 nas sociedades desenvolvidas, enquanto o PIB continuou a crescer.

Giddens também aponta outros índices que mostram resultados semelhantes. Um estudo que utilizou o Índice de Bem-Estar Econômico Sustentável (Ibes) entre 1975 e 1990 mostrou que, embora o PIB tivesse continuado a crescer nos Estados Unidos, o Ibes teve redução de 25%. No Reino Unido, a diminuição foi de 50%. Já de acordo com o Índice de Sociedade Sustentável (ISS) — criado em 2006 e que leva em consideração uma maior variável de características ambientais (como depleção dos recursos naturais, níveis de emissões de carbono, etc.) —, o crescimento na maioria dos países industrializados encontra-se estagnado desde a década de 1970. Isso ocorre porque o PIB (ou o PNB – Produto Nacional Bruto) mede a circulação de dinheiro e não como ele é utilizado.

No cálculo do PNB nada se desconta. Não é descontada a descapitalização da Ecosfera. Ali não se debita o esgotamento da mina, o desaparecimento dos peixes no rio e nos oceanos, a perda do ar puro, os custos sociais. Mas a descapitalização da Ecosfera é uma descapitalização real, tão real quanto o empobrecimento de quem esbanja, despreocupadamente, seu capital monetário. O PNB é a soma aritmética do valor monetário das transações entre humanos, nada mais. O preço da madeira no mercado interno e as divisas de sua exportação são adicionadas sem que haja nenhum desconto pela

³ Neste caso, visto a diferenciação de termos que proponho neste trabalho, poderia ter sido usada a expressão supercrescimento. Mantereí a palavra superdesenvolvimento quando estiver relacionada ao pensamento de Giddens.

descapitalização na floresta. Se depois da exploração da madeira sobra um deserto, o PNB não leva em conta este fato. Ele apenas registra “criação de riqueza”. Assim, a pessoa que mais dinheiro esbanja em futilidade, que mais materiais movimenta, que mais impacto ambiental negativo causa, contribui mais para o incremento do PNB que a pessoa frugal, que dedica suas energias ao estudo e ao deleite espiritual, ao avanço da ciência, das artes, da harmonia social. Quando a saúde pública chegar a decair drasticamente em consequência da contaminação ambiental e desestruturação social, o PNB crescerá na mesma proporção que os gastos com remédios, médico, psiquiatra, hospital e funerário. De fato, o PNB é proporcional à descapitalização da Ecosfera. Longe de ser um índice de progresso real, o PNB é medida de auto destruição. (LUTZENBERGER, 1999, p. 15).

No entanto, mesmo com tantas evidências em contrário, o pensamento dominante ainda não diferencia crescimento econômico e desenvolvimento. Conforme Veiga (2010), com a publicação do primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano, que apresentava o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ficou claro que o crescimento não correspondia exatamente a desenvolvimento. Porém, segundo ele, a reação ao documento e ao IDH entre os economistas e as faculdades de Economia foi de ou reconhecê-lo, mas não incorporá-lo, ou simplesmente ignorá-lo.

A mais significativa foi simplesmente banir o termo desenvolvimento, como se pode constatar em simples consulta aos excelentes glossários e índices disponíveis no final dos mais prestigiados manuais, como, por exemplo, os de Gregory Mankiw. Tal atitude foi simultânea a uma agressiva ofensiva acadêmica com o objetivo de desqualificar todas as disciplinas filiadas à chamada “Economia do Desenvolvimento”. Elas não foram inteiramente eliminadas dos currículos dos cursos de Economia, mas permanecem apenas toleradas como formações complementares, a exemplo da Sociologia e do Direito (e às vezes até da História). Em resumo, o que o economista precisa saber é macroeconomia e microeconomia, duas disciplinas devotadas ao crescimento econômico, e não à ideia muito mais ampla de desenvolvimento. (VEIGA, 2010, p. 20).

A noção de desenvolvimento é mais complexa que a de crescimento e apresenta variações dependendo da reflexão de cada autor, mesmo que invariavelmente passe pelo aumento do bem-estar e da qualidade de vida de uma determinada população. Sob uma ótica neoclássica, o desenvolvimento pressupõe potencializar a industrialização e

acumulação de capital produtivo. Pode ser medido, por exemplo, a partir de indicadores do nível de renda *per capita*, da poupança por habitante, taxa de desemprego, distribuição de renda, existência de infra-estrutura básica. Todos esses indicadores representam condições para o atendimento a algumas necessidades que definem o bem-estar, mas dizem respeito a apenas uma parte das necessidades, medem apenas o lado material das necessidades (ASSIS, 2008).

Já numa racionalidade que busca que o desenvolvimento seja sustentável, evidencia-se um maior cuidado com alguns limites do meio biofísico. Entende-se desenvolvimento incluindo o atendimento de necessidades não apenas materiais, mas de uma melhor qualidade de vida relacionada a um meio ambiente saudável e também da realização das capacidades humanas que dizem respeito à autonomia, criatividade, autorreflexão e liberdade. Para Furtado, as sociedades são consideradas desenvolvidas na medida em que nelas o homem consegue satisfazer suas necessidades, manifestar suas aspirações e exercer seu gênio criador. “Desenvolvimento é menos o domínio da natureza e mais um processo de criação de valores, portanto, de avanço na racionalidade substantiva ou dos fins” (FURTADO, 1984, *apud* ASSIS, 2008, p. 22).

Sen (2010) considera que o objetivo supremo do desenvolvimento está na liberdade individual, e que consiste na eliminação de privações de liberdades que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem sua ação de agente. Para ele, a industrialização e a tecnologia podem contribuir para a expansão da liberdade, mas ela também depende de outras variáveis, como a liberdade política, que permite à população participar da vida civil e política; facilidades econômicas, eliminando restrições que impedem as pessoas de saírem da pobreza ou satisfazer suas necessidades básicas, como obter alimentos e remédios; e oportunidades sociais, garantindo o acesso a serviços públicos e assistência social.

Ver o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-la a alguns dos meios que, *inter alia*, desempenham um papel importante no processo.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destruição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva dos Estados

repressivos. A despeito de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas – talvez mesmo a maioria delas. (SEN, 2010, p.16 e 17).

As argumentações de Sen e Furtado, entre outros autores, apontam que os fatores econômicos são apenas parte do processo de desenvolvimento. A produção, o consumo e o lucro são alguns dos meios pelos quais o desenvolvimento e o bem-estar podem se realizar. Assis defende, porém, que, num sistema de mercado, não é possível pensar em atendimento de necessidades humanas sem levar em consideração os elementos de produção e consumo que constituem o comércio.

É nesse sentido que não há nada de errado com afirmações de ordem econômica que enfatizam a importância do trabalho e dos salários para que uma parte do bem-estar se realize via consumo, pois não parece plausível procurar transportar uma sociedade que se desenvolveu nos moldes das relações comerciais para um estilo de vida totalmente distante dessas relações, tal como algumas comunidades exóticas que vivem completamente afastadas do sistema de mercado. Entretanto, a atitude de restringir a concepção de bem-estar apenas a aspectos de ordem econômica e material pode ser interpretada como uma atitude limitada, que restringe a liberdade e manipula as necessidades. (ASSIS, 2008, p. 23).

No entanto, devemos nos questionar se é possível um desenvolvimento pleno das necessidades humanas dentro do sistema capitalista. E aqui precisamos entender que o capitalismo não se caracteriza apenas pelas relações comerciais e pelo consumo. Conforme Wallerstein (2001), o capitalismo como sistema surgiu na Europa no século XV e, até o século XIX, se expandiu para todo o planeta, tendo como premissa a acumulação de capital. Portanto, não são as trocas comerciais que caracterizam o capitalismo, mas a busca por uma cada vez maior acumulação de capital. E uma das consequências dessa busca, ao menos o que se verifica até o presente momento, é a destruição do meio ambiente e da qualidade de vida das pessoas.

2.3 Economia e Meio Ambiente

Já em 1968, o economista italiano Aurelio Peccei reuniu em Roma cientistas, industriais, economistas, educadores e políticos para estudar os fundamentos da crise pela qual passava a civilização (CORAZZA, 2005). Para o Clube de Roma, como ficou sendo conhecido, o problema estava relacionado a situações como expansão urbana, perda de fé nas instituições, rejeição dos valores tradicionais, deterioração econômica e danos ambientais. Eles também apontaram as contradições entre crescimento econômico e preservação ambiental. Esses aspectos eram identificados como componentes que interagiam de maneira muito complexa para serem tratados isoladamente.

Devido a essa complexidade, o Clube de Roma convidou J. W. Forrester, pesquisador do Massachusetts Institute of Technology (MIT), pioneiro no uso do computador, para que desenvolvesse um modelo de dinâmica de sistemas que permitisse explicar as relações entre estes fatores. O resultado foi a publicação *The Limits to Growth*, em 1972, dos autores Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows, Jorgen Randers e William W. Behrens III. Para Corazza (2005), a obra pode ser considerada a iniciativa mais representativa de uma série de manifestações de preocupação com as perspectivas sobre a continuidade do crescimento econômico e populacional, em que a escassez de recursos naturais e o envenenamento ambiental foram apontados como fatores que limitariam esse crescimento. De lá pra cá, houve críticas e complementações a esse trabalho, mas hoje parece que a maior parte da comunidade científica entende que crescimento econômico, baseado no modelo atual de exploração de recursos naturais, é insustentável para a vida no planeta.

Ainda em 1972, a Organização das Nações Unidas (ONU) organizou a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em Estocolmo, na Suécia. Duas décadas mais tarde, organizou-se no Rio de Janeiro a ECO-92. O evento no Brasil popularizou termos como biodiversidade e desenvolvimento sustentável, e ganhou ampla cobertura da imprensa nacional. Visando fornecer dados científicos para compreender as mudanças climáticas, em 1988 foi criado — pela

Organização Meteorológica Mundial e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente — o IPPC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, na sigla em inglês). Em 1997, foi assinado o Protocolo de Kyoto⁴. Dez anos depois, o IPPC publicou seu quarto relatório, afirmando que o aquecimento do sistema climático era inequívoco. Além disso, o documento enfatiza que a probabilidade de que a elevação da temperatura da terra seja causada por processos climáticos naturais é menor que 5% e que o aquecimento antropogênico e o nível dos oceanos continuarão a aumentar por séculos devido às escalas de tempo associadas aos processos climáticos e de realimentação, mesmo se a concentração dos gases do efeito estufa permanecerem estabilizadas.

A primeira parte do quinto relatório do IPCC, publicada em setembro de 2013, faz um apanhado das pesquisas científicas dos últimos cinco anos e reitera os problemas causados pela elevação da temperatura. O documento traz quatro possíveis cenários futuros, sendo que, no mais otimista deles, o aumento da temperatura terrestre poderia variar entre 0,3 °C e 1,7 °C de 2010 até 2100 e o nível do mar poderia subir entre 26 e 55 centímetros ao longo deste século; e no cenário mais pessimista, no qual as emissões continuam a crescer em ritmo acelerado, a Terra poderia aquecer entre 2,6 °C e 4,8 °C, fazendo com que o nível dos oceanos aumente entre 45 e 82 centímetros.

No Relatório Brundtland⁵ (também conhecido como *Nosso Futuro Comum*), publicado em 1987, consolidou-se uma visão crítica do modelo adotado pelos países industrializados e pelas nações em desenvolvimento e passou-se a defender o “desenvolvimento sustentável”. Esse relatório ressaltou a incompatibilidade entre os padrões atuais de produção e consumo e a capacidade de suporte dos ecossistemas. O documento envolve três conjuntos de populações: a de países ricos, a de pobres e as gerações futuras; e defende a manutenção do bem-estar dos que vivem em países ricos, a melhoria do bem-estar dos que vivem em países pobres e oportunidades de iguais condições para as gerações futuras.

4 Protocolo internacional com o objetivo de reduzir a emissão de gases de efeito estufa. Foi negociado em Quito, no Japão, em 1997, e ratificado em 1999.

5 Relatório publicado em 1987, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (criada pela Organização Mundial das Nações Unidas), no qual o conceito de desenvolvimento sustentável é descrito como o que “satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

Posterior ao Relatório Brundtland, em 1997, surge a Agenda 21, que aponta como indicadores do desenvolvimento sustentável o aumento da qualidade de todos os serviços necessários para a vida, ar puro, água limpa, educação eficaz, trânsito e transporte, saúde, urbanismo e alimentação saudável. Para isso, o documento defende: a necessidade de reestruturar a produção e o consumo para satisfazer melhor as necessidades básicas de todos, de uma forma ecologicamente responsável; reduzir as disparidades entre ricos e pobres; e moderar o crescimento demográfico e eliminar práticas que deterioreem o meio ambiente. A Agenda 21, no entanto, não explica o que entende por cada um dos três itens. O que significaria “reestruturar a produção e o consumo para satisfazer melhor as necessidades básicas de todos, de uma forma ecologicamente responsável”? Reestruturar significaria diminuir? Talvez diminuir para uma parcela da população e aumentar para outra a fim de “satisfazer melhor as necessidade básicas de todos”; porém, qual seria o ponto de equilíbrio? Quem, dentro de um sistema como o nosso, que prega a competição, aceitaria deixar de consumir para si em benefício de outro, talvez um outro que nem conheça e muito distante de sua realidade? Assis acredita que:

(...) para reestruturar a produção são necessárias novas tecnologias, o que exige investimentos na pesquisa e posteriormente do setor industrial; para reestruturar os padrões de consumo são necessárias novas condutas diante do mercado e para isso há a necessidade de um sistema de ensino compatível e conseqüentemente mais investimentos no setor educacional do país como um todo. (ASSIS, 2008, p. 26).

Para Leff, no entanto, as estratégias discursivas do chamado desenvolvimento sustentável geraram um discurso simulatório, falaz, opaco e interesseiro. “Um discurso cooptado pelo interesse econômico, mais que uma teoria capaz de articular uma prática ecológica e uma nova racionalidade ambiental. Foi um discurso do poder, e sobretudo um instrumento do poder dominante.” (LEFF, 2010, p. 16). Para o autor mexicano, todo o discurso sobre o desenvolvimento sustentável, originado da crise ambiental, reflete a crise “desse processo histórico que criou um pensamento que construiu um mundo através de teorias que, mais que refletir uma realidade fática, modelam o mundo, o constroem a sua imagem e semelhança” (*ibidem*, p. 25). Ele coloca ainda que a economia deve assumir sua responsabilidade em relação à degradação ambiental.

Com a crise ambiental, a economia se vê obrigada a assumir sua responsabilidade na crescente degradação ecológica e na escassez de recursos naturais. Enrincheirada nas visões sistêmicas predominantes na ciência normal, classifica o meio ambiente como uma "externalidade" do sistema econômico. Com isso, tenta justificar sua irresponsabilidade nesse aspecto, ao mesmo tempo que se compromete no propósito de "internalizar as externalidades". (LEFF, 2010, p. 37).

Porto-Gonçalvez (2012) também aponta que existe uma crença acrítica de que há sempre uma solução técnica para tudo. Porém, ele lembra que o sistema técnico inventado por uma determinada sociedade traz embutido nele a sociedade que o criou e que a crença no papel da técnica é historicamente recente, faz parte do ideário filosófico do Iluminismo, da Revolução Industrial para cá. Portanto, para se ter uma visão o mais clara possível sobre a questão ambiental, devemos ter presente nosso contexto histórico e os paradigmas dominantes, especialmente o da defesa da importância da técnica e do crescimento econômico para a melhoria das condições de vida da população mundial.

Lutzenberger apresenta visão semelhante e ressalta que, ao longo da vida humana, nunca a destruição foi tão grande quanto agora e isso se deve em grande parte a nossa visão da economia.

Uma vez que não enxergamos os custos ambientais de nossas tecnologias, somos levados a contas incompletas e, portanto, erradas. Para tecnocratas, economistas e burocratas o dinheiro tornou-se a medida de todas as coisas – medida universal e exclusiva. Só é levado em conta o monetariamente quantificável. Mas o dinheiro, que representa apenas as regras de jogo da distribuição, entre humanos, dos espólios da Natureza, absolutamente nada tem a ver com avanço ou regresso ecológico, em nada reflete a saúde da Ecosfera, as condições da Ecosfera, as condições de sobrevivência.

Chegamos assim a confundir desmantelamento da Ecosfera com criação de riqueza. A destruição de um banhado, a transformação da floresta amazônica em simples pasto ou a derrubada das últimas araucárias, nas contas dos economistas, só aparecem como criação de riqueza, não aparece a descapitalização ecológica. (1999, p.14).

A forma de resolver a relação entre crescimento econômico e preservação do meio ambiente não é tão clara e se relaciona diretamente a diferentes maneiras de pensar a vida em sociedade e a relação com a natureza. Como dito anteriormente, Leff (2010) destaca três tipos de pensamento econômico que têm ligação com o meio ambiente: a economia ambiental, que tenta conciliar o crescimento econômico e a preservação ambiental precificando a natureza para, assim, com os mecanismos de mercado, tentar minimizar o problema ambiental; a economia ecológica, que procura, por meio do avanço tecnológico e da conscientização, diminuir o impacto causado pelo homem no meio ambiente, mas que também não fugiria do modelo de desenvolvimento econômico tradicional; e a racionalidade ecológica, que entende que o problema ambiental só será resolvido dentro de outra forma de economia, não baseada no crescimento infinito. Para Leff, o que se precisa levar em conta é a sustentabilidade, não acompanhada da palavra desenvolvimento.

A sustentabilidade reabre o debate sobre os pressupostos com os quais a economia opera, questionando o funcionamento e cumprimento de seus princípios individualistas e mecanicistas: a utilidade marginal, a otimização na atribuição de recursos escassos e esgotáveis a diferentes finalidades; o mercado como lugar onde os sujeitos expressam suas preferências individuais. Enquanto a economia ambiental segue a estratégia teórica de estender os braços da economia para recodificar todas as formas da natureza em termos de valores econômicos, englobando os bens e serviços ambientais no conceito totalizador de capital natural, a economia ecológica tem sido construída na intenção de ajustar os mecanismos da economia às leis da termodinâmica e aos ciclos ecológicos, abrindo-se para as inter-relações com outros sistemas, em um anseio de construir um paradigma sistêmico-interdisciplinar-sustentável (LEFF, 2010, p.37).

Já Caporal e Costabeber (2000) propõem duas correntes antagônicas para a compreensão da relação do homem com a natureza, a ecossocial (defende uma nova forma de racionalidade amparada na solidariedade diacrônica, com respeito às gerações futuras, e a sincrônica, às gerações presentes) e ecotecnocrática (tenta solucionar os problemas ambientais adotando medidas mercadológicas, num crescimento econômico continuado). A visão ecotecnocrática se aproxima às correntes econômicas ambiental e ecológica, descritas por Leff, já que pressupõe ser possível seguir o mesmo padrão de

crescimento ao incorporar uma nova geração de tecnologia menos danosa ao meio ambiente. Na corrente ecossocial, próxima ao que Leff chama de racionalidade ecológica, não há uma negação do desenvolvimento tecnológico, mas sim um destaque para a utilização das tecnologias tradicionais e modernas respeitando as condições do ecossistema local, preservando a biodiversidade e respeitando os distintos modos de vida e culturas.

Georgescu-Roegen (2003), responsável pela criação da ideia de bioeconomia, defende que não existe possibilidade de crescimento econômico infinito com base na exploração dos recursos naturais. A bioeconomia do autor romeno entende que a liberdade econômica e o crescimento acelerado, embora úteis como instrumentos de curto prazo, têm pouco a oferecer para uma estratégia econômico-ambiental de longo prazo.

Georgescu-Roegen observou que a produção de um bem, de uma mercadoria, implica extrair e transformar a natureza, ou seja, massa e energia; e que essa transformação de massa e energia – embora seja ativada e demarcada pelas leis do mercado – circula e se degrada segundo as leis da ecologia e da termodinâmica; e nesse processo há uma perda líquida de energia útil – de estados de baixa entropia para estados de alta entropia –, cuja manifestação mais clara é a transformação da energia em calor, que é a forma mais degradada, irreversível e irrecuperável da energia, ao menos em nosso planeta.

A partir dessa constatação, podemos afirmar que o aquecimento global – que aparece como sintoma mais claro da crise ambiental da globalização econômica – é o resultado de um processo crescente de degradação entrópica da natureza – de matéria e energia (...). (LEFF, 2010, p. 23 e 24)

Para frear o acelerado processo de entropia, Latouche (2009) defende a necessidade de se colocar em prática o “decrecimento”. Segundo ele, não se trata de defender o decrecimento pelo decrecimento, assim como hoje se defende o crescimento pelo crescimento, mas enfatizar o abandono da noção de crescimento ilimitado, criando uma sociedade onde se possa viver melhor trabalhando e consumindo menos.

De acordo com Assis (2006), no entanto, o pensamento econômico atual ainda reflete em grande parte as teorias neoclássicas da ciência econômica: “sobre o

determinismo econômico não se pode afirmar que esteja extinto no início do século XXI, pelo contrário, correntes neoclássicas de pensamento econômico ainda perpetuam a supremacia de fatores econômicos sobre o desenvolvimento”.

(...) [O pensamento econômico] desconsidera o funcionamento das dinâmicas naturais do meio biofísico, externo ao humano, onde está a base para o desenvolvimento econômico e humano, assim como para a qualidade de vida e o bem-estar e, com tais considerações, o planejamento, a gestão e as análises sobre desenvolvimento-crescimento econômico atendem mais às necessidades do mercado do que as necessidades humanas como um todo (ASSIS, 2006, p. 4).

A ciência econômica, e principalmente a prática econômica resultante do mercado e das políticas públicas, ainda estão relacionadas ao pensamento fragmentado e reducionista (MORIN, 2003). Na avaliação de Latouche (2009), seguir as teorias neoclássicas da ciência é hoje um “disparate ecológico”.

Ao adotar o modelo da mecânica clássica newtoniana, nota Nicholas Georgescu-Roegen, a economia exclui a irreversibilidade do tempo. Assim, ignora a entropia, ou seja, a não reversibilidade das transformações da energia e da matéria. Por isso, os resíduos e a poluição, apesar de serem produtos da atividade econômica, não entram nas funções padrão de produção. (LATOUCHE, 2009, p. 14)

Outro aspecto importante a se levar em conta é a urgência da questão ambiental. Mesmo com todos os alertas e com a alta probabilidade de acerto das previsões pessimistas sobre as consequências das mudanças climáticas para a vida humana no planeta, muitas pessoas ainda levam suas vidas como se não houvesse riscos, apesar de terem conhecimento da existência dos mesmos. É o paradoxo de Giddens:

Visto que os perigos representados pelo aquecimento global não são palpáveis, imediatos ou visíveis no decorrer da vida cotidiana, por mais assustadores que se configurem, muita gente continua sentada, sem fazer nada de concreto a seu respeito. No entanto, esperar que eles se tornem visíveis e agudos para só então tomarmos medidas sérias será, por definição, tarde demais. (2010, p. 20)

Os autores citados neste capítulo estão de acordo sobre o fato de que é preciso rever o quanto antes nosso modelo de sociedade, porque somente assim será possível evitar a destruição das condições da vida humana no planeta. E um dos pontos fundamentais que precisa ser revisto para que se possa manter a vida é o modelo econômico no qual estamos inseridos, um sistema que prega o crescimento econômico como resolução para os problemas sociais e que, com isso, promove a devastação da ecoesfera.

Parte fundamental da responsabilidade pelo atual momento que passamos, com a destruição da natureza e o aumento da temperatura da Terra se deve a forma pela qual obtemos energia para manter nossa forma de vida. A sempre maior necessidade de consumir energia, alavancada pelo crescimento econômico, e a maneira pela qual a alcançamos são os grandes responsáveis pelo aquecimento climático.

2.4 A Questão Energética

Talvez o aspecto mais visível da relação entre economia e meio ambiente esteja nos temas referentes à questão energética. Não é possível pensar em combater o aquecimento global sem levar em conta que a matriz energética atual — baseada na exploração de combustíveis fósseis, especialmente o petróleo — é a principal responsável pelo aumento da temperatura da Terra. O consumo de energia mundial é diretamente responsável pelo aquecimento global. Tem havido estudos para tentar substituir nossa dependência do petróleo, no entanto, até o momento, nenhuma das alternativas se mostrou forte o bastante para possibilitar a continuidade do consumo energético atual. Entre as apostas estão o uso do hidrogênio, o carvão purificado, a energia eólica, nuclear, das marés e das ondas, solar, geotérmica, geoengenharia, etc. Todas essas alternativas, porém, ainda se mostram insuficientes ou, em alguns casos perigosas, se quisermos manter o nível de consumo equivalente ao que temos hoje e evitar produzir mais desastres ambientais. Alguns autores, no entanto, entendem que é

possível superar a crise climática com o avanço da tecnologia. Al Gore (2013) acredita que, desde que a humanidade desperte para esse problema, pode vir a solucioná-lo.

Significa abandonar a ilusão de que pode haver alguma tecnologia inteligente e rápida capaz de “consertar” a emergência planetária – a qual, na verdade, requer uma ampla estratégia global, a fim de adaptar nossos sistemas energéticos (em especial, o de geração de eletricidade), industrial, agrícola e silvicultural, bem como nossas tecnologias de construção, transporte e mineração, entre outros, a um padrão de alta eficiência e baixa liberação de carbono. (AL GORE, 2013, p. 292).

Além da produção de energia para o consumo nos mais diversos setores, a questão energética está estritamente ligada à segurança nacional dos países. A geopolítica mundial pressupõe que segurança energética significa que cada país deve ter acesso a seu estoque de energia, necessidade essa que, com o crescimento populacional e econômico, apenas aumenta. Por isso é tão difícil atacar as causas da mudança climática. Al Gore (2013) — embora não aprofunde a questão da segurança nacional e da segurança energética em seu livro *O Futuro, Seis Desafios para Mudar o Mundo* — aponta uma série de problemas sociais e políticos causados pela elevação da temperatura da Terra.

Há tempos sabemos que uma das consequências dos graves distúrbios no padrão climático é o maior risco de instabilidade política. Na verdade, esse risco constitui uma das principais razões pelas quais os militares e especialistas em segurança nacional nos Estados Unidos há tempo se preocupam mais com o aquecimento global do que a maioria dos políticos eleitos. Em muitas regiões do mundo, a governança já se encontra em enorme tensão, uma vez que vários estados enfraquecidos, como a Somália, o Iêmen e o Zimbábue, representam árduos desafios para as nações vizinhas. Os problemas trazidos pelas grandes alterações nos padrões climáticos poderiam levar muitos países a um ponto de ruptura. (AL GORE, 2013, p. 295).

Para Giddens (2010), há um desequilíbrio nas literaturas especializadas em mudança climática e segurança nacional, nas quais dificilmente se apresenta a relação entre o crescimento econômico — e consequentemente a necessidade de se ter acesso facilitado a fontes de energia — e o meio ambiente.

As análises da segurança energética concentram-se – acertadamente, aliás – nas tensões, interesses e discordâncias que caracterizam a política global. Nas discussões sobre a mudança climática, ao contrário, a geopolítica surge como uma presença obscura no pano de fundo, quando se negocia a redução das emissões. Esse desequilíbrio precisa ser corrigido. Assim como não temos uma política desenvolvida sobre a mudança climática, falta-nos também a geopolítica referente a ela. Que instituições, mecanismos ou relações internacionais tenderão, na vida real, a cumprir as metas referentes à mudança climática? As tentativas de criar acordos internacionais para restringir as emissões de carbono têm sido profundamente influenciadas por considerações geopolíticas, mas essas raramente são exibidas às claras (p. 33).

Como nos mostra Giddens, as relações entre a geopolítica, a economia e o aquecimento global ainda são pouco exploradas, apesar de os três aspectos estarem irremediavelmente ligados. A maioria das atitudes que forem tomadas — política ou economicamente — em relação a umas dessas variáveis, afetará as outras.

Outro ponto a ser considerado é que, embora se saiba que os combustíveis fósseis são os grandes responsáveis pelo aquecimento global, ainda pouco se tem feito na busca de sua substituição. O documento *World Energy Outlook 2011* — publicado pela Agência Internacional de Energia que analisa o panorama energético atual e as perspectivas para os próximos 25 anos, tendo em conta os compromissos políticos que os países anunciaram para resolver as alterações climáticas — mostra o volume de subsídios, em bilhões de dólares, direcionados à produção e ao consumo de energia no mundo no período de 2007 a 2010 entre combustíveis fósseis e renováveis. Somados, os subsídios ao consumo de combustíveis fósseis no mundo continuam a disparar em relação aos incentivos ao uso de fontes renováveis. Entre 2007 e 2010, os fósseis receberam incentivos de 1,6 trilhão de dólares, enquanto as energias renováveis apenas 209 bilhões de dólares.

Pode-se concluir por estes dados que a humanidade tenderá a manter uma dependência extrema em relação aos combustíveis fósseis nas próximas décadas. Os esforços para sua substituição, no curto e médio prazo, por “fontes energéticas sustentáveis” são incipientes em termos da escala exigida. Ou seja, levando estes números em consideração, a perspectiva de transição efetiva para um mundo com

menos uso de combustíveis fósseis e maior consumo de fontes renováveis ainda permanece distante, no atual quadro político-institucional. (BERMAN, p. 20, 2012)

Para Berman, para alterar essa situação é necessário reorientar o perfil de produção e consumo, modificando os atuais paradigmas de desenvolvimento econômico, de forma a reduzir as necessidades de aumentar a oferta de energia. “Trata-se de uma questão central no contexto internacional, e também no Brasil” (BERMAN, p. 20, 2012).

No Brasil, embora não sejamos tão dependentes de combustíveis fósseis, o perfil de produção é o mesmo. Procuramos aumentar a oferta de energia, para poder ampliar a produção e consumo, num ciclo aparentemente infinito.

Atualmente a oferta de energia é calculada em função do crescimento previsto do hegemônico PIB. É evidente que o planejamento energético precisa apoiar-se em um indicador mais plural que não o PIB, sob pena do planejamento energético ocorrer dentro de um subsistema econômico falsamente infinito, posto que limitado pela finitude do planeta (MOREIRA, p.26, 2012).

Alterar os padrões de consumo, diminuindo a necessidade de se produzir cada vez mais energia, parece ser imprescindível se quisermos evitar o pior cenário em relação ao aquecimento global. Além disso, fazer as relações entre mudança climática, energia e segurança nacional também seria um primeiro passo na busca de soluções para o problema. Para isso, no entanto, além do aumento no número de estudos relacionando esses temas, como propõe Giddens, também o jornalismo poderia exercer papel importante, questionando e evidenciando essas relações.

3 Jornalismo

3.1 Conhecimento e discurso

Depois de toda a apresentação do problema em si e de como ele evoluiu ao longo da história, me debruço agora sobre uma questão não menos importante, a de como isso vem sendo oferecido à sociedade por meio do jornalismo. Obviamente, a troca de informações entre as pessoas não se dá apenas através dos meios de comunicação, outras instituições importantes também exercem papel relevante neste sentido, como a família, a igreja ou as instituições políticas. No caso dessa pesquisa, no entanto, busco entender como o jornalismo, em específico o jornalismo de economia, repassa essas informações a seu público.

Entendo que o jornalismo se constitui como uma forma de conhecimento da realidade. Como conhecimento e instituição, utilizo a significação dada pela Sociologia do Conhecimento, que propõe que todo o saber humano desenvolve-se em situações sociais. Portanto, parto do pressuposto de que o jornalismo está dentro de um processo de construção social da realidade. Para Berger e Luckmann (2009), o jornalismo, como dito anteriormente, é um dos atores que contribuem para a construção da realidade, mas não o único.

Para Park (2008), o jornalismo é uma forma de conhecimento que se encontra entre o senso comum e o conhecimento científico. Ele caracteriza a notícia como um documento público, transitório e efêmero, mas nem por isso desprezível enquanto forma de conhecimento. Genro Filho (1989) também entende que o conhecimento produzido pelo jornalismo é essencialmente efêmero, enquanto obedece a critérios diferentes em relação às ciências sociais e naturais, de um lado, e a arte de outro.

O jornalismo não produz um tipo de conhecimento, tal como a ciência, que dissolve a feição regular do mundo em categorias lógicas universais, mas precisamente reconstitui a singularidade, simbolicamente, tendo consciência que ela mesma se dissolve no tempo. O singular é, por natureza, efêmero. O jornalismo também pouco elabora uma espécie de representação cujo singular é arbitrário, projetado soberanamente pela subjetividade do autor, tal como acontece na arte, onde o típico é o eixo fundamental de contato com a realidade. O processo de significação produzido pelo jornalismo situa-se na exata contextura entre duas variáveis: 1) as relações objetivas do evento, o grau de amplitude e radicalidade do acontecimento em relação a uma totalidade social considerada; 2) as relações e significações que são constituídas no ato de sua produção e comunicação (p. 65).

Neste trabalho, tomo com muitas ressalvas a ideia de que o “jornalismo constroi a realidade” como ouvimos frequentemente, tanto no senso comum como em trabalhos acadêmicos. Como aponta Meditsch (2010), normalmente essa expressão aparece como pressuposto e não nas conclusões dos trabalhos. Ele cita como exemplo a análise de Gaye Tuchman, no livro *Making News: a study in the construction of reality*, de 1978. Conforme Meditsch, a autora diz que, ao final de sua análise, não pode provar sua suposição de que a mídia jornalística define o contexto no qual os cidadãos discutem os assuntos públicos, mas que continua acreditando nisso. Creio que, como parte da sociedade, o jornalismo influencia e é influenciado por ela, em graus difíceis de serem mensurados. Nesta dissertação, quando for usada a expressão *construir a realidade*, seu significado será não no sentido de formar o que é exterior ao jornalismo, a vida social, mas sim a ideia de que a notícia não é o fato, mas uma construção a partir deste, capturado na realidade.

Não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como um fragmento do real. Sempre que tentamos dar conta da realidade empírica, estamos às voltas com um real construído, e não com a própria realidade (CHARAUDEAU, 2010, p. 131).

O jornalismo, como um produto social, ganhou a autoridade de poder contar a realidade; historicamente, recebeu a legitimidade de narrar os fatos do presente a seu público, tornou-se uma instituição. “Essa autoridade emerge de um percurso histórico

desse modo de conhecimento, inscrito na trajetória da sociedade moderna, fundado em sua missão pública e em princípios relativamente consensuais na comunidade jornalística” (BENETTI, 2008, p. 21-22). Sendo uma instituição, exerce controle, porém não se trata de um controle no sentido de manipulação das consciências, como dito frequentemente, e nem de um controle policialesco, de imposição de sanções. O jornalismo não impõe regras ou sanções, e, portanto não é uma instância de poder, o “quarto poder”. “Mais que isso, as mídias e a figura do jornalista não têm nenhuma intenção de orientação nem de imposição, declarando-se, ao contrário, instância de denúncia do poder” (CHARAUDEAU, 2010, p. 18).

Embora não seja uma instância de poder, o jornalismo exerce certo poder, uma forma de controle que é característica a todas às instituições. Como descrevem Berger e Luckmann:

As instituições, também, pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam a uma direção por oposição a muitas outras possíveis. É importante ressaltar que este caráter controlador é inerente à institucionalização enquanto tal, anterior a quaisquer mecanismos de sanções estabelecidos para apoiar uma instituição ou independentes desses mecanismos. [...] Dizer que um segmento da atividade humana foi institucionalizado já é dizer que este segmento da atividade humana foi submetido ao controle social (BERGER, LUCKMANN, 1996, p. 80).

Como forma de conhecimento que influencia e é influenciado pela realidade social, o jornalismo usa e se utiliza de expressões textuais que fazem parte do que entende como verdadeiro. Charaudeau (2006) destaca que as “provas da verdade” devem ser exteriores ao sujeito do discurso, devem ser reconhecidas como tal por quem está de fora, precisam assegurar efeitos de verossimilhança. O que está em questão é a credibilidade, “aquilo que determina o 'direito à palavra' dos seres que comunicam, e as condições de validade da palavra emitida” (CHARAUDEAU, 2010, p. 49). Foucault (1996) lembra que tudo o que se percebe como verdadeiro é construído histórica e socialmente, conforme as estruturas ideológicas e de poder vigentes; o discurso da verdade depende sempre do local do qual é proferido e de quem o profere.

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios de outrora, e os laboratórios de hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. (FOUCAULT, 1996, p. 17)

No discurso jornalístico, e em toda forma de discurso, se consolidam aspectos históricos, sociais e ideológicos. Nenhum discurso é acidental; no entanto, isso não significa que seja intencional, apenas reflete o fato de ser um produto da história e de seu sistema de produção (ORLANDI, 1996). Além disso, o discurso não é o texto, o discurso é o que acontece entre os sujeitos de interlocução. Para a teoria da Análise do Discurso de linha francesa, o sujeito é fundamental, mas, apesar disso, “tem um poder de enunciação relativo, pois está submetido a regras que lhes são exteriores e anteriores — e sobre as quais geralmente não tem domínio” (BENETTI, 2008, p. 17). Como todo discurso, o jornalístico também está sujeito a essas regras, e nele estão presentes expressões que deixam revelar os processos históricos e ideológicos formados ao longo do tempo por uma rede complexa de influências.

Além disso, é originado por ideias que moldam processos sociais, proporcionam referentes comuns e dão coesão aos grupos, normalmente em função de interesses, mesmo quando esses interesses não são conscientes (SOUSA, 2003). Sousa (2003b) defende que as notícias são produtos de uma cultura e dos limites dessa cultura. Sua formação está sujeita a sete forças: pessoal, já que resultam das pessoas e suas intenções e capacidades; social, por serem frutos da dinâmica e meio organizacional em que foram construídas; ideológica, porque partem de um conjunto de ideias formadas em função de interesses (conscientes ou não); cultural, já que são fruto do meio cultural em que são criadas; do meio físico, por sofrerem as restrições ou facilidades do ambiente em que são produzidas; dos dispositivos tecnológicos, por dependerem deles para sua produção; e histórica, por fazerem parte de um contexto marcado sempre pela herança cultural passada.

No jornalismo econômico, essas marcas históricas e ideológicas do discurso são muitas vezes evidentes, mas outras vezes apresentam-se de forma sutil. Frequentemente, as falas do jornalismo de economia são excludentes, já que se utilizam de expressões de difícil compreensão para quem não tem aproximação com área econômica. Em um setor da sociedade que nem sempre é de fácil compreensão — a economia e seu funcionamento —, o jornalismo econômico, além de informar, tem a função de traduzir o obscuro discurso do “economês” (CALDAS, 2008; BASILE, 2012; VILAS BOAS, 2006). Isso, porém, nem sempre acontece e, muitas vezes, os textos jornalísticos de economia acabam sendo incompreensíveis para um leigo.

O texto de economia exige esforço extra do repórter para traduzir, em linguagem clara e acessível, a frieza dos números, os termos técnicos e herméticos usados pelas fontes de informação, pesquisas, balanços, relatórios e documentos de governo. É preciso, sobretudo, saber interpretar com simplicidade e agregar novos dados para projetar e oferecer ao leitor indicações de tendências, para que ele possa planejar sua vida ou seus negócios (CALDAS, 2008, p. 85)

Olhando de forma mais ampla, o que prega a teoria do jornalismo econômico é a mesma deontologia do jornalismo em geral: traduzir em linguagem clara e acessível os acontecimentos, agregar dados e fazer relações, ouvir todos os lados. Porém, na prática — especialmente do jornalismo diário, muitas vezes devido à acelerada rotina de produção, outras por comodidade ou falta de informação do jornalista — isso nem sempre acontece.

Já o jornalismo ambiental vem regastar essas regras, tentando retratar a realidade de forma mais abrangente. Bueno (2007) nos remete a uma reflexão sobre a inserção do saber ambiental na comunicação. O jornalismo ambiental é, antes de tudo jornalismo, e deve ter um compromisso com o interesse público, com a democratização do conhecimento e com a ampliação de debates. Capra (1982) entende que os jornalistas, diante da emergência ambiental, deverão mudar o seu modo de pensar fragmentário, e desenvolver uma ética profissional baseada na consciência social e ecológica. Para Sordi (2012) é preciso repensar o jornalismo ambiental como uma especialidade. “Ao exercer um papel de educador, ao necessitar a compreensão de diversas áreas do conhecimento,

ele passa a ser mais do que uma especialidade restrita a editoriais e revistas temáticas, passa a fazer parte de todas as áreas do conhecimento. O jornalista deve adotar uma visão ambiental, e expô-la em todas as editorias, sejam elas de política, economia, entre outras” (p. 39).

Particularmente — embora concorde com essa visão, e talvez por força de minha prática jornalística —, não vejo como, na atualidade, o jornalismo possa ser exercido da forma como idealmente defendem os teóricos do jornalismo ambiental, perpassando todas as editorias. O jornalismo ambiental quebra o dogma da imparcialidade, propõe uma atuação engajada em favor da sustentabilidade, em favor do uso racional dos recursos naturais, e, conseqüentemente, contra o consumismo desenfreado dos países ditos desenvolvidos. O jornalismo ambiental precisa ter um caráter revolucionário, comprometido com a mudança de paradigmas (BUENO, 2007), o que na maior parte das vezes, vai de encontro inclusive aos interesses dos próprios meios de comunicação tradicionais. Embora a cobertura de meio ambiente esteja crescendo dentro dos veículos, ela ainda não reflete as proposições do jornalismo ambiental.

Um dos maiores desafios dos jornalistas interessados nos assuntos ambientais é dar visibilidade na grande mídia aos diagnósticos que apontam os atuais meios de produção e consumo como os grandes vilões ambientais da atualidade. [...] A Avaliação Ecosistêmica do Milênio – um dos mais completos estudos ambientais já feitos até hoje – sugere expressamente em uma de suas recomendações que “os economistas refaçam suas contas”, pois esse modelo que esgota os estoques de matéria-prima e energia depende da publicidade – e do imenso repertório de sons, imagens e arquétipos que manipulam os sentidos na direção do consumo compulsivo – para que a equação da insustentabilidade se resolva. É a publicidade também que sustenta os veículos de comunicação de massa e paga os salários dos jornalistas. Daí porque não é difícil imaginar que em algumas redações possa haver constrangimentos, ou até mesmo impedimentos, quando se questiona o consumismo (TRIGUEIRO, p. 84)

Isso não significa, no entanto, que esses valores não devam ser perseguidos. Acredito que somente por meio do conhecimento, em todas as esferas da vida pública, se poderá transformar não apenas o jornalismo, mas também a sociedade. Também temos que levar em conta que a consciência ambiental vem crescendo, fazendo com que a

pressão por esse tipo de conteúdo e a própria consciência dos jornalistas aumente. Retomando o que já foi dito anteriormente, o jornalismo influencia e é influenciado pela realidade social, e a construção da realidade não se dá num caminho de mão única. O problema com que se debatem os jornalistas ambientais não é o desconhecimento desse processo, mas a urgência da resolução. A ansiedade de precisar acelerá-la.

Para realizar meu trabalho, portanto, considere o objeto a partir de um olhar do jornalismo ambiental, estudando o jornalismo econômico a partir desses aspectos. Ao analisar, estava ciente, entretanto, que dificilmente encontraria textos que se encaixassem totalmente na classificação “jornalismo ambiental”, por isso direcionarei meu estudo à tentativa de mapear, no discurso do *Valor Econômico*, os sentidos dados à questão da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento nos textos de economia.

3.2 Jornalismo e Meio Ambiente

No Brasil e no mundo, o despertar ambiental da imprensa teve início em grande parte na década de 1960. A cobertura de meio ambiente começou a crescer no Brasil especialmente a partir da Eco 92, embora desde o século XIX comunicadores relatassem questões de cunho ambiental. Porém, a imprensa, no geral, só começou a dar importância à pauta ambiental diante da maior frequência de desastres ambientais (GIRARDI *et al*, 2012).

De acordo com o jornalista José Pedro Martins (2011), autor de *Terra Cantada – Uma História da Sustentabilidade*, a cobertura jornalística de meio ambiente no Brasil começa na década de 1970, com o problema da poluição no município de Cubatão, uma das cidades mais poluídas do mundo na época. Depois, na década de 80, surgiu o tema da Amazônia. Porém, o grande avanço na produção jornalística brasileira sobre meio ambiente vem com a Eco 92. Conforme a Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental (RBJA) (2012) — plataforma na Internet de interação entre jornalistas, estudantes, assessores de imprensa e acadêmicos interessados em discutir temas que envolvam

jornalismo e meio ambiente — em âmbito mundial, a primeira organização de jornalismo ambiental surgiu na França, na década de 60:

Já as primeiras coberturas específicas sobre o meio ambiente surgiram após a Segunda Guerra Mundial, quando a ecologia ganhou força como tema de relevância mundial, inicialmente no Primeiro Mundo. O novo boom ocorreu em meados dos anos 80, com a descoberta do buraco na camada de ozônio e as primeiras hipóteses sobre o impacto das atividades humanas no aumento do aquecimento global. (RBJA, 2012)

Conforme a Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, atualmente, temas como os transgênicos, a biopirataria como ameaça à diversidade e à soberania nacionais, o aquecimento global e a segurança alimentar trouxeram novo impulso ao jornalismo ambiental. A RBJA também destaca que a área vem ganhando espaço na academia, onde “já existem diversos trabalhos de pesquisa e iniciativas para o fortalecimento da formação neste campo”. A Rede cita como exemplos a disciplina de Jornalismo Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ministrada pela professora Ilza Maria Tourinho Girardi, primeira da área em uma universidade pública brasileira, e o professor Wilson Bueno, da Universidade Metodista de São Paulo, que mantém pesquisas, *sites* e publicações. Há ainda o professor e criador do curso de Jornalismo ambiental da PUC-RIO, jornalista André Trigueiro. Segundo o *site* do curso⁶, Trigueiro atua profissionalmente na área há 20 anos, além de ser editor do programa *Cidades e Soluções*, veiculado na emissora GloboNews.

Entre 1960 e 1970, segundo o sociólogo John Hannigan, nos Estados Unidos e no Reino Unido houve expressivo aumento da cobertura de ecologia. Porém, de acordo com ele, depois desse despertar, a cobertura começou a decair a partir dos anos 1980 (HANNIGAN, 1995), tendo espaço na imprensa especialmente matérias mais específicas e de caráter mais local. Na década seguinte, o tema volta a ter importância.

No Brasil, acompanhando os rumos mundiais, o tratamento dos fatos ambientais também demorou a ser considerado, florescendo no

6 <http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Jornal/Meio-Ambiente/PUC-Rio-recebera-congresso-nacional-de-jornalismo-ambiental-11371.html>

fim da década de 1960. Surgem nesta época os primeiros movimentos ambientalistas, como a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – Agapan – criada pelo ativista José Lutzenberger, a Resistência Ecológica, a Associação Paulista de Proteção à Natureza e a Associação Catarinense de Preservação da Natureza. Estas instituições tinham objetivos bem amplos, visando à preservação da natureza como forma de cuidado da espécie humana. É neste período de criação de entidades com preocupação ambiental que muitos exilados políticos retornam ao Brasil trazendo exemplos do que já ocorria na Europa – onde a consciência ambiental já tinha um pouco mais de força que nas terras brasileiras. Após os ambientalistas levantarem sua bandeira em prol de uma vida mais sustentável, a comunidade científica também se interessa pelo tema e inicia os estudos que comprovariam a ameaça de manutenção da espécie humana. (GIRARDI et al, 2012).

Segundo Girardi *et al* (2012) o jornalismo ambiental brasileiro que conhecemos hoje nasce do esforço pessoal de jornalistas interessados pelo tema. Para Villar (1997), foram decisivos para o crescimento da cobertura jornalística ambiental brasileira a descoberta do buraco na camada de ozônio, nos anos 1980, e o aquecimento global.

Nos anos 1990, após inúmeros desastres e uma conscientização maior dos jornalistas, empresários e políticos, abriram-se espaços específicos para o tema e surgiram revistas voltadas somente para tratar a temática. Mesmo com os avanços, ainda encontram-se muitas notícias isoladas de contexto e delineadas por causa de eventos (nas quais são consideradas a presença de celebridades e o simbolismo), de catástrofes ambientais e de acontecimentos jurídicos administrativos, como audiências públicas, alterações de leis ambientais, lançamentos de livros, etc (GIRARDI *et al*, 2012).

A cobertura ambiental — que se reforça quando ocorrem no Brasil as conferências internacionais sobre meio ambiental (Eco 92, Rio+10 e Rio+20) ou quando são divulgados os relatórios do IPCC — diminui muito de intensidade passado o período desses eventos. O que, jornalisticamente, é compreensível, já que o factual requer uma cobertura maior. Porém, também a relevância dos temas debatidos demandaria mais atenção da imprensa. Para Girardi *et al* (2012) embora a questão ambiental esteja despertando cada vez mais atenção, a cobertura não tem a qualificação adequada.

Faltam repórteres e editores que compreendam a complexidade do tema e atuem de forma sistemática, assim como empresários da comunicação que invistam na qualificação da informação, permitindo ao público que entenda as conexões que não podem ser explicadas em um simples *lead*. Temos acesso hoje a revistas e cadernos especializados e até editoriais ‘verdes’ voltadas para o tema, porém assistimos a muitos momentos de encolhimento, no qual o meio ambiente parece ser desinteressante (GIRARDI *et al*, 2012).

Na avaliação de Bueno (2007), a crise na imprensa favorece a má cobertura dada às temáticas ambientais. Com falta de investimento nas redações, os bons profissionais acabam por ingressar em grandes organizações empresariais ou se sentem estimulados a abrir seu próprio negócio. Exercer o jornalismo ambiental exige formação prévia e atualização constante, uma vez que esse campo é relativamente recente e ainda está em constante modificação.

O entendimento do conceito atual de meio ambiente é que vai determinar a teoria do jornalismo ambiental. Conforme destaca Schwaab (2011), a explicação sobre o que significa meio ambiente sofreu modificações ao longo do tempo. Hoje, o pensamento ecológico compreende a inter-relação entre tudo o que há no planeta e a inevitável reação às ações humanas no meio natural. Conforme Leis (1999), a visão mais abrangente sobre o meio ambiente começa a tomar corpo na transição entre os anos de 1970 e 80, quando começa a fase atual do pensamento ecológico, que inclui o ser humano na biosfera e fortalece o elo com as Ciências Humanas e Sociais ao incorporar problemas econômicos e sociais junto aos ambientais.

É a partir dessa visão que a teorização sobre o jornalismo ambiental preconiza que a prática deve ter uma noção sistêmica, já que “o saber ambiental não se confunde ou é privilégio de instâncias especializadas e que, na verdade, é resultado da articulação de múltiplos saberes, com forte e benéfica influência dos saberes, experiências e conhecimentos tradicionais” (BUENO, 2007, p. 36). Este modo de ver parte do conceito adotado de meio ambiente, entendido como:

(...) o complexo de relações, condições e influências que permitem a criação e a sustentação da vida em todas as suas formas. Ele não se limita apenas ao chamado meio físico ou biológico (solo, clima, ar, flora, fauna, recursos

hídricos, energia, nutrientes, etc.), mas inclui as interações sociais, a cultura e expressões/manifestações que garantem a sobrevivência da natureza humana (política, economia, etc.) (BUENO, 2007, p. 35).

Segundo Bueno (2007), de forma simplificada, se pode conceituar o jornalismo ambiental como a captação, produção, edição e circulação de informações comprometidas com a temática ambiental e que se destinam a um público leigo, não especializado. Para ele, o Jornalismo Ambiental desempenha, entre outras, três funções principais: 1) a função informativa: a necessidade que os cidadãos têm de estar em dia com os principais temas que abrangem a questão ambiental; 2) a função pedagógica: explicitação das causas e soluções para os problemas ambientais e indicação de caminhos (que incluem necessariamente a participação dos cidadãos) para a superação dos problemas; e 3) a função política: que tem a ver com a mobilização dos cidadãos para fazer frente aos interesses que condicionam o agravamento da questão ambiental.

Obviamente, encontrar exemplos nos quais apareçam juntas essas premissas ainda não é tarefa fácil. O jornalista, além de precisar ter muito estudo e compreensão da temática ambiental, ainda deve lutar contra todo um sistema de trabalho que exige rapidez e alta produtividade. No caso do jornalismo de economia, ainda há a influência de uma área da vida humana que considera que crescimento econômico pode ser a resposta para os problemas sociais e até ambientais. Neste caso, ignorando que a forma de crescimento como a conhecemos hoje é incompatível com a preservação do meio ambiente e responsável por um dos grandes perigos para a humanidade, o aquecimento global.

Neste trabalho, procurei analisar o jornalismo econômico com um olhar ambiental, mas sabendo das dificuldades e restrições que o jornalismo sofre. O *Valor Econômico*, como principal jornal de economia do país, foi meu objeto na busca por entender como são mostradas as questões referentes ao desenvolvimento e ao crescimento no jornalismo de economia.

4 Objeto e Metodologia

4.1 O Valor Econômico

A pesquisa foi desenvolvida tendo como objeto o jornal *Valor Econômico*, cuja primeira edição foi publicada em 5 de maio de 2000. A publicação é fruto de uma parceria entre as Organizações Globo e a *Folha de S.Paulo*, dois dos maiores grupos de comunicação do país. Segundo o próprio *Valor*, trata-se do maior jornal de economia, finanças e negócios do Brasil e completou 13 anos no mercado em 2013.

São cinco cadernos diários com notícias (Brasil, Política Nacional e Internacional; Empresas; Finanças; EU&; e Legislação & Tributos), além de artigos e análises sobre os temas relacionados à área econômica. Aos fins de semana, o jornal circula em publicação única, referente à sexta-feira, sábado e domingo. O *Valor* também publica mais de 30 revistas, cinco anuários e 70 suplementos especiais que, de acordo com a descrição da empresa, “analisam, com profundidade, setores e cenários econômicos do Brasil e do mundo”. Seu conteúdo ainda está disponível nas plataformas digitais em versões para PC, iPad, Android, mobile, iPhone e Blackberry. Na Internet, o *Portal Valor* oferece o conteúdo completo apenas para assinantes. O conteúdo gratuito é bastante reduzido. Além das análises de mercado, há ferramentas, simuladores, cotações e blogs de opinião.

O jornal foi criado para atender às necessidades de informações econômicas de um público composto por empresários e executivos (CORDENONSSI, 2010), portanto, “é direcionado às classes AB, que ocupam cargos estratégicos tanto em corporações quando em empresas públicas e buscam informações mais específicas do que as oferecidas pelos jornais de interesse geral” (p. 86). Pesquisa do Instituto Ipsos Marplan, feita no terceiro trimestre de 2010 e apresentada na página institucional do *site* do *Valor*⁷,

⁷ <http://estudiobistro.com.br/valor/index.php/institucional/leitores>

aponta que o jornal tem 418 mil leitores entre impresso e Internet, sendo que 35% do seu público pertence à classe A. Segundo o estudo, os outros jornais têm, em média, 11% de público da classe A. Além disso, somando-se jornal e internet, o *Valor* possui três vezes mais leitores com ganhos de mais de dez salários mínimos em comparação a outras publicações.

Quanto à definição da linha editorial do *Valor*, Cordenonssi (2010) destaca que, a partir das entrevistas feitas com os principais envolvidos na criação do jornal, os sócios buscavam uma publicação compatível com os valores de seus futuros leitores. Conforme relato de um deles, Otavio Frias Filho⁸, à autora, “deveria ser um jornal liberal em economia, liberal em política, como não poderia deixar de ser um jornal deste tipo”. Durante a festa de lançamento do *Valor*, o presidente do Grupo Folha, Luis Frias, reafirmou a ideia da publicação: “O novo jornal deverá pautar-se por uma atitude de independência em face do governo e grupos políticos ou econômicos, procurando orientar-se de acordo com o melhor interesse público. Será pluralista, aberto às diversas correntes de pensamento econômico e social e será apartidário” (PARK apud CORDENONSSI, 2010, p. 86).

A proposta editorial do Valor Econômico tem raízes no fenômeno que emergiu, na década de 1970, quando o pensamento do economista britânico John Maynard Keynes, que atribuía ao Estado o papel de corrigir as deficiências do mercado e induzir os países ao desenvolvimento, perdeu força. (CORDENONSSI, 2010, p. 79)

O *Valor* começou a ser gestado num contexto político em que chegava ao Brasil o neoliberalismo, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. No entanto, conforme Carlos Eduardo Lins da Silva⁹, ex-diretor adjunto e um dos criadores do *Valor Econômico*, não houve influência direta dos valores neoliberais sobre o jornalismo praticado pela publicação (CORDENONSSI, 2010). Segundo ele, “com o neoliberalismo ou sem o neoliberalismo teria sido o mesmo posicionamento, um posicionamento

⁸ Entrevista concedida a Cordenonssi, em 6 de outubro de 2009, e constante nos anexos da tese da autora.

⁹ Entrevista dada a Cordenonssi, em 1 de outubro de 2009, e constante nos anexos da tese da autora.

editorial evidentemente a favor do livre mercado, da democracia, da ética empresarial, da ética nos negócios”.

Quando começou a ser pensado, o único jornal de economia de circulação nacional era a *Gazeta Mercantil*, que passava por um período de crise. Os Grupos Folha e Globo entenderam, então, que era um bom momento para lançar uma publicação concorrente à *Gazeta Mercantil* e que pudesse ser lucrativa. Segundo Lins da Silva, ex-diretor adjunto do *Valor* e um dos criadores da publicação: “Em dois anos a *Gazeta* e nós já éramos iguais no faturamento e em circulação. Depois, abriu distância e a *Gazeta* fechou”. (CORDENONSSI, 2010, p. 89)

No contexto histórico em que está inserido e, a partir da própria autodefinição do jornal *Valor Econômico*, torna-se fundamental fazer aqui uma breve descrição do que é o liberalismo e a partir disso tentar entender o que significa para a pesquisa, não procurando achar respostas e resultados que certamente não serão encontrados justamente pela postura política assumida pela publicação. A principal característica do liberalismo é a defesa da não intervenção estatal na economia. Como todas as correntes político-econômico-filosóficas, no entanto, a não intervenção pode ser defendida de forma mais radical ou mais branda. Adam Smith — considerado o grande teórico do pensamento liberal — acreditava que a livre competição faria os recursos serem deslocados para as atividades em que eram realmente necessárias. Porém, ele não defendia um *laissez-faire* total, pois entendia que o governo era importante em setores como a justiça, a defesa nacional, obras públicas de infraestrutura e educação primária (BACKHOUSE, 2007, p. 157). Para esse trabalho, como não tenho a pretensão de aprofundar a definição de liberalismo, mas apenas apontar algumas características para melhor situar o contexto de criação e a visão de mundo do *Valor Econômico* no que se refere ao crescimento econômico e à sustentabilidade ambiental, nos basta saber que o liberalismo defende a liberdade econômica como forma de desenvolvimento individual e social.

4.2 *Corpus*

Para formar o *corpus* da pesquisa, usei todas as edições do jornal *Valor Econômico*, incluindo os cadernos especiais, entre os dias 1º de janeiro e 31 de maio de 2013. A ideia inicial para a realização desse estudo era juntar todas as matérias referentes a crescimento ou desenvolvimento e meio ambiente. Textos que tratassem, por exemplo, de produção industrial, PIB, crescimento econômico, desenvolvimento (social ou econômico), poluição, economia de energia, novas tecnologias menos poluentes, preservação de recursos, sustentabilidade, recursos naturais, etc. Porém, ao realizar uma primeira observação do *Valor Econômico*, percebi que o *corpus* para análise ficaria muito grande, inviável em relação ao tempo disponível para a execução do projeto.

Por conta dessa constatação, decidi restringir os temas que serão analisados. Nessa observação do *Valor*, notei que a publicação dá grande espaço a questões referentes à energia, assunto que pode tanto relacionar-se a abordagens ambientais (conservação de energia, melhores práticas, novas fontes não poluentes), como de desenvolvimento ou crescimento econômico (política energética nacional ou internacional, exploração de petróleo, mercado de energia). Além disso, é uma das questões fundamentais a serem resolvidas para se amenizar os impactos do aquecimento da Terra.

Porém, mesmo fazendo esse primeiro recorte, notei que o *corpus* continuava extremamente grande e, além disso, na busca por expressões representativas do tema energia, surgiram matérias nas quais o assunto era apenas citado, em contextos que não se referia diretamente à energia, como, por exemplo, a variação do IPC-S (Índice de Preços ao Consumidor - Semanal), que, entre tantos outros itens, citava a alta do preço da energia, ou ainda uma matéria sobre trens na qual é citado o tipo de combustível usado. Assim, optei por fazer um novo recorte, selecionando apenas os textos nos quais a cartola¹⁰ estivesse relacionada à questão energética e que fosse abertura de página. A opção de excluir matérias secundárias ocorreu devido à inviabilidade de se estudar

10 Uma ou mais palavras usadas para indicar o assunto da matéria. Comumente utilizada em cima do título (no caso do *Valor* logo abaixo).

aprofundadamente um *corpus* muito extenso e ao fato de que as matérias de abertura de página são consideradas as mais importantes para uma publicação, revelando, por si só, a relevância que um determinado veículo dá ao assunto escolhido para ser a principal matéria da página. Também há a característica que, por se tratarem de textos mais longos, permitiram uma análise mais detalhada do conteúdo do discurso. Ao todo, nos cinco meses de *Valor Econômico*, foram separados com essas características que identificam o recorte proposto 419 sequências discursivas (SDs) para análise.

4.3 Enquadramento metodológico

A produção jornalística é o resultado de um conjunto de forças conflitantes e/ou convergentes. Sousa (2003) lembra que a notícia é o resultado da interação histórica e presente de forças de matriz pessoal, social, ideológica, cultural, do meio físico e dos dispositivos tecnológicos. As notícias resultam parcialmente das pessoas e das suas intenções e capacidades, mas também são frutos das dinâmicas e dos constrangimentos do sistema social, particularmente do meio organizacional em que foram construídas e fabricadas. É importante salientar essa visão para que se perceba como o tema jornalismo econômico, desenvolvimento e sustentabilidade ambiental foi analisado nessa pesquisa.

Para tentar revelar os sentidos presentes nos discursos do jornal *Valor Econômico*, dentro do amplo tema “desenvolvimento e meio ambiente” resolvi selecionar a questão energética. O assunto energia pode, jornalisticamente, trazer vários enfoques: o ambiental, o da segurança nacional, o econômico e o da tecnologia são alguns exemplos. Sendo o *Valor* um jornal de economia, obviamente encontrei prioritariamente abordagens ligadas a esse aspecto, mas também procurei identificar quais são as outras características presentes em seu discurso.

Para tentar apreender as variáveis — especialmente as referentes às forças sociais, culturais, ideológicas e históricas — do discurso do *Valor Econômico*, usei a Análise de Discurso de linha francesa. A partir do discurso jornalístico, identifiquei os sentidos

presentes, levando em consideração que, como aponta Brandão (1996), “a linguagem, enquanto discurso, é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente (na medida em que está engajada numa intencionalidade) e nem natural, por isso é o lugar privilegiado da manifestação ideológica”. Já que em qualquer texto há “a opacidade da linguagem, a determinação dos sentidos da história, a constituição dos sujeitos pela ideologia e pelo inconsciente” (ORLANDI, 2003, pág. 59), busquei por meio da Análise de Discurso identificar os sentidos dados à questão energética, especialmente a ligação do tema aos conceitos de crescimento, desenvolvimento e meio ambiente.

A sistematização da metodologia seguiu as etapas propostas por Benetti (2010) para a Análise do Discurso: mapear os sentidos que se repetem (paráfrases), e analisá-los para compreender os valores que os sustentam, sempre fazendo a correlação com os conceitos de crescimento e desenvolvimento, e com as correntes de pensamento propostas por Leff e Caporal e Costabeber. Além disso, tentei apontar sentido que poderiam estar no conjunto de textos, mas que não aparecem. Em uma análise prévia do *corpus* da pesquisa, identifiquei grande quantidade de não-ditos sobre os temas pesquisados. Para a Análise de Discurso, o que não é explicitado também significa. Para estudar o que não é dito, usarei a definição de silenciamento de Orlandi (2005) que aponta que “como o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito, ao dizer ele estará, necessariamente, não dizendo 'outros' sentidos” (p. 55).

Após a seleção do material, cada texto foi numerado com uma sigla em ordem cronológica (T1, T2, T3...). Num primeiro momento fiz a separação das matérias pelo que classifiquei como viés, determinando qual a abordagem geral dada ao texto. Nessa primeira classificação, os textos foram agrupados em nove abordagens diversas (do “desempenho financeiro”, da “regulação de regras do mercado”, da “expansão”, do “gerenciamento”, do “abastecimento”, da “produção”, da “situação trabalhista”, da “eficiência energética” e do “meio ambiente”). As categorias foram estabelecidas durante a observação da amostra, levando-se em conta a característica mais evidente do texto em estudo. Esse primeiro movimento de análise serve para avaliar o tipo de olhar que o jornalismo do *Valor* tem da questão energética.

As matérias classificadas como “desempenho financeiro” caracterizam-se por, predominantemente, tratar do balanço financeiro de empresas, lucros ou prejuízos,

cotação em bolsa, etc. Também a identificação “regulação de regras de mercado” é quase autoexplicativa, referindo às regulações estabelecidas pelo Estado às atividades relacionadas ao setor de energia. Já “expansão” e “gerenciamento” merecem um pouco mais de atenção. Por “expansão” refiro-me à expansão física, como construção de novas linhas de transmissão, novas usinas, aumento da produção a partir de procedimentos ou modernizações antes não existentes, e expansão de investimentos que podem resultar em expansão física; e “gerenciamento” abrange aspectos como readequações financeiras e de produção, movimentos relacionados à gestão, seja de empresas públicas seja de privadas. Os textos agrupados em “abastecimento” referem-se ao atendimento à demanda por energia; os de “produção” tratam basicamente de relatos sobre a produção de uma determinada empresa; os de “situação trabalhista” relatam contextos relacionados à situação dos operários que trabalham em grandes obras para a produção de energia; os de “eficiência energética” referem-se normalmente a novas práticas ou tecnologias que permitam economizar energia; e, finalmente, os de “meio ambiente” tratam das questões ambientais envolvidas no tema energia. As matérias foram sempre classificadas a partir de sua característica mais evidente, mesmo que contivessem elementos de outras categorias. Uma matéria agrupada em “expansão”, por exemplo, também pode trazer elementos de “meio ambiente”, mas, por sua característica principal não ser essa, foi classificada pelo viés da “expansão”.

Numa segunda etapa, visando aprofundar a análise, identifiquei nos textos as sequências discursivas (SD) que mais se sobressaem, considerando especialmente a paráfrase e a ausência de temas que poderiam estar no discurso. A paráfrase, sendo o retorno constante ao mesmo saber (ORLANDI, 1996), permite verificar as representações hegemônicas no discurso. Além disso, tentei apontar sentidos que poderiam estar no conjunto de textos, mas que não aparecem.

Nesta fase, procurei entender como o *Valor* coloca as questões relacionadas ao crescimento econômico e ao desenvolvimento, e demonstrar como a questão ambiental aparece nos textos. Por meio da Análise do Discurso, foram mapeadas as marcas e reiterações discursivas que indicam os sentidos presentes no discurso do *Valor* e identificadas as sequências discursivas (SD) que mais tornassem claros esses sentidos (anexo 2).

A partir deste enquadramento metodológico, fiz a análise do discurso do *Valor Econômico* relativo à questão ambiental e aos conceitos de desenvolvimento e crescimento, tendo como referência as teorias apresentadas até aqui. Como já destacado, o estudo concentrou-se especificamente nos aspectos que envolvem a questão energética, com um *corpus* que abrange o período de janeiro a maio de 2013. No capítulo seguinte, mostro quais foram as principais marcas desse discurso.

5 O Discurso do Valor Econômico

Na primeira parte da análise, quando os textos foram divididos nas nove categorias pré-definidas conforme o principal viés tratado na matéria, pode-se observar que grande parte do espaço destinado à questão energética trata de aspectos financeiros relacionados ao assunto. Dos 130 textos estudados, 34 se encaixam no grupo “expansão”. Isso significa que são matérias que tratam de aumento de investimentos, de crescimento empresarial, da construção de novas filiais ou de expansão de negócios. Logo após o grupo “expansão” está “desempenho financeiro”, com 31 ocorrências, reunindo matérias que abordam temas como cotação em bolsa de valores, lucros e prejuízos de empresas, públicas ou privadas. Em terceiro lugar em número de ocorrências está “gerenciamento”, com 22, sobre readequações financeiras e de produção, além de movimentos empresariais relacionados à gestão. Depois de “expansão”, “desempenho financeiro” e “gerenciamento” aparecem os grupos “regulação” (com 19 textos com este viés), “abastecimento” (com 8), “produção” (com 7), “meio ambiente” (4) e “situação trabalhista” (1).

Com esses números, já se pode perceber o grande espaço editorial destinado ao aspecto financeiro. Essa característica vai ao encontro do estudo de Puliti (2009), que já havia observado a financeirização do noticiário econômico no Brasil, mesmo que seus objetos de análise tenham sido publicações não especializadas em economia – no caso a *Folha de S. Paulo* e o *Estado de S. Paulo*¹¹. Para a autora, “o noticiário tornou-se um espelho do pensamento único e endossou as reformas econômicas de interesse do capital financeiro tratando-as como de amplo interesse nacional” (PULITI, 2009, p. 7). Outro ponto em comum entre a pesquisa de Puliti e as observações feitas nesta etapa do estudo

11 Em seu estudo, Puliti analisa 14 anos dos jornais *Folha de S. Paulo* e o *O Estado de S. Paulo*. A autora concluiu que o conteúdo dos noticiários econômico começou a se transformar a partir de 1980, substituindo tradicionais fontes de informação, empresários e produtores rurais, e em menos escala acadêmicos e sindicalistas, por economistas do mercado financeiro. Porém, segundo ela, a grande mudança ocorreu a depois de 1994, em decorrência do Plano Real, com o que a autora chama de “segunda etapa da financeirização, aquela com contornos ideológicos”.

foi a “ausência de assuntos econômicos de cunho social”. Como apontou Puliti, num contexto neoliberal:

O desempenho econômico futuro de um país é calculado a partir de dados passados que, inseridos em um programa de computador, permitem prever o que acontecerá no futuro: qual será o tamanho da inflação, do Produto Interno Bruto (PIB), da balança comercial, das transações totais correntes, da produção industrial, do nível de emprego, da valorização do câmbio e da valorização das ações em bolsa de valores. As planilhas são a bola de cristal contemporânea, e quaisquer dados que venham a fugir do que elas mostram seriam resultados de fórmulas mal aplicadas pela autoridades. É com essa simplicidade argumentativa que os economistas do mercado financeiro justificam suas projeções que não se confirmam. (PULITI, 2009, p. 23)

No caso da questão energética, vários temas de cunho social e ambiental poderiam ser abordados, como a própria discussão sobre a necessidade de se aumentar ou não em continuidade a produção de energia no país, ou os impactos ambientais e sociais de cada fonte de geração de energia. São questionamentos importantes para o futuro e para a economia e que, no entanto, pouco aparecem nas páginas do *Valor*.

Na segunda parte da análise me propus a analisar o discurso do *Valor Econômico* nos textos sobre energia, tentando compreender a relação entre a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento ou crescimento econômico nos textos da publicação. Identifiquei as correntes de pensamento presentes no *Valor* relativas à sustentabilidade ambiental e ao modelo de desenvolvimento atual com base no referencial teórico descrito neste trabalho. A partir disso, aponto quais as características da construção dos discursos sobre meio ambiente e o desenvolvimento. Também busquei verificar se o *Valor Econômico* estabelece relações entre os dois temas nas matérias publicadas e se existem contradições em seu discurso.

Para operacionalizar a análise, dos 130 textos do *corpus* foram extraídas 419 seqüências discursivas (SDs). A escolha desses trechos obedeceu a critérios que buscassem evidenciar e responder às questões propostas por este trabalho, indícios de como o *Valor Econômico* entende a questão do desenvolvimento e do meio ambiente. Como explica Orlandi: “a melhor maneira de atender à questão da constituição do *corpus*

é construir montagens discursivas que obedecem a critérios que decorrem de princípios teóricos da análise do discurso, face aos objetos da análise, e que permitem chegar à sua compreensão” (2001, p. 63). A partir da extração das SDs, foram identificados os “valores” de cada um dos 130 textos do *corpus*. Apontei primeiramente se o texto trata de desenvolvimento ou crescimento, e se a questão ambiental está presente ou ausente (anexo 2). No caso em que aparecem na matéria referências ao meio ambiente, as classifiquei conforme as considerações teóricas deste trabalho, especialmente se o discurso encaixa-se em uma economia ambiental ou ecológica, ou numa nova racionalidade ambiental, conforme descrito por Leff (2010).

5.1 Crescimento

Os textos do *Valor Econômico* sobre a questão energética falam normalmente de lucros, investimentos e prejuízos. O crescimento econômico é a tônica do discurso, o aspecto que mais se destaca nas 419 Sequências Discursivas extraídas. Mesmo a questão do desenvolvimento, entendido neste trabalho como melhoria da qualidade de vida de uma determinada população, praticamente não está presente. A questão ambiental aparece esporadicamente, algumas vezes com profundidade, mas não num conjunto significativo de matérias. No geral, o meio ambiente está presente como oportunidade de investimento e crescimento econômico, ou como empecilho para os mesmos.

Uma característica que se sobressai nos textos do *Valor Econômico* é a financeirização do discurso. Além do aumento da produção física da energia, o que também caracteriza uma defesa do crescimento econômico, o aspecto financeiro ocupa lugar predominante nas matérias. Como financeirização, usei a definição dada por Puliti, que entende que o noticiário com este viés traz como principais temas:

- a) comportamento dos mercados de ações, câmbio e juros; b) quaisquer tipos de investimentos de pessoas físicas ou jurídicas realizados dentro do sistema financeiro; c) medidas do Banco Central que afetam o funcionamento do mercado de capitais, como compra e venda de moedas estrangeiras, decisões sobre taxas de juros e cobrança de impostos sobre aplicações financeiras. Mas a

financeirização do noticiário vai muito além de investimentos no sistema financeiro. A financeirização embute a ideologia do neoliberalismo financeiro, o que se traduz em privatizações, desregulamentação, reformas e rigidez fiscal. (PULITI, 2009, p. 18).

Nos trechos que seguem, nota-se claramente a financeirização do discurso. Muitas vezes, os textos trazem apenas projeções, “humores” da bolsa de valores ou dos investidores. Aspectos que podem trazer problemas ambientais sérios, como a utilização de usinas termelétricas movidas a carvão para a produção de energia ou o aumento das temperaturas com a consequente elevação do consumo de energia, são muitas vezes citados apenas como uma forma de aumentar a lucratividade das empresas do setor. O que vai além do lucro é externalidade, não é levado em conta. Na sequência discursiva SD245, por exemplo, a preocupação é na busca de uma solução para a venda do gás encontrado, e não se existe demanda para o produto, se ele *precisa* ser vendido. A lógica é, se foi encontrado, deve ser explorado e vendido. Já nas SDs do T1 há a preocupação do governo com a oferta de eletricidade no país, mas também o resultado financeiro das empresas envolvidas no acionamento das usinas termelétricas, com detalhamento de recursos investidos e prejuízos. E nos trechos do T155 mais uma vez fica claro o viés financeiro da matéria, que fala em “arrecadação recorde” e “apetite das empresas”.

T1:

SD1 - A retomada da operação vai aliviar em parte a tensão do governo com relação à oferta de eletricidade no país. Os reservatórios das hidrelétricas estão com níveis próximo do limite que garante o atendimento pleno da demanda. E **todas as termelétricas** (a gás natural, óleo combustível e diesel) **disponíveis estão em operação** no momento.

SD2 - Durante o acionamento de emergência, a AES Uruguaiana será remunerada pelo Encargo de Serviços do Sistema (ESS), pago por todos os consumidores para garantir principalmente a segurança do abastecimento do sistema. Segundo Cyrino, no entanto, o pagamento à térmica não deve causar um efeito significativo nas contas da empresa.

SD3 - A AES **continua buscando formas para ganhar dinheiro** com a termelétrica.

SD4 - A AES investiu cerca de US\$ 400 milhões na construção da usina, inaugurada em 2000. Após inúmeras interrupções pontuais no fornecimento de gás, a YPF cortou definitivamente o atendimento à térmica em dezembro de 2008, alegando motivos de “força maior”. O impasse levou a usina a **registrar um prejuízo** de R\$ 434 milhões naquele ano, com a compra de energia para honrar os contratos com as distribuidoras.

T70:

SD243 - A grande movimentação com ações da petroleira HRT esta semana, que **elevou o preço do papel em 33% em quatro dias e confundiu parte do mercado**, é a parte mais visível de um movimento de grandes acionistas estrangeiros e nacionais que estão perdendo a paciência com a empresa.

SD244 - No Brasil, o objetivo é unir forças com outros acionistas para aumentar a governança, controlar o caixa e rever o plano de negócios da companhia, que desde a abertura do capital, em outubro de 2010, **acumula uma queda de 81,5% no preço das ações**, já ajudada pela escalada desta semana.

SD245 - **Além da falta de solução para a venda do gás que a companhia encontrou** na bacia do Solimões, na Amazônia, um dos temas que não vem agradando aos acionistas é a proposta de pagar cerca de R\$ 44,321 milhões de remuneração aos gestores (parte em ações e outra em dinheiro) em 2013.

T115:

SD390 - **A arrecadação**, que será depositada até o dia 6 de agosto, **é recorde:** R\$ 2,82 bilhões em bônus de concessão, mais de R\$ 700 milhões acima dos R\$ 2,1 bilhões obtidos em novembro de 2007, na 9a Rodada. **Foi também batido o recorde de bônus por**

um só bloco, sendo oferecido R\$ 345,9 milhões para o FZA-M-57, bloco na Foz do Amazonas, arrematado pelo consórcio formado pela francesa Total , a brasileira Petrobras e a britânica BP.

SD391 - “Isso é espantoso, muito bacana e grandioso”, comemorou a diretora-geral da ANP, Magda Chambriard. Ela **mostrou-se particularmente satisfeita com o apetite das empresas pelas áreas terrestres promissoras em gás** dos Estados do Maranhão, Piauí, Paraíba e Bahia. No seu entendimento, esse apetite abre perspectivas de sucesso para os leilões da 12a Rodada, prevista para outubro, **cujo foco será a produção de gás natural, inclusive o promissor gás de xisto, atual vedete do mercado internacional de hidrocarbonetos.**

SD392 - O presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), João Carlos De Luca, afirmou que a participação da OGX já era esperada por ele. **“Toda empresa precisa abrir frentes exploratórias, precisa ter portfólio, gerar novas oportunidades”**, disse De Luca.

No período estudado, entre janeiro e maio de 2013, grande destaque se deu a geração de energia por meio das usinas termelétricas, movidas a óleo, gás ou carvão. Essas unidades foram acionadas no país devido ao baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas no período. Nesse contexto, podemos pensar que tipo de reportagem poderia ter sido feita sobre o assunto. Poder-se-ia discutir a validade de se construir mais hidrelétricas numa situação de insegurança quanto à estabilidade do nível dos reservatórios, apurar a quem beneficia a construção dessas usinas, que modelo de desenvolvimento nacional estamos buscando. Em relação às termelétricas, quais os custos ambientais de sua implantação? Os custos financeiros de construção e manutenção compensam os investimentos? Quais as alternativas de produção energética com menos impacto ambiental para um país que continua a crescer? Porém, essas abordagens não aparecem no discurso do *Valor*.

Poucas pautas ainda ficam inseridas num contexto que entende o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. Como diz Charaudeau, “não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como fragmento do real”

(2010, p. 131). Tendo em vista o contexto de produção e a linha editorial do *Valor Econômico* seria impossível pensar em pautas que contestassem esses valores. Porém, mesmo dentro na defesa do crescimento como forma de desenvolvimento, muitas pautas poderiam ser exploradas. Entre elas, se poderia falar sobre novas formas de geração de energia, sobre a diversificação da geração. As *smart grids*, por exemplo, redes inteligentes de gerenciamento de energia são citadas em apenas dois textos, o T86 e o T94. O T94 explora o assunto, explicando o que são e como funcionam as *smart grids*. Neste caso, o viés do crescimento econômico está presente na defesa que a concessionária Eletropaulo faz do sistema, na SD327: “**do ponto de vista econômico-financeiro, faz sentido**”. Já no T86, as *smart grids* são apenas citadas como parte dos investimentos da Eletrobras.

T86:

SD294 - A Eletrobras planeja **desembolsar cerca de R\$ 2 bilhões nos próximos três anos com o programa de desligamento voluntário (PDV)**, que será lançado em breve, dentro do plano diretor da companhia, cuja meta é alcançar uma **redução de custos de 30%** no período.

SD295 - O **acordo prevê a troca de experiências em projetos de eficiência energética e de fontes renováveis de energia**. As medidas têm foco em *smart grid* (redes inteligentes), uso de tecnologia LED na iluminação pública e geração de energia a biogás. “**O setor privado e acadêmico e os governos municipais e estaduais devem buscar progressos em sustentabilidade ambiental sem esperar algum tratado internacional ou decisão federal para fazê-los**”, disse Schwarzenegger.

SD296 - A **R20 assinou memorandos semelhantes com outras instituições e prefeituras. Todos os acordos são voltados para iniciativas de desenvolvimento sustentável.**

T94:

SD325 - **As redes inteligentes de energia elétrica — smart grids em inglês — começam a migrar dos laboratórios científicos para as cidades brasileiras.**

SD326 - As vantagens incluem **redução de perdas, gestão automatizada e aumento da eficiência energética**, mas não ficam por aí. Redes inteligentes possibilitam, por exemplo, a geração distribuída de energia a partir de fontes renováveis como a eólica e a solar. Os consumidores poderão ganhar créditos ao fornecerem o excedente ao sistema elétrico nacional.

SD327 - Ele enfatiza que a AES Eletropaulo não está fazendo um projeto-piloto, e sim a conversão de todas as suas operações: “Fizemos as contas e, **do ponto de vista econômico-financeiro, faz sentido**”.

SD328 - Souza afirma que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) tem sido uma importante aliada nas pesquisas, **mas acha que a participação governamental ainda é tímida: “Para que o avanço nesta área seja mais rápido, precisamos de um plano sistêmico, com o trabalho integrado de vários órgãos públicos.”**

O discurso sobre a energia eólica também traz marcas de defesa do crescimento econômico. Na SD 144, é explícito a ideologia do crescimento: “A energia eólica é um dos 22 setores considerados estratégicos para alavancar o crescimento da economia gaúcha”. No T38, mais uma vez o aspecto financeiro é a principal característica do discurso, o que se repete em outros textos sobre energia eólica. Já no T45, o enfoque é o abastecimento, mas, novamente, não há referência à questão ambiental ou social. Nesse exemplo, fala-se de recorde de produção e sobre alternativas à geração hidrelétrica.

T38:

SD144 - O minuíano é presença marcante na trilogia “O tempo e o v e n t o”, na qual o escritor gaúcho Érico Veríssimo conta a

formação do Rio Grande do Sul. Agora, ganha lugar de destaque no processo de desenvolvimento do Estado. **A energia eólica é um dos 22 setores considerados estratégicos para alavancar o crescimento da economia gaúcha.**

SD145 - Outros 17 parques, com capacidade de gerar cerca de 1 mil MW, em diferentes fases de implantação, devem entrar em funcionamento até 2016. Com isso, os cataventos, como os gaúchos chamam os aerogeradores, também passarão a fazer parte da paisagem de municípios como Chuí, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e Viamão. **Os novos empreendimentos representarão investimento de R\$ 4,8 bilhões**, segundo o governo.

SD146 - “Esses empreendimentos são importantes para a Eletrosul porque **consolidam a empresa como a maior estatal do setor no segmento eólico, e estratégicos para a segurança energética do país pois são complementares à matriz**”, afirma o presidente Eurides Mescolotto.

T45:

SD164 - Em anos que chove pouco, venta muito. E vice-versa. Essa regra confirmou-se em 2012, quando **a geração de energia pelos parques eólicos atingiu os mais altos índices registrados até hoje no Brasil. A falta de chuvas, ao contrário, reduziu a vazão dos rios e prejudicou as hidrelétricas, que geraram menos energia que o normal.** A situação dos reservatórios tornou-se tão crítica que ressuscitou o fantasma do racionamento.

SD165 - A Abeeólica ainda não concluiu o levantamento sobre a geração de todas as fazendas em 2012, mas os números preliminares indicam que **a geração eólica alcançou um fator de capacidade recorde**. “Foi o melhor ano da história”, afirma Elbia Melo, presidente executiva da entidade do setor. Alguns parques chegaram a produzir até mesmo mais do que 50% da potência instalada.

SD166 - A capacidade instalada dos parques eólicos saltou de 1.430,5 MW em 2011 para 2.507,7 MW em 2012. No entanto, **deste total, pelo menos 622 MW não entraram na rede elétrica devido aos atrasos na construção das linhas de transmissão.**

Essas fazendas foram concluídas e os **consumidores brasileiros já começaram a pagar por essa energia**, que foi vendida para as distribuidoras nos leilões passados, **mas os parques continuam desligados do sistema nacional**.

SD167 - Para a rede elétrica nacional, todo megawatt é bem vindo, mas **o setor não é suficiente para assegurar o abastecimento de energia, que depende em grande parte das hidrelétricas**. Justamente pelo fato da geração eólica ser intermitente e imprevisível, técnicos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) costumam vê-la com reserva. **Na avaliação do operador, a geração térmica (a gás, óleo e carvão) é a melhor alternativa para complementar a geração hidrelétrica**, como ocorre neste momento.

Pelo espaço destinado às matérias sobre as termelétricas, achei relevante destacar o tipo de discurso que o *Valor Econômico* apresenta. Mais uma vez o aspecto financeiro se sobrepõe às questões ambientais, sociais e mesmo de abastecimento da população. Esta última ainda aparece com mais frequência, como no T1, destacado nos parágrafos anteriores, e no T27, que segue abaixo.

T27:

SD105 - Maior geradora privada do Brasil, a Tractebel Energia, empresa do grupo franco-belga GDF-Suez, planeja participar dos leilões de geração de energia deste ano. **Dona de um portfólio de 6,9 mil megawatts (MW) de potência instalada em operação, a companhia tem planos de incluir eólicas e termelétricas a biomassa nas licitações de 2013**.

SD106 - A empresa também estuda **investir em térmicas a carvão e gás natural, de carona nos planos do governo de ampliar a participação de termelétricas** no parque gerador brasileiro.

SD107 - Já o **lucro anual** da companhia foi de R\$ 1,499 bilhão, com **alta de 3,6%** em relação ao exercício anterior. Na mesma comparação, a receita cresceu 13,5% para R\$ 4,912 bilhões.

5.2 Desenvolvimento

O aspecto do desenvolvimento aparece em poucas sequências discursivas no conjunto das 130 matérias sobre a questão energética. São apenas sete matérias nas quais há algum elemento do discurso que possa ser encaixado no conceito de desenvolvimento entendido neste trabalho. Reafirmo que, para essa análise, entendo desenvolvimento como sinônimo de qualidade de vida de uma determinada população. E qualidade de vida também pode incluir crescimento econômico, mas certamente não apenas ele. Para Sen (2010), desenvolvimento não pode ser analisado somente como crescimento do PIB e da renda, desenvolvimento seria obtido com o aumento das liberdades. O autor entende que as pessoas conseguem se realizar por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. Dessa forma, a liberdade de participação política, de receber educação básica e assistência médica, são fundamentais para o desenvolvimento.

Celso Furtado, na década de 1970, disse que a noção de desenvolvimento *econômico* era um simples mito, que teria possibilitado desviar as atenções da identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades de avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos, como são os investimentos, as exportações e o crescimento (VEIGA, 2005). “Como negar que essa idéia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter preparatório do sistema produtivo” (Furtado, 1974, p. 75-6).

No discurso do *Valor Econômico*, como dito acima, poucas são as referências a questões que envolvem o desenvolvimento. Abaixo seguem alguns dos poucos textos em que é feita menção que pode ser encaixada no conceito de desenvolvimento. A principal característica destes trechos é a abordagem feita em relação ao aumento da tarifa de

energia para o consumidor. Não é feita uma relação direta do aumento ou não da tarifa com a qualidade de vida do consumidor, mas, mesmo assim, achei significativo separar estas sequências discursivas para destacar que existe essa preocupação. No entanto, ela é sempre secundária nos textos, sempre aparece como um detalhe em meio a aspectos empresariais ou governamentais. O T4, por exemplo, traz dois problemas do acionamento das térmicas, o alto custo de operação que incidirá sobre as tarifas aos consumidores e sobre o “caixa das concessionárias”. O T14 é um dos únicos em que o discurso do desenvolvimento se sobressai ao do crescimento, destacando como um sistema de aquecimento de água desenvolvido com pouco custo é “ambientalmente sustentável, com aumento do conforto, alívio no orçamento doméstico e potencial para reduzir a demanda de energia nos horários de pico”.

T4:

SD16 - O alto custo de operação das térmicas já será sentido pelos consumidores a partir de fevereiro, durante os primeiros reajustes tarifários das distribuidoras de energia.

SD17 - A Abradee também está de olho nos custos das térmicas em razão do seu impacto sobre o caixa das concessionárias de distribuição. A entidade estima que o custo mensal de operação das térmicas, no patamar de R\$ 800 milhões, já compromete mais de 50% do lucro líquido mensal das distribuidoras, calculado em R\$ 1,5 bilhão.

T14

SD55 - Um sistema inovador de aquecimento de água desenvolvido em Santa Catarina **umenta a eficiência energética** dos fogões a lenha, presentes na maioria das residências das regiões serranas, onde o inverno é rigoroso. Barato, de fácil instalação e **ambientalmente sustentável**, o recuperador de calor

está sendo testado em um projeto-piloto com 200 famílias de áreas rurais em 34 municípios.

SD56 - Os resultados preliminares superam as expectativas, **com aumento do conforto, alívio no orçamento doméstico e potencial para reduzir a demanda de energia nos horários de pico**. Criado pelo electricista aposentado José Alcino Alano, o equipamento aproveita o calor que seria desperdiçado pela chaminé, sem aumentar o consumo de lenha.

SD57 - A Celesc estima que a instalação do recuperador de calor nas 198 mil residências onde se usa fogão a lenha em Santa Catarina resultaria em uma **economia anual de 193,6 mil MWh de eletricidade**. Suficiente para abastecer uma cidade do tamanho de Florianópolis (421 mil habitantes) por três anos, ou toda a área de concessão da companhia, com 6,2 milhões de habitantes, por dois meses.

SD58 - “A Celesc não faz filantropia”, esclarece a assessora de RSE, Viviani Bleyer Remor. “**Estamos levando conforto e qualidade de vida para os agricultores; ao mesmo tempo, consolidamos a marca da empresa** junto a essa população e reduzimos a inadimplência”. Outra vantagem é a **redução do consumo no horário de ponta** — das 17h30 às 20h30 nos dias úteis, quando o sistema nacional de geração, transmissão e distribuição é sobrecarregado pelo aumento no número de equipamentos ligados à rede elétrica.

T94:

SD325 - **As redes inteligentes de energia elétrica — smart grids em inglês — começam a migrar dos laboratórios científicos para as cidades brasileiras.**

SD326 - As vantagens incluem **redução de perdas, gestão automatizada e aumento da eficiência energética**, mas não ficam por aí. Redes inteligentes possibilitam, por exemplo, a geração distribuída de energia a partir de fontes renováveis como a eólica e

a solar. Os consumidores poderão ganhar créditos ao fornecerem o excedente ao sistema elétrico nacional.

SD327 - Ele enfatiza que a AES Eletropaulo não está fazendo um projeto-piloto, e sim a conversão de todas as suas operações: “Fizemos as contas e, **do ponto de vista econômico-financeiro, faz sentido**”.

SD328 - Souza afirma que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) tem sido uma importante aliada nas pesquisas, **mas acha que a participação governamental ainda é tímida: “Para que o avanço nesta área seja mais rápido, precisamos de um plano sistêmico, com o trabalho integrado de vários órgãos públicos.”**

5.3 Meio ambiente

No discurso do *Valor Econômico*, o meio ambiente e a economia aparecem atrelados ao que Leff define como economia ecológica, ou ainda ao conceito de corrente ecotecnocrática, de Caporal e Costabeber. Os textos passam a ideia de que é possível conciliar o crescimento econômico e a preservação ambiental, procurando, por meio do avanço tecnológico, diminuir o impacto causado pelo homem no meio ambiente. Essas correntes dão ênfase à tecnologia, acreditando que, a partir da evolução tecnológica, será possível resolver os problemas ambientais. Apesar da preocupação com o meio ambiente, os elementos naturais são entendidos como recursos, através da sua possibilidade de utilização para atender as demandas de mercado.

O discurso do *Valor Econômico* mantém distância da racionalidade ambiental, de Leff, e da corrente ecossocial, de Caporal e Costabeber, que propõem uma mudança no sistema e nas orientações econômicas dominantes. Ao defender um desenvolvimento que respeite os diferentes modos de vida e as diferentes culturas, a racionalidade ambiental e a corrente ecossocial aproximam-se dos preceitos do movimento ambientalista tradicional, que tem como base a defesa da preservação da biodiversidade e dos

ecossistemas locais e que entende que o problema ambiental só será resolvido dentro de outra forma de economia, não baseada no crescimento infinito.

As referências ao meio ambiente, na maioria das matérias, estão relacionadas a outros aspectos da questão energética, especialmente à necessidade de licenciamentos ambientais para empreendimentos. A preocupação com o meio ambiente na questão energética aparece apenas superficialmente, mesmo que o *Valor Econômico* seja um jornal que traz seguidamente boas e aprofundadas reportagens ambientais, especialmente as produzidas pela jornalista Daniela Chiarelli.

Quando citada, a questão ambiental normalmente vem inserida num contexto em que o principal argumento são os investimentos e o crescimento econômico. Nesses casos, muitas vezes o meio ambiente é destacado como um impecilho devido às preocupações com a regulação que visa protegê-lo, ou às dificuldades na obtenção de licenças ambientais. No T25, a exploração do gás de xisto é vista como uma forma de oferecer oportunidade de investimento, como se percebe na SD96: “Investir em um negócio de risco como a fase de exploração de óleo e gás pode ser uma alternativa para aplicar recursos em projetos com boa remuneração”. Sobre o meio ambiente, o texto faz uma referência ao final do texto, na SD99, e alerta para os perigos da exploração do gás de xisto, mas pondera que podem ser tomadas medidas para minimizar esses riscos: “A tecnologia de exploração exige o fraturamento das rochas no subsolo e pode provocar danos ambientais irreversíveis. Para evitar problemas, o governo estuda impor exigências regulatórias e ambientais maiores para as empresas que decidirem investir no segmento.” Os trechos destacados em negrito evidenciam a ideologia do crescimento econômico.

T25:

SD94 - A decisão do governo de oferecer uma grande variedade de novas áreas exploratórias em 2013 contribuiu para um **aumento do número de empresas interessadas em investir no setor de óleo e gás brasileiro**. Ao anunciar três rodadas de licitações da Agência Nacional do Petróleo (ANP) cinco anos depois do último leilão com oferta de áreas exploratórias no mar, o governo brasileiro

oferece oportunidades de negócios para empresas de portes variados, nacionais e estrangeiras.

SD95 - A quase nova abertura do setor no Brasil acontece em um momento de **“boom” da extração de gás de xisto no Canadá e Estados Unidos, onde também se aposta na exploração de petróleo em águas profundas do Golfo do México.** Também são grandes as apostas no Leste da África, Cazaquistão, Peru, Colômbia e Equador, só para citar concorrentes mais próximos.

SD96 - Também já foi notada a chegada de fundos de capital de risco, americanos e de outras nacionalidades, em busca de bons projetos. **Investir em um negócio de risco como a fase de exploração de óleo e gás pode ser uma alternativa para aplicar recursos em projetos com boa remuneração** em um momento de grande liquidez e baixa remuneração.

SD97 - A primeira Rodada de Partilha, na qual a Petrobras terá forçosamente um mínimo de 30% e será operadora, traz expectativas, **dúvidas e alguma ansiedade por parte do mercado.** Wagner Freire, ex-diretor da estatal que ajudou a fundar as novatas Starfish (vendida para a angolana Sonangol) e a Silver Marlim, vê com preocupação os contratos de partilha e a própria criação de uma estatal, a Pré-Sal Petróleo S/A (PPSA) para administrar o óleo e gás extraídos nas áreas de partilha. “Vejo tantas aberrações e inconstitucionalidades que o melhor mesmo seria postergar sua aplicação para buscar uma solução mais adequada”, diz Freire. O executivo chama a atenção ainda para o que chama de **“instabilidade regulatória e legal” causada pelo controle, pelo governo, dos preços dos combustíveis vendidos pela Petrobras.**

SD98 - Além da **realização da 11ª rodada de blocos de petróleo e gás e do primeiro leilão dedicado a áreas de pré-sal, o governo pretende realizar, em 2013, a primeira rodada de concessões para exploração de gás não convencional no país,** afirmou ontem o secretário de petróleo e gás do Ministério de Minas e Energia, Marco Antônio Martins Almeida. Com o governo federal de olho na exploração e produção de gás produzido a partir do fracionamento de rochas, **o que pode ampliar a oferta interna para abastecer indústrias e térmicas,** o leilão poderá ocorrer nos dias 11 e 12 dezembro.

SD99 - A tecnologia de exploração exige o fraturamento das rochas no subsolo e **pode provocar danos ambientais irreversíveis. Para evitar problemas, o governo estuda impor exigências regulatórias e ambientais maiores para as empresas que decidirem investir no segmento.** Nos Estados Unidos, problemas no início da exploração do gás de xisto **causaram prejuízos para a indústria e quase levaram ao fracasso da tecnologia.** “Temos de ter empresas preparadas e temos de **conciliar crescimento com risco ambiental planejado** para evitar que tenhamos problemas, o que poderia inviabilizar logo no início um nicho interessante de exploração de energia”, afirmou.

SD100 - O governo está otimista em relação ao potencial do gás obtido a partir do fracionamento de rochas. “**Com o desenvolvimento dessa fronteira, poderemos ter preços menores para abastecer térmicas e indústrias**”, disse o secretário.

A questão energética, especialmente a produção de energia a partir de fontes renováveis, passa a ser mais uma forma de crescimento econômico. No discurso do *Valor Econômico*, as novas tecnologias são oportunidades de conciliar crescimento econômico, maior eficiência energética e evitar a emissão de gases poluentes. Nas SDs dos textos T9 e T18, por exemplo, fica clara essa relação de conflito entre “necessidade” de expansão e crescimento e as “amarras” do licenciamento ambiental:

T9:

SD34 - Um veto presidencial **inviabilizou a retomada de pelo menos oito usinas hidrelétricas licitadas há mais de dez anos, que tinham chances reais de finalmente sair do papel.** As empresas, que preparavam investimentos de até R\$ 10 bilhões para desengavetar esses projetos, **ficaram desanimadas com a decisão e já falam agora em devolver suas concessões.**

SD35 - **Apesar das preocupações crescentes sobre um novo racionamento, o artigo que permitia ressuscitar essas hidrelétricas foi um dos seis vetos da presidente Dilma Rousseff** à Lei 12.783, publicada ontem no “Diário Oficial da União”. O texto converte em lei a medida provisória.

SD36 - Depois de inúmeras idas e vindas, **algumas usinas conseguiram avançar no processo de licenciamento**, como a hidrelétrica de Itaocara (RJ).

T18:

SD66 - Uma das empresas mais atuantes do mercado eólico brasileiro, a argentina Impsa **aguarda há um ano e meio o pagamento pela Eletrobras da energia fornecida por dez parques eólicos** localizados em Santa Catarina, num total de 222 megawatts (MW) de capacidade instalada.

SD67 - O Valor apurou que até o momento a Eletrobras não assinou o aditivo do contrato de compra de energia dos parques da Impsa. Há, pelo menos, três explicações. A primeira é que, no entendimento da estatal, **não existiria regulamentação para a operação dos projetos**. A segunda é que a estatal estaria insegura em fazer os repasses, **por considerar frágil o licenciamento ambiental das usinas**. E a terceira, segundo uma fonte a par do processo, seria a **“morosidade”** da Eletrobras.

É importante ressaltar, no entanto, que em nenhum momento o *Valor* defende a não existência de licenciamento ou controle ambiental, mas muitas vezes apenas cita essa necessidade em uma pequena frase, num conjunto de texto que trata da expansão e do crescimento.

O discurso não faz relações entre crescimento e sustentabilidade ambiental, e não trata da questão do desenvolvimento. Vemos que a tônica do discurso jornalístico do *Valor Econômico* passa, senão pela defesa explícita, pela aceitação silenciosa ao pensamento atual de necessidade de crescimento econômico. O fato de que, das 130

matérias de abertura de páginas, 34 tratem de “expansão” indica a importância dada a esse viés. Podemos apresentar como exemplo os trechos:

T2:

SD5 - Segundo ele, a Suzano tem caixa de R\$ 3,9 bilhões, financiamento (a ser sacado) de R\$ 1,5 bilhão com o BNDES, carta-garantia de R\$ 2 bilhões com o BTG Pactual, além de **financiamentos de agências multilaterais para seus projetos de expansão** (equipamentos).

SD6 - A Suzano toca o **megaprojeto da nova fábrica de celulose** no Maranhão, de US\$ 2,8 bilhões, o qual vai exigir ainda este ano R\$ 1,9 bilhão para completar sua instalação.

SD7 - Com isso, **a capacidade da empresa vai subir para 4,7 milhões de toneladas**.

SD8 - “O importante é que a **operação reforça a estrutura de capital da companhia e fortalece seu caixa**. O mercado já levará isso em consideração

T53:

SD187 - A Raízen, maior produtora de etanol e açúcar do país, pretende **implantar neste ano sua primeira usina de etanol celulósico do Brasil**. O plano da companhia é investir R\$ 200 milhões para construir a unidade na usina Costa Pinto, localizada em Piracicaba (SP).

SD188 - Os **preços mais atrativos do álcool** explicam a decisão da companhia. A estimativa de Mizutani é de que, no caso do hidratado— que abastece diretamente os veículos flex-fuel — **o preço médio fique até 9% mais alto** este ano.

Nenhuma matéria do caderno principal do *Valor Econômico* trata do meio ambiente como questão central. Quando aparece, a questão ambiental é secundária e não há questionamento ao modelo de desenvolvimento atual. A exceção é uma reportagem especial no caderno de fim de semana, EU&, sobre Nicholas Georgescu-Roegen. O texto, T55, distribuído em quatro páginas, faz um resgate da vida do autor romeno, que foi um dos primeiros economistas a discutir a impossibilidade de um crescimento econômico infinito.

T55

SD192 - Não foi o alarme da mudança climática, nem o encontro Eco-92, no Rio, **que despertou nos economistas — alguns deles, pelo menos — a noção de que a economia humana se desenrola num planeta real, de recursos finitos.** Já na década de 1960, o romeno Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994) advertiu para a urgência de enriquecer a economia com noções físicas como energia e entropia.

SD193 - **A causa do ostracismo de Georgescu-Roegen — encaminhado pelo próprio Samuelson, que fez desaparecer o nome do romeno de seu ubíquo manual, “Economics”, a partir da décima edição — foi seu interesse intelectual por uma área de estudos até então considerada exotérica [sic], para não dizer absurda: a ecologia.**

SD194 - Ao se dar conta de que o processo produtivo e o consumo não são mera função do trabalho, do capital e de insumos, mas uma realidade física, química e social, **o até então admirado romeno selou sua sorte no clã dos economistas.**

SD195 - Já em seu livro de 1966, Georgescu-Roegen se mostrava inconformado com aquilo que Veiga nomeia o **“progressivo distanciamento da teoria econômica dos fundamentos básicos das ciências naturais”**. Dentre os fundamentos em questão, Veiga cita o campo físico da termodinâmica e o evolucionismo.

SD196 - **Para Delfim, a redescoberta das teses de Georgescu-Roegen é um caminho imposto pelas circunstâncias de um**

mundo que começa a encontrar seus limites físicos. “A concepção de Georgescu está se impondo naturalmente. Foi homem que antecipou em pelo menos 50, 60 anos essa visão de mundo”, diz. “Mas não foi só intuitivo. Construiu um dispositivo analítico que levava a reconhecer os fatos: o desenvolvimento não é um fenômeno econômico, mas termodinâmico. Portanto, obedece às leis da termodinâmica.”

SD198 - Veiga aponta os limites do pensamento de Georgescu-Roegen, a começar pela ideia de decrescimento, radicalizada por rivais e alunos seus como, respectivamente, Kenneth Boulding e Herman Daly. “Falar em abrir mão do crescimento pode fazer muito sentido na Escandinávia, na Áustria e na Suíça, mas a maior parte do mundo precisa do crescimento econômico, e muito”, afirma.

SD199 - Na maior parte do mundo, incluindo a até recentemente “muito suja” China, a produção dos bens exige cada vez menos custo energético, mas o consumo do insumo continua a crescer em termos absolutos porque a economia cresce. No Reino Unido, porém, há indícios de que o consumo energético esteja caindo absolutamente. “É um indício de que a economia está se tornando imaterial, e essa tendência tende a se generalizar”, diz.

Outro ponto importante que se destaca a partir da análise do *corpus* é que também estão ausentes as questões geopolíticas relacionadas ao tema energia nas aberturas de páginas. Um tema que, como explicado por Giddens, é de fundamental importância para se pensar o futuro da humanidade, pois além de ser diretamente responsável pelo aquecimento global, a questão energética está intrinsecamente relacionada aos conceitos que os países têm de segurança nacional.

Por isso, a partir da ausência, ou quase ausência, de textos sobre meio ambiente, desenvolvimento e questão geopolítica, temos que ter presente que os sentidos de um texto também se constroem por meio do “não dito”, “do que não está lá”.

O jornalismo é movido por um impulso de dominar o acontecimento aleatório dos discursos no mundo, ao mesmo tempo em que é deles

que se nutre. Aí está, também, a ecologia do jornalismo: um texto jornalístico é a promoção das interações pelo dito, pelo silenciamento, pelas vontades de apagamento, construindo um efeito de totalidade e resposta aplicável. (SCHWAAB, 2011, p. 18)

Ao não falar, o jornalismo esconde, omite, deixa de apresentar outros lados da questão. Essa ausência também é uma forma de construir a realidade. Ao não mencionar os aspectos ambientais da questão energética, a prática jornalística renega o princípio básico da função: informar e ouvir todos os lados. Ao não mostrar ao seu público que a busca pelo crescimento econômico e, conseqüentemente, por um consumo sempre maior de energia, que parece ser o grande responsável pelo aquecimento global, coloca-se fora de sua responsabilidade para com o interesse público.

6. Considerações Finais

A temática da questão energética acaba sendo tratada pelo *Valor Econômico* prioritariamente por meio do viés financeiro, trazendo dados sobre desempenho financeiro de empresas públicas e privadas, sobre aquisições e investimentos, movimentos e “humores” do mercado. O consumidor aparece raramente nas matérias e o meio ambiente ocupa espaço secundário. Mesmo em textos que poderiam apresentar destaques a oportunidades de investimento e crescimento econômico com uma visão mais voltada ao meio ambiente – dentro das correntes de pensamento da economia ecológica, de Leff, e da corrente ecotecnocrática, de Caporal e Costabeber – são raras. A maioria das menções relacionadas à questão ambiental trata de licenciamentos para obras e não aborda as consequências dessas obras em termos ambientais.

A relação entre questão ambiental e energia, fundamental para compreendermos hoje os problemas que envolvem a qualidade de vida das populações e até mesmo sua sobrevivência, não é abordada pelo *Valor Econômico*. As fontes fósseis de energia, especialmente o petróleo, são as principais responsáveis pelo aquecimento global, mas o tema não é levantado nas páginas da publicação. Como aponta Giddens, a questão energética também tem revelância fundamental quando se trata de geopolítica. O sociólogo destaca que essa interdependência entre os três aspectos – geopolítico, ambiental e econômico – ainda carece de estudos, mas que é imprescindível para compreendermos o todo e para podermos agir afim de evitar que a elevação da temperatura do planeta cause mais transtornos do que os que já são inevitáveis.

Relações entre economia e meio ambiente mais específicas também não aparecem no principal jornal de economia do país. A ativação das usinas termelétricas, movidas a gás ou carvão, é mostrada com frequência durante o período estudado. Isso porque o governo acionou essas usinas com a justificativa de evitar risco de racionamento e garantir a segurança energética do país em um momento em que as hidrelétricas estavam com seus reservatórios baixos. Jornalisticamente, o acionamento das termelétricas

poderia desencadear pautas sobre os impactos ambientais dessas empresas e, num viés mais econômico, sobre como esses impactos influenciam a economia e a vida da população a curto, médio ou longo prazo. Porém, o viés mais presente nestes textos é o financeiro, destacando a lucratividade dessas empresas, as vantagens ou não para o governo e para o sistema de abastecimento.

Por meio do *corpus* estudado, verifiquei que, primeiramente, se confirma a tendência de financeirização do noticiário de economia. Depois, que o meio ambiente ainda não aparece como tema importante no jornalismo de economia. Em grande parte da amostra, o ambiental é visto como um aspecto à parte do que seria mais relevante ao texto, que, nesse conjunto de matérias, relevou-se ser o crescimento econômico. O jornalismo econômico aparece aqui como jornalismo de negócios, ou como um espaço para divulgação de oportunidades de negócios, nitidamente voltado aos aspectos que se relacionam ao desempenho das empresas e como alcançar mais lucratividade.

No material examinado, não há a visão sistêmica defendida por Capra, que entende que todos os aspectos da vida estão relacionados entre si de forma complexa e dependente. Na primeira parte da análise, verifiquei que a financeirização do noticiário é a componente mais marcante do discurso do *Valor Econômico*. Isso se evidencia nas matérias sobre lucros, expansão comercial e investimentos. No discurso, ignora-se questões sociais, ambientais e políticas, não é feita a relação com essas esferas da vida, desconsidera-se que a economia influencia e é influenciada também por essas questões.

A defesa do crescimento está presente em todo o corpus e não há questionamentos em relação a esta visão. Mais do que isso, ela acaba aparecendo como uma forma natural de ver a economia. No entanto, como ressalta Georgescu-Roegen, a exploração sem controle do planeta só pode levar a espécie humana ao colapso, pois chegará o momento em que não haverá mais recursos a serem explorados, já que há um limite na possibilidade de recuperação das riquezas naturais. Georgescu-Roegen defende que o uso dos recursos deveria se limitar ao mínimo necessário. Latouche entra nessa linha de pensamento e entende que há a possibilidade de se manter a qualidade de vida numa sociedade de “decrecimento”, abandonando a ideia de que é preciso continuar em um crescimento eterno. Para Latouche, “decrecimento” é um conceito que indica uma nova

forma de viver, baseada numa menor dedicação ao trabalho e diminuição na exploração de recursos.

Na segunda parte da análise me propus a estudar o discurso do *Valor Econômico* nas matérias sobre energia, tentando compreender a relação entre a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento ou crescimento nos textos da publicação. Identifiquei as correntes de pensamento presentes no *Valor* relativas à sustentabilidade ambiental e ao modelo de desenvolvimento atual com base no referencial teórico descrito neste trabalho. A partir disso, aponte as características da construção dos discursos sobre meio ambiente e o desenvolvimento. Também busquei verificar se o *Valor Econômico* estabelece relações entre os dois temas nas matérias publicadas e se existem contradições em seu discurso.

O que se percebe, a partir desta análise, é que o jornalismo de economia não leva em conta a preocupação com o meio ambiente. Mais do que isso, mesmo aspectos sociais da questão ambiental não estão presentes. A construção de barragens para geração de energia elétrica, por exemplo, acarreta uma série de consequências para as comunidades do entorno, que vão desde seu deslocamento, muitas vezes sem consentimento e sem indenização adequada, até a decadência das populações estabelecidas nas proximidades dessas barragens e que têm completamente modificado seu estilo de vida. São problemas também econômicos para as pessoas envolvidas, e que são ignorados pelo jornalismo de economia.

A economia, e o jornalismo de economia, continuam a tratar a questão ambiental como uma *externalidade*, algo que não faz parte do processo econômico. Porém, como adverte Leff, é preciso rapidamente se dar conta da importância de se incorporar um pensamento mais sistêmico em todos os setores da vida, incluindo, nesse aspecto, os economistas perceberem que devem passar a incorporar as externalidades. A economia deve assumir sua responsabilidade em relação à degradação ecológica.

A partir da análise feita nessa pesquisa, se pode afirmar que o discurso do jornalismo econômico ainda está preso ao conceito de crescimento. Mesmo aspectos que pudessem expressar visões mais próximas ao conceito de desenvolvimento — que neste trabalho é entendido como aumento do bem-estar — são bastante raras. Ao priorizar a

defesa do crescimento econômico, o *Valor* ignora a conclusão de Giddens de que crescimento não é mais sinônimo de desenvolvimento. O sociólogo destaca que durante muito tempo ambos os aspectos estiveram conectados, um aumento no crescimento econômico de uma determinada região representou frequentemente uma elevação na qualidade de vida de sua população. No entanto, segundo ele, depois que um país alcança certo nível de desenvolvimento, o crescimento não representa mais desenvolvimento. Esse ponto não é explorado pelo jornalismo econômico, que segue majoritariamente a visão de que é desejável o crescimento econômico infinito e que não há como modificar este aspecto da sociedade atual.

Como um produto social que ganhou autoridade de poder contar a realidade e que tem essa legitimidade, cabe questionar se o jornalismo cumpre aqui sua função de informar, da melhor forma possível e apresentando todos os lados da questão. Obviamente, como dito anteriormente, a prática jornalística é influenciada por diversos fatores, sejam eles pessoais, históricos, sociais, econômicos, ideológicos e empresariais. Se o contexto social entende o crescimento econômico como fundamental para o futuro da humanidade, é compreensível que o jornalismo, como parte deste contexto, seja influenciado por ele.

No jornalismo econômico e em sua relação com a questão ambiental, essa articulação de forças ocorre de maneira ainda mais delicada, já que é o modelo econômico atual que sustenta a produção jornalística (neste trabalho falo da grande imprensa). Por isso é tão complicado exigir que esse jornalismo, que é viabilizado economicamente por esse modelo, torne visível as falhas do próprio sistema que o mantém. No entanto, mesmo que o jornalismo seja um documento, no sentido que Park dá a ele, público, transitório e efêmero, sujeito a todas as influências, a notícia se caracteriza por ser importante enquanto forma de conhecimento do que é real. Por isso, tentei aqui apontar o que o jornalismo de economia entende (ou manifesta, mesmo que implicitamente) sobre a relação entre crescimento econômico, desenvolvimento e meio ambiente.

A urgência do problema ambiental impõe que se debata formas de minimizar as consequências do aquecimento global, e o jornalismo de economia, a meu ver, teria um papel importante, senão fundamental, nesse debate. Não se pretende que o jornalismo

traga as soluções, mas que indique os problemas e sua complexidade para, quem sabe assim, com o conhecimento do todo, se possa buscar as respostas e as possíveis resoluções. Como defende Capra, os jornalistas precisam desenvolver uma ética profissional baseada na consciência social e ecológica.

Berger e Luckmann ressaltam que o jornalismo – mais precisamente os autores falam em mídia – é uma forma de conhecimento, parte da sociedade, influenciado por ela e que a influencia. Por esse motivo, deve buscar a responsabilidade sobre sua produção. O jornalismo tem responsabilidade com seu leitor e deve estar a serviço do interesse público, precisa relatar os acontecimentos, provocar questionamentos e mostrar os diferentes elementos que o envolvem.

Penso que o jornalismo de economia, especificamente em relação à questão energética, poderia explorar melhor pautas relacionadas à tecnologia, por exemplo, que existem, mas são a minoria. Além de serem oportunidades de negócios e rendimentos, para ficar dentro da corrente de pensamento predominante neste segmento, o avanço da tecnologia pode fornecer a possibilidade de aumentar a segurança do sistema energético nacional. Além da diversificação de fontes (eólica, solar, geotérmica, hidrelétrica...), o que é ambientalmente desejável, poderiam ser produzidas pautas sobre como as novas tecnologias podem ajudar a dar maior segurança ao sistema energético e como se evitar o desperdício nas redes de transmissão.

Mas o ideal, ao meu ver, seria o jornalismo se abrir a novas formas de olhar a economia e a questão energética e ambiental. Precisaria ao menos que, nas páginas dos jornais, aparecessem questionamentos sobre a defesa intransigente do crescimento econômico como única maneira de se alcançar o bem-estar social. No contexto atual, não se trata de defender uma visão em detrimento da outra, mas de dar espaço a outras formas de ver e maneiras de viver.

Referências

ASSIS, Wilma A. Pinto de. **Estudo sobre Desenvolvimento, Bem-Estar e Necessidades Humanas para uma Economia da Complexidade**. Tese de Doutorado. Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2006.

BASILE, Sidnei. **Elementos de Jornalismo Econômico: A sociedade bem informada é uma sociedade melhor**. Rio de Janeiro, Elsevier Editora, 2012.

BENETTI, Marcia. **O jornalismo como gênero discursivo**. Revista Galáxia, São Paulo, n.5, junho de 2008.

BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em jornalismo. In: BENETTI, Marcia; LAGO, Claudia (org.). **Metodologias de pesquisa em jornalismo**. 3 ed. Petrópolis:Vozes, 2010.
BERGER, Perter L.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. Editora Vozes, 30 ed. Petrópolis, 2009

BERMANN, Célio. **O Setor Elétrico Brasileiro no Século 21: Cenário Atual e Desafios**. In: MILLIKAN, Brent et all (org.). **O Setor Elétrico e a Sustentabilidade no Século 21: Oportunidades e Desafios**. Brasília, Ed. Paula Franco Moreira, 2012.

BACKHOUSE, Roger E. **História da economia mundial**. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas, Editora da Unicamp, 1996.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007. Editora UFPR.

CALDAS, Suely. **Jornalismo Econômico**. São Paulo, Editora Contexto, 2008.

CAPORAL, Francisco Roberto, COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas de uma nova Extensão Rural**. Emater/RS, Revista Extensão Rural, v.1, n.1, jan/mar. 2000.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.

_____. **As Conexões Ocultas**. São Paulo: Cultrix, 2002.

CECHIN, Andrei Domingues. **Georgescu-Roegen e o desenvolvimento sustentável: diálogo ou anátema?** Dissertação de Mestrado em Ciência Ambiental. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-15092008-102847/pt-br.php>

CHARAUDEAU, P. **Discursos das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

CORAZZA, Rosana Icassatti. **Tecnologia e Meio Ambiente no Debate sobre os Limites do Crescimento: Notas à Luz de Contribuições Seleccionadas de Georgescu-Roegen**. Revista EconomiA, Brasília (DF), v.6, n.2, p.435-461, Jul./Dez. 2005.

CORDENONSSI, Ana Maria. **Jornalismo cultural e sociabilidade moderna: estudo do caderno EU&Fim de Semana do Jornal Valor Econômico**. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo, Loyola, 2ed. 2006.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Editora Ortiz, 1989.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **Bioeconomia, verso un'altra economia ecologicamente e socialmente sostenibile**. Torino, Bollati Boringhieri, 2003.

GIDDENS, Anthony. **A Política da Mudança Climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; LOOSE, Eloisa Beling. **A percepção ambiental no discurso jornalístico da revista Sustenta!**. Cultura Midiática - Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade da Paraíba., Ano II, n. 02 – jul/dez/2009.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MORAES, Cláudia Herte de; LOOSE, Eloisa Beling. **Bases do Jornalismo Ambiental e os Desafios para a Cobertura da Rio20**. In: Razón y Palabra. Número 79, maio-julho de 2012. Disponível em: http://www.razonypalabra.org.mx/N/N79/M79/01_TourinhoHerteBeling_M79.pdf

GORE, Al. **O Futuro. Seis Desafios para Mudar o Mundo**. Barueri – SP, HSM Editora, 2013.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno Tratado do Decrescimento Econômico**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

LEFF, Enrique. **Discursos Sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LEIS, Héctor Ricardo. **A Modernidade Insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes; Santa Catarina: UFSC, 1999.

LUTZENBERGER, José A. **Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro**. Porto Alegre, Editora Movimento, 5a ed, 1999.

MATTOS, Laura Valladão de. **Marshall e os críticos à economia política clássica**. Revista de Economia Política, vol. 30, n. 2, p. 271-292, São Paulo, abril-junho, 2010.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572010000200006&script=sci_arttext

MEDITSH, Eduardo. **Jornalismo e Construção Social do Acontecimento**. In: *Jornalismo e Acontecimento: Mapeamentos Críticos*, Marcia Benetti e Virginia Pradelina da Silveira Fonseca (org.). Florianópolis, Editora Insular, 2010.

MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso**. Pontes. 4ed. Campinas, 1996.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas, Editora Pontes, 5a edição, 2003.

PARK, Robert. **A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento**. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (org). *A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa*. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PULITI, Paula Puliti. **A financeirização do noticiário econômico no Brasil (1989-2002)**. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009.

REDE BRASILEIRA DE JORNALISMO AMBIENTAL (RBJA). **Breve História do Jornalismo Ambiental**. <http://cbja-rio2011.com.br/midia-ambiental/historia>. Acessado em 9 de agosto de 2012.

SCHWAAB, Reges Toni. **Uma Ecologia do Jornalismo: o valor do verde no saber dizer das revistas da Abril**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e informação. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

SCHWAAB, Reges Toni. **O discurso jornalístico da sustentabilidade em programas de rádio sobre meio ambiente: uma análise do quadro Nosso Mundo Sustentável e do programa Guaíba Ecologia**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo, Cia das Letras, 2000.

SORDI, Jaqueline. **Os Sentidos do Verde nas Páginas de Zero Hora**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

SOUSA, Jorge Pedro. **Por que as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia**. *Pauta Geral*, ano 10, n.º 5: 23-45, 2003. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-da-noticia.html>

SOUSA, Jorge Pedro. **Explicações para as notícias serem aquilo que são**. Revista *Estudos de jornalismo & Relações Públicas*. Universidade Metodista de São Paulo, ano 1, número 2: 9 -21, dezembro de 2003.

TRIGUEIRO, André. **Meio Ambiente na Idade Mídia**. In: TRIGUEIRO, André (coord.). *Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. 5A ed. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2008.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável, o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VILAS BOAS, Sergio (org.). **Formação & Informação Econômica: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo, Summus Editorial, 2006.

VILLAR, Roberto. **Jornalismo ambiental: evolução e perspectivas**. Laboratório Ambiental de Jornalismo Agir Azul. Campo Grande, MT, UFMT, outubro de 1997. Recuperado em: 20 de janeiro de 2014. <http://www.agirazul.com.br/artigos/jorental.htm>

Anexos

Anexo 1: Classificação do textos conforme viés predominante na matéria.

Texto	Data	Classificação	Título
T1	28, 29, 30, 31 de dezembro de 2012 e 1 de janeiro de 2013	Abastecimento	Térmica de Uruguaiana volta a operar em janeiro
T2	2 de janeiro de 2013	Gerenciamento	Venda de ativo alivia dívidas da Suzano
T3	7 de janeiro de 2013	Produção	Conter queda da produção é o desafio da Petrobras em 2013
T4	8 de janeiro de 2013	Abastecimento	Com uso de térmicas, redução da conta de luz pode cair a 15%
T5	8 de janeiro de 2013	Regulação	Projeto de Lei abre exceção para Chesf
T6	9 de janeiro de 2013	Desempenho financeiro	Escassez na oferta provoca novo tombo nas ações das elétricas
T7	10 de janeiro	Eficiência energética	Eficiência do etanol equivale a 68% da gasolina
T8	11, 12 e 13 de janeiro de 2013	Desempenho financeiro	Cesp e Tractebel ganham mais com forte alta dos preços
T9	15 de janeiro	Regulação	Veto de Dilma inviabiliza oito hidrelétricas Venda de excedentes é autorizada Com exceção do NE, nível de reservatórios sobe nos últimos dias
T10	15 de janeiro	Expansão	GE fecha venda de US\$ 500 milhões
T11	15 de janeiro	Gerenciamento	Investimento de usinas em cogeração perde força
T12	23 de janeiro	Expansão	Monsanto quer impulsionar sorgo em etanol
T13	23 de janeiro	Regulação	Eletrobras discute futuro de distribuidoras
T14	23 de janeiro	Eficiência energética	Forno a lenha aquece água do chuveiro
T15	24 de janeiro	Regulação	Balancos de elétricas ficam mais difíceis para auditores
T16	24 de janeiro	Gerenciamento	Brasil entra na mira da Maersk Drilling
T17	25, 26 e 27 de janeiro de 2013	Desempenho financeiro	Petrobras perde R\$ 1,8 bilhão a cada mês sem reajuste
T18	28 de janeiro	Gerenciamento	Governo deve R\$ 250 milhões para Impsa
T19	1, 2 e 3 de fevereiro de 2013	Desempenho financeiro	Mercado prevê queda no lucro anual da Petrobras
T20	4 de fevereiro	Gerenciamento	Trading americana oferece US\$ 148 milhões por Floralco
T21	5 de fevereiro	Desempenho financeiro	Petrobras produz 2% menos e lucro cai 36% em 2012
T22	5 de fevereiro	Expansão	Produção de etanol da PBio em 2013/14 deve

			umentar 29% Agropalma construirá refinaria em SP
T23	6 de fevereiro	Gerenciamento	Georadar recebe aporte de R\$ 100 milhões de fundo
T24	6 de fevereiro	Desempenho financeiro	Petrobras reduz dividendos para reforçar caixa e poder investir Passivo com pensão corta patrimônio em R\$ 15 bi Mercado já teme nova capitalização da companhia
T25	6 de fevereiro	Expansão	Áreas exploratórias animam o mercado
T26	7 de fevereiro	Expansão	Governo traça novo ‘regime’ para o etanol
T27	8, 9, 10, 11 e 12 de fevereiro de 2013	Expansão	Tractebel vai participar de licitações de eólicas Em crise, Espanha reduz incentivo para fontes renováveis
T28	8, 9, 10, 11 e 12 de fevereiro de 2013	Gerenciamento	MPE e Iesa fecham contratos de R\$ 1 bi
T29	14 de fevereiro de 2013	Abastecimento	ONS manterá térmicas a gás de olho na Copa
T30	15, 16 e 17 de fevereiro	Abastecimento	Petrobras terá déficit comercial até 2020 Venda de derivados deve crescer 3% a 4% em 2013 ANP prevê que produção de diesel dobrará até 2018
T31	15, 16 e 17 de fevereiro	Expansão	Brasil receberá maior parte dos investimentos da Galp
T32	18 de fevereiro	Meio ambiente	Ibama cobra compensações atrasadas em Belo Monte
T33	18 de fevereiro	Produção	Rabobank prevê alta do hidratado
T34	19 de fevereiro	Desempenho financeiro	Usinas têm melhores margens operacionais
T35	19 de fevereiro	Regulação	Distribuidoras correm o risco de perder concessão Uso de térmicas afeta caixa de empresas do setor
T36	22, 23 e 24 de fevereiro	Expansão	Suzlon cria base de negócios para AL
T37	22, 23 e 24 de fevereiro	Desempenho financeiro	Petrobras enfrenta dificuldades para venda de ativos
T38	22, 23 e 24 de fevereiro	Expansão	Parque eólico deve receber investimento de R\$ 4,8 bi
T39	26 de fevereiro	Expansão	Mais recursos para projetos de produção de etanol celulósico
T40	27 de fevereiro	Gerenciamento	E.ON está mais perto de comprar MPX
T41	28 de fevereiro	Desempenho financeiro	Dívida da Eletropaulo excede teto permitido
T42	28 de fevereiro	Expansão	BSBIOS expande rede para grãos no RS
T43	28 de fevereiro	Meio ambiente	Ibama libera cinco dutos da Transpetro
T44	1, 2 e 3 de março de 2013	Desempenho financeiro	OGX decepciona, mas tem interesse de asiáticos Ações refletem as desconfianças do mercado

			MMX ainda longe de atingir metas
T45	4 de março	Produção	Eólicas registram o melhor ano da história
T46	5 de março	Regulação	Governo estuda reduzir impacto das térmicas nos preços
T47	6 de março	Expansão	Energisa planeja investir R\$ 1,6 bilhão até 2015
T48	6 de março	Gerenciamento	Petrobras discute como fortalecer engenharia
T49	7 de março	Produção	Uso de etanol se amplia e desafia indústria
T50	7 de março	Desempenho financeiro	Alta do diesel impulsiona Petrobras
T51	11 de março	Produção	Começa a moagem de uma safra ‘alcooleira’
T52	11 de março	Situação trabalhista	Trabalhador de Belo Monte negocia fim da “hora itinerário”
T53	13 de março	Expansão	Raizen define investimento em etanol celulósico
T54	13 de março	Desempenho financeiro	Decreto não resolve rombo, diz Abradec
T55	15, 16 e 17 de março	Meio ambiente	Energia, entropia, ecologia, economia
T56	15, 16 e 17 de março	Regulação	Aneel trava mercado de curto prazo
T57	15, 16 e 17 de março	Gerenciamento	Compra do Grupo Rede poderá ser concluída até junho
T58	18 de março	Desempenho financeiro	Petrobras mantém gastos e agrada mercado
T59	18 de março	Gerenciamento	Eike negocia MPX e inicia nova fase em seus negócios
T60	19 de março	Abastecimento	Chuvas ficam abaixo da média e ONS reduz previsão para reservatórios
T61	21 de março	Desempenho financeiro	Revisão da Cemig assusta mercado
T62	21 de março	Eficiência energética	Microrredes elevam a qualidade dos serviços
T63	27 de março	Regulação	Aneel libera mercado de curto prazo e adia mudanças para 2014
T64	28 de março	Desempenho financeiro	IPO da Biosev atrai investidores
T65	28 de março	Gerenciamento	Eike negocia OGX e costura acordo com E.ON na MPX
T66	1 de abril	Expansão	Revap investe na expansão da oferta de querosene
T67	2 de abril	Gerenciamento	Eike terá agora de apresentar soluções para a OGX
T68	2 de abril	Expansão	Bancos destinam R\$ 20 bi a petróleo
T69	5, 6 e 7 de abril	Gerenciamento	Três Irmãos atrai interesse privado
T70	5, 6 e 7 de abril	Gerenciamento	Acionistas da HRT tentam mudar gestão da companhia

T71	9 de abril	Gerenciamento	Mare, de Landim, e Santander entram no capital da DeepFlex
T72	9 de abril	Regulação	Cenário incerto faz usinas a carvão saírem da gaveta Ambientalista critica decisão e defende outras opções
T73	9 de abril	Regulação	Braskem abre processo antidumping para resina
T74	11 de abril	Expansão	Petronas faz planos para lubrificantes e exploração
T75	12,13 e 14 de abril	Regulação	Governo quer mudar leilões para reduzir atrasos nas obras
T76	17 de abril	Desempenho financeiro	Fatia da Dreyfus na Biosev cai para 56%
T77	17 de abril	Gerenciamento	Discovery pede voto múltiplo para definir conselho da HRT
T78	18 de abril	Regulação	Geradores entram em atrito com o governo federal Preço pode subir nos próximos leilões
T79	19 de abril	expansão	Corrida para aprimorar exploração submarina
T80	22 de abril	Desempenho financeiro	Nova regra contábil vai aliviar o endividamento da Eletrobras
T81	23 de abril	Expansão	Rolls-Royce mira em fornecedor
T82	24 de abril	Expansão	Russa Rosneft avalia que HRT vive momento crítico
T83	25 de abril	Expansão	Usinas querem de volta Cide na gasolina
T84	26, 27 e 28 de abril	Regulação	Licitação de linhas de transmissão dá espaço para quem atrasa obra
T85	26, 27 e 28 de abril	Desempenho financeiro	OGX terá de escolher recurso mais barato
T86	26, 27 e 28 de abril	Gerenciamento	Eletrobras planeja gastar R\$ 2 bi no plano de demissões
T87	29 de abril	Desempenho financeiro	Fundos que seguem Ibovespa ampliam participação na OGX
T88	29 de abril	Produção	Moagem de cana da Renuka deve crescer 18%
T89	30 de abril e 1 de maio	Abastecimento	Oscilação de Voltagem
T90	30 de abril e 1 de maio	Meio ambiente	Alternativa nuclear divide as opiniões
T91	30 de abril e 1 de maio	Gerenciamento	Gás para as térmicas passa a ser prioridade
T92	30 de abril e 1 de maio	Regulação	Eficiência é a nova palavra chave no cenário pós MP 579
T93	30 de abril e 1 de maio	Desempenho financeiro	BNDES e fundos ampliam os recursos
T94	30 de abril e 1 de maio	Eficiência energética	Smart grids chegam às cidades
T95	30 de abril e 1 de maio	Expansão	Fornecedor aproveita a fase intensa de pedidos
T96	30 de abril e 1 de maio	Expansão	Investidores abandonam projetos em

			andamento
T97	30 de abril e 1 de maio	Desempenho financeiro	Atrasos provocam perdas de R\$ 2 bi para companhias
T98	30 de abril e 1 de maio	Abastecimento	Reservatórios têm nível mais baixo no início de estiagem em 12 anos
T99	30 de abril e 1 de maio	Desempenho financeiro	Usinas deverão faturar R\$ 60 bi na safra atual
T100	3, 4 e 5 de maio	Gerenciamento	Petros critica termos oferecidos para os credores do grupo Rede
T101	6 de maio	Desempenho financeiro	Distribuição definirá futuro da Eletrobras
T102	7 de maio	Expansão	HRT compra fatia de 60% da BP no campo de Polvo e cala críticos
T103	8 de maio	Expansão	Petrobras prevê produção de 5,7 milhões de barris em 2020
T104	9 de maio	Produção	Gás de xisto nos EUA favorece usinas a carvão na Europa
T105	9 de maio	Desempenho financeiro	Acordo com Petronas não segura queda da OGX
T106	10, 11 e 12 de maio	Expansão	Venezuela corre contra o tempo para evitar apagões
T107	10, 11 e 12 de maio	Expansão	Comgás vai acelerar crescimento com investimento recorde
T108	10, 11 e 12 de maio	Desempenho financeiro	Gasto com poços secos leva OGX a prejuízo de R\$ 805 milhões
T109	13 de maio	Expansão	Mexichem quer crescer mais no Brasil
T110	13 de maio	Regulação	CPFL espera concluir a compra do grupo Rede até julho
T111	13 de maio	Expansão	Leilão da ANP testa o apetite pelo Brasil
T112	14 de maio	Regulação	Setor quer rentabilidade maior em transmissão
T113	15 de maio	Desempenho financeiro	Construtoras de Belo Monte pedem reajuste de R\$ 1 bilhão para obra
T114	15 de maio	Expansão	Petrobras tem proposta por ativos na Argentina
T115	15 de maio	Regulação	Leilão da ANP bate recorde e arrecada R\$ 2,8 bi em bônus
T116	15 de maio	Expansão	Petra assume liderança na exploração em terra
T117	16 de maio	Desempenho financeiro	Ipiranga impulsiona bons resultados do grupo Ultra
T118	16 de maio	Regulação	Petrobras mantém hegemonia, mas cede liderança em parcerias
T119	17, 18 e 19 de maio	abastecimento	Produção de gás de xisto ainda demora, dizem especialistas
T120	17, 18 e 19 de maio	Expansão	Energisa busca apoio dos credores do Rede
T121	21 de maio	Gerenciamento	Governo estuda desligar mais térmicas

T122	21 de maio	Expansão	HRT frustra com resultado de dois poços
T123	22 de maio	Desempenho financeiro	Estrangeiros ficam com 25% do capital da Biosev após IPO
T124	22 de maio	Expansão	Queiroz Galvão se prepara para atuar em água profunda
T125	23 de maio	Desempenho financeiro	Petrobras usará US\$ 5 bi da captação para pagar dívidas
T126	27 de maio	Desempenho financeiro	Petrobras vende 12% em bloco na África
T127	27 de maio	Desempenho financeiro	Distribuição terá perdas milionárias com revisão
T128	28 de maio	Regulação	Leilão de eólica vai testar humor dos investidores
T129	29 e 30 de maio	Gerenciamento	Plano de desligamento de R\$ 3,4 bi
T130	31 de maio, 1 e 2 de junho	Expansão	Cemig volta a atrair o interesse de estrangeiros

Anexo 2: Sequências discursivas.

Edição	Página	Texto	Valores	Sequências Discursivas
28, 29, 30, 31 de dezembro de 2012 e 1 de janeiro de 2013	B5	T1	Crescimento.	<p>SD1 - A retomada da operação vai aliviar em parte a tensão do governo com relação à oferta de eletricidade no país. Os reservatórios das hidrelétricas estão com níveis próximo do limite que garante o atendimento pleno da demanda. E todas as termelétricas (a gás natural, óleo combustível e diesel) disponíveis estão em operação no momento.</p> <p>SD2 - Durante o acionamento de emergência, a AES Uruguaiana será remunerada pelo Encargo de Serviços do Sistema (ESS), pago por todos os consumidores para garantir principalmente a segurança do abastecimento do sistema. Segundo Cyrino, no entanto, o pagamento à térmica não deve causar um efeito significativo nas contas da empresa.</p> <p>SD3 - A AES continua buscando formas para ganhar dinheiro com a termelétrica.</p> <p>SD4 - A AES investiu cerca de US\$ 400 milhões na construção da usina, inaugurada em 2000. Após inúmeras interrupções pontuais no fornecimento de gás, a YPF cortou definitivamente o atendimento à térmica em dezembro de 2008, alegando motivos de “força maior”. O impasse levou a usina a registrar um prejuízo de R\$ 434 milhões naquele ano, com a compra de energia para honrar os contratos com as distribuidoras.</p>
2 de janeiro de 2013	B5	T2	Crescimento.	SD5 - Segundo ele, a Suzano tem caixa de R\$ 3,9 bilhões, financiamento (a ser sacado) de R\$ 1,5 bilhão com o BNDES, carta-garantia de R\$ 2 bilhões com o BTG Pactual, além de financiamentos de agências multilaterais para seus projetos de expansão (equipamentos).

				<p>SD6 - A Suzano toca o megaprojeto da nova fábrica de celulose no Maranhão, de US\$ 2,8 bilhões, o qual vai exigir ainda este ano R\$ 1,9 bilhão para completar sua instalação.</p> <p>SD7 - Com isso, a capacidade da empresa vai subir para 4,7 milhões de toneladas.</p> <p>SD8 - “O importante é que a operação reforça a estrutura de capital da companhia e fortalece seu caixa. O mercado já levará isso em consideração dentro do nosso plano de blindagem financeira”, afirmou.</p>
7 de janeiro de 2013	B1	T3	Crescimento.	<p>SD9 - Além dos problemas de sempre, entre os quais os prejuízos contínuos com a venda subsidiada de gasolina e diesel, o grande desafio da Petrobras em 2013 é conter a abrupta queda na produção de petróleo a partir de 2009 nos campos antigos. A menor produção significa mais dificuldade para transformar os pesados investimentos da companhia em receitas, e o tamanho do tombo atingiu níveis alarmantes nos últimos três anos.</p> <p>SD10 - Os números mostram uma aceleração do declínio da produção maior do que a geologia pode explicar.</p> <p>SD11 - Não só o declínio é maior que a média, como estava acelerando. O tema preocupa enormemente a ANP.</p> <p>SD12 - O analista destaca que a forte piora da produção da Petrobras nos últimos dois anos é explicada pela descoberta do pré-sal, em 2007, que mudou o resultado do jogo.</p> <p>SD13 – Apesar de ter resultado na difícil situação atual, o analista do Bradesco vê uma série de boas notícias. A primeira delas é que a Petrobras já tem 40 sondas de perfuração à sua disposição, a segunda é que a queda da produção não se deveu ao esgotamento dos reservatórios — caso do México —, mas sim à falta de equipamentos que levou a uma manutenção inadequada dos ativos. “A terceira boa notícia é que a produção do pré-sal é uma surpresa positiva e ficou muito além das expectativas”, diz.</p> <p>SD14 - A queda da produção de petróleo do Brasil preocupa a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e a diretora-geral, Magda Chambriard, quer que a Petrobras reveja o plano de desenvolvimento da produção de alguns de seus campos gigantes já maduros, alguns apresentados há mais de uma década.</p> <p>SD15 - Não agrada à ANP o fato de uma plataforma com essa capacidade apresentar uma queda na produção de 87 mil barris ao dia em cinco anos.</p>
8 de janeiro	A5	T4	Crescimento e desenvolvimento.	<p>SD16 - O alto custo de operação das térmicas já será sentido pelos consumidores a partir de fevereiro, durante os primeiros reajustes tarifários das distribuidoras de energia.</p>

				<p>SD17 - A Abradee também está de olho nos custos das térmicas em razão do seu impacto sobre o caixa das concessionárias de distribuição. A entidade estima que o custo mensal de operação das térmicas, no patamar de R\$ 800 milhões, já compromete mais de 50% do lucro líquido mensal das distribuidoras, calculado em R\$ 1,5 bilhão.</p> <p>SD18- O custo da operação das térmicas pode ser ainda maior para os consumidores.</p> <p>SD19 - Um integrante da equipe energética da presidente Dilma Rousseff admitiu que a operação das termelétricas afetará os benefícios do pacote de redução das tarifas.</p>
8 de janeiro	B10	T5	Crescimento	SD21 - Os preços da energia no mercado disponível dispararam devido à seca e à queda na geração das hidrelétricas , o que obrigou o país a ligar térmicas a gás e a óleo para garantir o abastecimento.
9 de janeiro	B1	T6	Crescimento.	<p>SD22 - Nem bem começaram a se recuperar do tombo após a Medida Provisória 579, que impôs forte corte nas tarifas das concessões do setor elétrico que expiram até 2017, as ações das elétricas foram atingidas por novo golpe. A falta de chuvas baixou os reservatórios das hidrelétricas para o menor nível desde 2000, elevando os riscos de racionamento.</p> <p>SD23 - Devido à escassez de energia hidráulica, as térmicas, que utilizam gás natural, óleo combustível e diesel, começaram a funcionar à plena carga, o que fez com que os custos operacionais do sistema elétrico e os preços do insumo no mercado disponível disparassem.</p> <p>SD24 - Os custos atingiram a marca crítica R\$ 555 o MWh na semana, considerada um indicador de crise. Segundo um analista, é provável que os balanços do quarto trimestre já mostrem um impacto negativo, sobretudo nas geradoras. Com a queda de produção nas hidrelétricas, as empresas precisarão comprar energia para cumprir seus contratos, passando a ficar mais expostas aos preços no mercado spot.</p>
10 de janeiro	B14	T7	Crescimento. Questão ambiental: economia ecológica.	<p>SD25 - A eficiência energética média do etanol na maior parte dos veículos vendidos no país é ainda inferior a 70% do desempenho da gasolina, nível indicado como referência no mercado.</p> <p>SD26 - A partir deste ano, participar do PBE Veicular é pré-requisito para montadoras que aderirem ao novo regime automotivo, que prevê incentivos fiscais às empresas que, entre outras exigências, melhorarem a eficiência energética de seus veículos.</p> <p>SD27 - O Inmetro também divulga nessa lista a emissão de gases de efeito estufa pelo escapamento de cada um desses 327 veículos.</p>

				<p>SD28 – Segundo o Inmetro, é estratégia de cada montadora calibrar seus motores para serem mais eficientes no uso de um ou outro combustível.</p> <p>SD29 – Agora que o Inmetro tem medido o desempenho energético de veículos que representam mais de 80% do mercado nacional, fica mais fácil ao consumidor comparar as informações de consumo de combustível, emissões de gases poluentes, entre outros indicadores de qualidade dos veículos que pretendem adquirir, explica o presidente do Inmetro, João Jornada.</p>
11, 12 e 13 de janeiro de 2013	B6	T8	Crescimento.	<p>SD30 - A C e s p, estatal paulista que recusou renovar suas concessões nos termos propostos pelo governo federal, e a maior geradora privada de energia do país, a Tr a c t e b e l , se destacam entre as elétricas que mais podem tirar proveito da atual crise de abastecimento. As duas empresas possuem uma sobra de energia, que não está comprometida com contratos de fornecimento de longo prazo. Esse excedente agora poderá ser vendido no mercado disponível, onde os preços dispararam.</p> <p>SD31 - O investidores já começaram a eleger os maiores “vencedores” e “perdedores” com atual crise energética, com base no que ocorreu em 2001, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso foi obrigado a reduzir o consumo em 20%.</p> <p>SD32 - É consenso entre os analistas que os riscos de racionamento ainda são baixos, mas, segundo eles, os altos custos com a geração de energia térmica em 2013 terão impacto sobre os balanços das companhias — e não apenas do setor elétrico. As indústrias que mais consomem energia, como a Usiminas, também serão afetadas. Em 2001, a Tractebel foi uma das elétricas que mais ganharam com crise energética. As ações da geradora subiram 45,75% naquele ano, bem acima do Ibovespa, que caiu 11 % no período.</p> <p>SD33 - No caso da C e s p, a empresa acabou, ironicamente, favorecida pela atual crise de abastecimento, após ter recusado as condições impostas pela presidente Dilma Rousseff para renovar as concessões de suas três hidrelétricas — Três Irmãos, Jupia e Ilha Solteira. Devido à indefinição em torno da renovação ou não de suas concessões, a estatal paulista hoje possui uma grande volume de energia descontratada e que poderá ser vendida no mercado disponível. As ações da Cesp, que foram destaque nos dois últimos pregões, acumulam neste ano uma alta de 0,57%. Ontem, os papéis PNB subiram 3,17%.</p>
15 de janeiro	A3	T9	Crescimento.	<p>SD34 - Um veto presidencial inviabilizou a retomada de pelo menos oito usinas hidrelétricas licitadas há mais de dez anos, que tinham chances reais de finalmente sair do papel.</p>

				<p>As empresas, que preparavam investimentos de até R\$ 10 bilhões para desengavetar esses projetos, ficaram desanimadas com a decisão e já falam agora em devolver suas concessões.</p> <p>SD35 - Apesar das preocupações crescentes sobre um novo racionamento, o artigo que permitia ressuscitar essas hidrelétricas foi um dos seis vetos da presidente Dilma Rousseff à Lei 12.783, publicada ontem no “Diário Oficial da União”. O texto converte em lei a medida provisória,</p> <p>SD36 - Depois de inúmeras idas e vindas, algumas usinas conseguiram avançar no processo de licenciamento, como a hidrelétrica de Itaocara (RJ). Localizada no rio Paraíba do Sul e com 145 m</p> <p>SD37 - A ideia é que possam negociar livremente essas sobras, sem nenhuma amarra.</p> <p>SD38 - As chuvas dos últimos dias aumentaram o nível dos reservatórios das hidrelétricas, ajudando na queda do preço da energia no mercado livre nesta semana. A boa notícia, contudo, não deu folga às termelétricas, que continuam operando na capacidade máxima, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).</p> <p>SD39 - Apesar de o mercado estar menos estressado que semana passada, não há previsão de novo recuo no preço no curto prazo, segundo analistas.</p> <p>SD40 - A Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) comemorou o aumento dos reservatórios, que veio depois de uma semana em que o setor elétrico passou por um estresse em relação ao abastecimento futuro da demanda.</p> <p>SD41 - Para ele, o conjunto da matriz energética brasileira atual dá um pouco mais de conforto em relação à insegurança energética do que alguns anos atrás.</p>
15 de janeiro	B1	T10	Crescimento.	<p>SD42 - A General Electric (GE) anuncia hoje mais um megacontrato com a P e t r o b r a s, no valor de US\$ 500 milhões.</p> <p>SD43 - A GE vem investindo pesadamente em sua divisão de petróleo e gás. Desde 2007, a empresa direcionou cerca de US\$ 10 bilhões em aquisições mundiais de ativos com operações no país. Investiu também em ampliações.</p> <p>SD44 - Em 2011, o faturamento de todas as divisões da companhia no Brasil somou US\$ 3,7 bilhões. Os números de 2012 ainda não foram fechados, mas a empresa anunciou em dezembro que apresentará um crescimento “ex p r e s s i v o”, de dois dígitos, no país.</p>

15 de janeiro	B14	T11	Crescimento.	<p>SD45 - No momento em que o país discute a segurança energética e os preços da energia batem recordes no mercado livre, o interesse de usinas sucroalcooleiras por investimentos em cogeração com bagaço de cana-de-açúcar se apresenta entre os mais baixos dos últimos anos.</p> <p>SD46 - Nos leilões do mercado regulado, onde se negocia cerca de 75% da eletricidade consumida no país, os preços médios caíram 10% em 2012, o que ajudou a minar de vez o interesse já arranhado do investidor.</p> <p>SD47 - Os preços recordes da energia negociada no mercado livre, que chegaram a bater R\$ 500 o MW/h em janeiro, estão viabilizando alguns investimentos em unidades retrofit, mas são casos pontuais.</p> <p>SD48 - O desinteresse de usinas de cana-de-açúcar por investimentos não se restringiu em 2012 aos projetos de cogeração. Segundo dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os desembolsos totais ao setor sucroalcooleiro no ano passado caíram 29%, para R\$ 4,2 bilhões, o nível mais baixo desde o início do “boom do etanol”, em 2007.</p>
23 de janeiro	B12	T12	Crescimento.	<p>SD49 - A partir de quatro híbridos de sorgo sacarino, a multinacional Monsanto produziu para este ano sementes suficientes para cultivar uma área de 30 mil a 40 mil hectares, mas comercializou menos da metade desse volume. O resultado dos experimentos com o uso dessa planta na produção de etanol — iniciados há três anos — ainda está abaixo do nível considerado mínimo para justificar o cultivo em escala comercial. Mas a Monsanto quer acelerar esse processo.</p> <p>SD50 - Batizado de “Desafio de Produtividade Sorgo Sacarino” o projeto tem a ambição de elevar a produtividade média da gramínea dos campos experimentais da casa dos 1,2 mil a 1,5 mil litros por hectare para 2,5 mil litros já na safra 2013/14, diz o líder de Negócios de Cana da Monsanto, José Carlos Carramate.</p>
23 de janeiro	B8	T13	Crescimento.	<p>SD51 - Na área de distribuição, o governo estuda a criação de uma nova subsidiária da Eletrobras para absorver seus ativos. A ideia é fazer a separação contábil das distribuidoras federalizadas, hoje amplamente deficitárias e responsáveis por contaminar o balanço da holding, na avaliação oficial.</p> <p>SD52 - Ontem, as ações ON da Eletrobras subiram 5,1%, enquanto as ações PNB valorizaram 6,2%. Os papéis encerraram o pregão a R\$ 8,10 e R\$ 13,70, respectivamente. Neste ano, as ações da estatal já acumulam valorização de 28% (ON) e 30,7% (PNB), recuperando-se, em parte, do tombo sofrido em 2012, quando foram castigadas pela decisão da estatal de renovar as concessões nos termos propostos pelo governo. Em 2012, as ações ON caíram 61,4%</p>

				<p>e as PNB, 57,5%</p> <p>SD53 - A possibilidade de que a estatal acelere o processo de venda de ativos é bem vista pelos investidores. Mas, segundo um especialista do setor elétrico, o governo do PT terá de enfrentar um obstáculo de outra ordem, a resistência do partido à ideia de privatização.</p> <p>SD54 - Com isso, avalia-se que há maior segurança jurídica para oferecê-las no mercado. Por outro lado, a perda de receitas da Eletrobras e a necessidade de reestruturação da estatal dobraram correntes do governo que ainda resistiam à venda de ativos. Para a ala majoritária, a Eletrobras teve sucesso em conter a “sangria financeira” das distribuidoras antes da federalização, mas tem sido cada vez mais difícil vislumbrar um cenário no qual elas passem a operar no azul. Para um grupo cada vez maior de autoridades, essas distribuidoras podem até dar lucro se conseguirem se afastar completamente de influência política, passando às mãos de administradores privados.</p>
23 de janeiro	F4	T14	<p>Crescimento e desenvolvimento. Questão ambiental: economia ecológica.</p>	<p>SD55 - Um sistema inovador de aquecimento de água desenvolvido em Santa Catarina aumenta a eficiência energética dos fogões a lenha, presentes na maioria das residências das regiões serranas, onde o inverno é rigoroso. Barato, de fácil instalação e ambientalmente sustentável, o recuperador de calor está sendo testado em um projeto-piloto com 200 famílias de áreas rurais em 34 municípios</p> <p>SD56 - Os resultados preliminares superam as expectativas, com aumento do conforto, alívio no orçamento doméstico e potencial para reduzir a demanda de energia nos horários de pico. Criado pelo eletricitista aposentado José Alcino Alano, o equipamento aproveita o calor que seria desperdiçado pela chaminé, sem aumentar o consumo de lenha.</p> <p>SD57 - A Celesc estima que a instalação do recuperador de calor nas 198 mil residências onde se usa fogão a lenha em Santa Catarina resultaria em uma economia anual de 193,6 mil MWh de eletricidade. Suficiente para abastecer uma cidade do tamanho de Florianópolis (421 mil habitantes) por três anos, ou toda a área de concessão da companhia, com 6,2 milhões de habitantes, por dois meses.</p> <p>SD58 - “A Celesc não faz filantropia”, esclarece a assessora de RSE, Viviani Bleyer Remor. “Estamos levando conforto e qualidade de vida para os agricultores; ao mesmo tempo, consolidamos a marca da empresa junto a essa população e reduzimos a inadimplência”. Outra vantagem é a redução do consumo no horário de ponta — das 17h30 às 20h30 nos dias úteis, quando o sistema nacional de geração, transmissão e distribuição é sobrecarregado pelo aumento no número de equipamentos ligados à rede elétrica.</p>

24 de janeiro	B9	T15	Crescimento.	SD59 - Os balanços das companhias do setor elétrico darão muito mais trabalho para os auditores, que neste momento estão debruçados sobre os números de 2012. Os especialistas terão de averiguar como e se foram aplicados os novos critérios para avaliação dos ativos , bem como as projeções feitas pelas companhias para seus fluxos de caixa, após a publicação da Medida Provisória 579, em setembro.
24 de janeiro	B8	T16	Crescimento.	SD60 - A perspectiva de o Brasil se tornar um grande produtor de petróleo e os investimentos em andamento de empresas instaladas no país , não apenas a Petrobras, estão atraindo mais empresas do grupo dinamarquês Maersk. SD61 - O principal executivo da Maersk Drilling, Claus Hemmingsen, informa que a empresa já está conversando com companhias de petróleo e estaleiros, cujos nomes não revela, mas ainda vê restrições a investimentos no país devido às regras de conteúdo local . No seu entendimento, o cumprimento dos compromissos de conteúdo local das empresas obriga que elas aluguem apenas sondas construídas no país usando equipamentos e pessoal brasileiros, e isso aumentaria custos . SD62 - Desde o acidente do campo de Macondo, no Golfo do México em 2010, as empresas de petróleo e as prestadoras de serviços, como é o caso da dinamarquesa, estão mudando procedimentos e padrões mais rígidos para se adequar às novas regras de segurança e também evitar indenizações bilionárias .
25, 26 e 27 de janeiro de 2013	B6	T17	Crescimento.	SD63 - Para o governo, trata-se apenas de jogar a inflação um pouco mais para cá ou para lá, sendo que a desculpa da vez é evitar uma concentração de reajustes que façam disparar o IPCA de um único mês e que isso contamine as expectativas. Mas para a P e t r o b r a s , a defasagem no preço dos combustíveis provoca perda mensal de R\$ 1,8 bilhão na área de abastecimento. Embora aproximado, esse impacto é direto no lucro, que fica diminuído nessa proporção. SD64 - Mas essa sangria do resultado e do caixa da estatal , que tem importado gasolina e diesel por um preço mais alto do que vende no mercado local, tem tudo para começar a diminuir (não acabar). Até o Banco Central conta agora formalmente com um reajuste da gasolina neste ano. Mas a previsão, que consta da ata do Copom, é de um aumento tímido, de 5%. O diesel, que tem impacto limitado no IPCA, não foi mencionado. SD65 - Com ou sem declarações, o reajuste parece cada vez mais certo . E mais perto. Mas ele deve vir alguém do necessário para a estatal equilibrar as contas .

28 de janeiro	B5	T18	Crescimento.	<p>SD66 - Uma das empresas mais atuantes do mercado eólico brasileiro, a argentina Impsa aguarda há um ano e meio o pagamento pela Eletrobras da energia fornecida por dez parques eólicos localizados em Santa Catarina, num total de 222 megawatts (MW) de capacidade instalada.</p> <p>SD67 - O Valor apurou que até o momento a Eletrobras não assinou o aditivo do contrato de compra de energia dos parques da Impsa. Há, pelo menos, três explicações. A primeira é que, no entendimento da estatal, não existiria regulamentação para a operação dos projetos. A segunda é que a estatal estaria insegura em fazer os repasses, por considerar frágil o licenciamento ambiental das usinas. E a terceira, segundo uma fonte a par do processo, seria a “morosidade” da Eletrobras.</p> <p>SD68 - Menghini, no entanto, disse que o impasse não influencia o atual plano de investimentos da empresa para o Brasil, que responde por mais de 65% do faturamento global da Impsa, cuja previsão para 2013 é de R\$ 3,6 bilhões. Além de geradora, a Impsa é fornecedora de equipamentos para eólicas e hidrelétricas.</p>
1, 2 e 3 de fevereiro de 2013	B6	T19	Crescimento.	<p>SD69 - O reajuste dos preços da gasolina e do diesel, além de ficar abaixo das expectativas do mercado, não conseguiu tirar as atenções dos investidores para o resultado da Petrobras no quarto trimestre do ano passado, e consequentemente no exercício de 2012, que será conhecido na segunda-feira. A aposta no mercado é que o resultado da companhia será pior que o de 2011.</p> <p>SD70 - O aumento do volume de importação de combustíveis afeta diretamente o resultado da área de abastecimento, a segunda mais importante, atrás apenas da Exploração e Produção (E&P).</p> <p>SD71 - Com a defasagem dos preços dos combustíveis, o que poderia contribuir positivamente para o resultado da Petrobras em 2012 seria um aumento da produção de petróleo e gás natural, mas isso...</p> <p>SD72 - O desempenho abaixo do esperado da produção da Petrobras levou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a cobrar da companhia a revisão do plano de desenvolvimento da produção de alguns de seus campos gigantes, o que deverá exigir da estatal um volume maior de investimentos, além dos US\$ 236,5 bilhões previstos no seu ousado plano de negócios 2012-2016.</p>
4 de fevereiro	B11	T20	Crescimento.	<p>SD73 - A trading americana Lanetrade LLC, que opera globalmente com açúcar, café e outros produtos alimentícios, fez uma oferta de US\$ 148,36 milhões para comprar a usina Floralco, localizada em Flórida Paulista (SP) e em recuperação judicial desde junho de 2010. Os americanos propuseram pagar a totalidade do valor à vista.</p>

				<p>SD74 - A Asperbras propôs comprar a Floralco por R\$ 120 milhões com o pagamento de R\$ 20 milhões à vista e o restante em dez parcelas anuais, sendo a primeira em outubro de 2014 e a última, no mesmo mês de 2023. A companhia, que faturou R\$ 600 milhões em 2012, possui em torno de 4,8 mil hectares com cana-de-açúcar no Estado de São Paulo com contrato de fornecimento para o Grupo Clealco. “Nossos canaviais ficam a 70 quilômetros da Floralco, assim, há uma pequena sinergia. Além disso, o setor sucroalcooleiro está no nosso radar”, afirma José Maurício Caldeirao, diretor da Asperbras.</p> <p>SD75 - Com base em auditoria própria e de terceiros, a TEF calcula que a Floralco trará ao seu comprador cerca de R\$ 40 milhões em passivos trabalhistas não sujeitos à recuperação judicial (dívidas contraídas após a decretação da recuperação) e mais de R\$ 20 milhões em passivos ambientais. “Se a proposta da TEF for aceita, o objetivo é não interromper o ciclo produtivo da usina e gerir salários e contratos operacionais em 2013”, diz Felsberg.</p>
5 de fevereiro	B16	T21	Crescimento.	<p>SD76 - A Petros divulgou ontem um balanço sem surpresas, pelo menos positivas. Como era esperado, em 2012 a empresa produziu 2% a menos de petróleo do que no ano anterior e registrou queda de 36% no lucro líquido anual, que foi de R\$ 21,182 bilhões ante os R\$ 33,313 bilhões registrados em 2011.</p> <p>SD77 - “Saiu o esperado. É uma pena ver o que fizeram com a Petrobras, privatizaram a empresa, criaram a PTbras e aí está o resultado. É lamentável ver uma empresa do porte da Petrobras apresentar um resultado desses com o barril de petróleo acima de US\$ 100”, criticou o economista Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE).</p> <p>SD78 - Colocar em prática a política de preços do governo que obriga a estatal a subsidiar a gasolina e diesel para conter inflação custou R\$ 22,93 bilhões em 2012. Esse foi o prejuízo da área de Abastecimento da companhia, resultado maior que o prejuízo da área em 2011, de R\$ 9,95 bilhões.</p>
5 de fevereiro	B19	T22	Crescimento.	<p>SD79 - A Petrobras Biocombustível (PBio) trabalha com o cenário de uma safrade cana-de-açúcar maior e melhor no ciclo 2013/14. A empresa, com as coligadas Guarani, Nova Fronteira e Total, prevê moer 25,6 milhões de toneladas de cana-de-açúcar na atual safra, alta de 18% ante as 21,8 milhões de toneladas do ano anterior. No etanol, a meta é produzir 1,06 bilhão de litros com as parceiras nesta safra, 29% a mais do que os 822 milhões de litros da safra 2012/13.</p> <p>SD80 - O aumento vai ser determinado por uma safra maior e pela qualidade do canavial em termos de ATR (açúcar contido na cana), disse Miguel Rossetto, presidente da PBio. Ele afirmou que houve dois movimentos nas coligadas: renovação e expansão dos canaviais.</p>

				<p>SD81 - Rossetto afirmou ainda que o governo, além de sinalizar com iniciativas importantes como o aumento da mistura na gasolina, vem dialogando com o setor para permitir uma recuperação do etanol na matriz energética brasileira.</p> <p>SD82 - Outro movimento da PBio, em termos de associação, foi a parceria com o grupo São Martinho, culminando na criação da Nova Fronteira Bioenergia, com projetos em Goiás. Rossetto não quis falar sobre novas aquisições no setor, mas afirmou que a agenda de crescimento da PBio em etanol combina três estratégias: projetos novos (“greenfield”), expansões e aquisições.</p>
6 de fevereiro	B11	T23	Crescimento.	<p>SD83 - A Georadar, que oferece serviços para a indústria de óleo e gás, acaba de ganhar um sócio de peso. A companhia concluiu ontem o recebimento de um aporte de R\$ 100 milhões do Óleo e Gás Fundo de Investimento em Participações (Óleo e Gás FIP). Entre os principais acionistas do fundo estão o BNDES e os fundos de pensão Petróleo e EletroCEEE, com cerca de 80% de participação.</p> <p>SD84 - Já o fundo escolheu a empresa entre outras 1.400 avaliadas no setor de óleo e gás por considerar que tem potencial para ser uma companhia de atuação global.</p> <p>SD85 - Ainda neste ano, a Georadar pretende captar mais R\$ 100 milhões de um quarto fundo — que ficará com 10% de seu capital —, o que reduzirá as participações dos demais sócios. Os recursos serão utilizados para consolidar os negócios já existentes, afirma Magalhães, para que a Georadar comece a organizar a abertura de capital. No ano passado, com 14 anos de vida e 3,5 mil funcionários, a empresa faturou R\$ 600 milhões. Até 2015, espera chegar a R\$ 1 bilhão.</p>
6 de fevereiro	B12	T24	Crescimento.	<p>SD86 - A mudança na distribuição dos lucros pela Petros, anunciada na segunda-feira, incomodou analistas e investidores e contribuiu para a desvalorização das ações ON (ordinárias, com direito a voto) no pregão de ontem. Os papéis ON fecharam o dia com queda de 8,28%, a R\$ 16,60, o menor valor desde janeiro de 2006.</p> <p>SD87 - A consequência foi uma queda de R\$ 11 bilhões em valor de mercado considerando apenas as ações ordinárias e uma quebra de confiança especialmente de investidores estrangeiros, que são, ao lado do próprio governo, os principais detentores desses papéis.</p> <p>SD88 - Outro “fato novo”, citado pelo analista é a dificuldade para aumentar a produção em 2013, admitida por Graça. Além disso, o relatório mostra, diz Cezimbra, que as refinarias estão utilizando, praticamente, 100% da capacidade instalada.</p> <p>SD89 - Diante da surpresa e dos fatos novos, a conclusão imediata da equipe de análise do BB Investimentos é de</p>

				<p>manutenção da lucratividade da companhia em 2013. “Tudo indica que a empresa vai continuar distribuindo o mínimo do lucro”, diz Cezimbra</p> <p>SD90 - Não bastassem as más notícias do lado operacional, uma mudança contábil ligada ao registro de compromissos com planos de saúde e aposentadoria aumentará o passivo da Petrobras em R\$ 21 bilhões a partir de março. Líquido de impostos, o efeito será uma redução de R\$ 15 bilhões no patrimônio líquido, conforme estima a empresa em nota explicativa.</p> <p>SD91 - O resultado da Petrobras em 2012 mostra as consequências da arriscada administração da companhia na gestão dos antecessores de Graça Foster e o uso político da empresa. Não por acaso, os analistas aumentaram seu nível de alerta em relação à estatal. Há quem veja necessidade de nova capitalização, o que a presidente da Petrobras, Graça Foster, negou.</p> <p>SD92 - Diante de tantos problemas, um dos poucos pontos positivos da entrevista da presidente da Petrobras ontem foi a franqueza ao falar sobre os desafios da companhia. Graça admitiu logo no início que 2013 será um ano difícil, principalmente o primeiro semestre, quando a companhia vai continuar com problemas na produção devido a paradas programadas de plataformas. Somente no segundo semestre começam a fazer diferença as seis novas plataformas previstas para entrar em produção ao longo de 2013 que vão garantir o aumento da produção a partir de 2014.</p> <p>SD93 - Apesar de todas as dificuldades a executiva que foi celebrada pelo mercado reafirmou sua confiança de que a Petrobras vai dobrar de tamanho em 2020.</p>
6 de fevereiro	F10	T25	Crescimento. Questão ambiental: economia ecológica.	<p>SD94 - A decisão do governo de oferecer uma grande variedade de novas áreas exploratórias em 2013 contribuiu para um aumento do número de empresas interessadas em investir no setor de óleo e gás brasileiro. Ao anunciar três rodadas de licitações da Agência Nacional do Petróleo (ANP) cinco anos depois do último leilão com oferta de áreas exploratórias no mar, o governo brasileiro oferece oportunidades de negócios para empresas de portes variados, nacionais e estrangeiras.</p> <p>SD95 - A quase nova abertura do setor no Brasil acontece em um momento de “b o o m” da extração de gás de xisto no Canadá e Estados Unidos, onde também se aposta na exploração de petróleo em águas profundas do Golfo do México. Também são grandes as apostas no Leste da África, Cazaquistão, Peru, Colômbia e Equador, só para citar concorrentes mais próximos.</p> <p>SD96 - Também já foi notada a chegada de fundos de capital de risco, americanos e de outras nacionalidades, em busca de bons projetos. Investir em um negócio de risco como a fase</p>

				<p>de exploração de óleo e gás pode ser uma alternativa para aplicar recursos em projetos com boa remuneração em um momento de grande liquidez e baixa remuneração.</p> <p>SD97 - A primeira Rodada de Partilha, na qual a Petrobras terá forçosamente um mínimo de 30% e será operadora, traz expectativas, dúvidas e alguma ansiedade por parte do mercado. Wagner Freire, ex-diretor da estatal que ajudou a fundar as novatas Starfish (vendida para a angolana Sonangol) e a Silver Marlim, vê com preocupação os contratos de partilha e a própria criação de uma estatal, a Pré-Sal Petróleo S/A (PPSA) para administrar o óleo e gás extraídos nas áreas de partilha. “Vejo tantas aberrações e inconstitucionalidades que o melhor mesmo seria postergar sua aplicação para buscar uma solução mais adequada”, diz Freire. O executivo chama a atenção ainda para o que chama de “instabilidade regulatória e legal” causada pelo controle, pelo governo, dos preços dos combustíveis vendidos pela Petrobras.</p> <p>SD98 - Além da realização da 11ª rodada de blocos de petróleo e gás e do primeiro leilão dedicado a áreas de pré-sal, o governo pretende realizar, em 2013, a primeira rodada de concessões para exploração de gás não convencional no país, afirmou ontem o secretário de petróleo e gás do Ministério de Minas e Energia, Marco Antônio Martins Almeida. Com o governo federal de olho na exploração e produção de gás produzido a partir do fracionamento de rochas, o que pode ampliar a oferta interna para abastecer indústrias e térmicas, o leilão poderá ocorrer nos dias 11 e 12 dezembro.</p> <p>SD99 - A tecnologia de exploração exige o fraturamento das rochas no subsolo e pode provocar danos ambientais irreversíveis. Para evitar problemas, o governo estuda impor exigências regulatórias e ambientais maiores para as empresas que decidirem investir no segmento. Nos Estados Unidos, problemas no início da exploração de gás de xisto causaram prejuízos para a indústria e quase levaram ao fracasso da tecnologia. “Tem o risco de ter empresas preparadas e temos de conciliar crescimento com risco ambiental planejado para evitar que tenhamos problemas, o que poderia inviabilizar logo no início um nicho interessante de exploração de energia”, afirmou.</p> <p>SD100 - O governo está otimista em relação ao potencial do gás obtido a partir do fracionamento de rochas. “Com o desenvolvimento dessa fronteira, poderemos ter preços menores para abastecer térmicas e indústrias”, disse o secretário.</p>
7 de fevereiro	B14	T26	Crescimento.	SD101 - Depois de passar três anos no limbo e perder completamente a sua competitividade, a indústria do etanol está em vias de passar a contar com um novo regime de mercado. O governo trabalha na conclusão de um pacote de medidas que tem o propósito de retomar o interesse da

				<p>indústria e do consumidor pelo combustível. Paralelamente, a União enxerga no etanol a possibilidade de contar com mais uma ferramenta para controlar a inflação.</p> <p>SD103 - Em entrevista ao Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor , Pimentel afirmou que o governo fará, ainda neste semestre, um novo esforço concentrado para impulsionar a produção de etanol no Brasil.</p> <p>SD104 - Segundo o ministro Fernando Pimentel, o aumento da mistura do etanol na gasolina já foi uma sinalização positiva para o setor. A redução ou isenção total de PIS e Cofins é uma das medidas que também estão em análise. A redução dos tributos federais também poderá envolver o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), o que incentivaria a abertura de novas unidades de produção. As medidas atacariam uma das principais críticas do setor ao governo, acusado de impor tributos ao etanol, enquanto subsidia a gasolina.</p>
8, 9, 10, 11 e 12 de fevereiro	B6	T27	Crescimento.	<p>SD105 - Maior geradora privada do Brasil, a Tractebel Energia, empresa do grupo franco-belga GDF-Suez, planeja participar dos leilões de geração de energia deste ano. Dona de um portfólio de 6,9 mil megawatts (MW) de potência instalada em operação, a companhia tem planos de incluir eólicas e termelétricas a biomassa nas licitações de 2013.</p> <p>SD106 - A empresa também estuda investir em térmicas a carvão e gás natural, de carona nos planos do governo de ampliar a participação de termelétricas no parque gerador brasileiro.</p> <p>SD107 - Já o lucro anual da companhia foi de R\$ 1,499 bilhão, com alta de 3,6% em relação ao exercício anterior. Na mesma comparação, a receita cresceu 13,5% para R\$ 4,912 bilhões.</p> <p>SD108 - A mais nova tentativa do governo espanhol de conter seu endividamento cada vez maior com o setor de energia do país deverá resultar em queda nos lucros das empresas de fontes renováveis de energia.</p> <p>SD109 - As ações da Acciona, segunda maior operadora de energia eólica da Espanha, caíram 20%, enquanto os papéis da Abengoa, maior construtora de usinas de energia solar da Espanha, também tiveram forte desvalorização desde o anúncio das mudanças no fim da semana passada.</p> <p>SD110 - Durante os anos vertiginosos da onda de expansão do setor de construção civil na Espanha, uma série de subsídios e incentivos para as energias solar e eólica tornaram o país um dos destinos mais atrativos do mundo para a chamada “energia verde”, embora as tarifas cobradas tenham, em parte, provocado desequilíbrios no mercado de energia e o acúmulo de dívidas, com garantia do governo.</p>

				SD111 - O atual governo espanhol, desde que assumiu o poder no fim de 2011, vem tentando lidar com a dívida conhecida como o “déficit da tarifa”, hoje de quase € 28 bilhões . Mas o governo teve de enfrentar a reação de grupos de defesa das fontes renováveis e investidores argumentando que as reformas são retroativas e vão destruir seus lucros .
8, 9, 10, 11 e 12 de fevereiro	B7	T28	Crescimento.	SD112 - Duas empresas da área de engenharia, a MPE e a Iesa Óleo e Gás, fecharam contratos de R\$ 1,16 bilhão para fazer a manutenção em 21 plataformas da Petrobras na Bacia de Campos, principal polo de produção de petróleo do país. SD113 - O grande número de paradas programadas para manutenção em plataformas, no primeiro semestre, terá efeitos sobre a produção da Petrobras, como previu esta semana a presidente da estatal, Graça Foster. Ela afirmou que em 2013, devido às paradas programadas, será possível à companhia alcançar uma produção de óleo no mesmo patamar de 2012. Segundo Graça, as novas plataformas que entrarão em produção este ano contribuirão para o crescimento da produção a partir do segundo semestre.
14 de fevereiro	A4	T29	Crescimento.	SD114 - O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) manterá as térmicas a gás natural e carvão ligadas durante todo o ano de 2013, afirmou o diretor-geral do ONS, Hermes Chipp. O objetivo é guardar o máximo possível de água nos reservatórios das hidrelétricas para garantir o abastecimento de energia em 2014 , quando o Brasil receberá a Copa do Mundo. SD115 - Hoje, quase 100% da capacidade de geração de energia térmica está em operação . Levantamento feito pelo Valor, com dados do ONS do dia 31 de janeiro, indica que cerca de 60 usinas térmicas estão ligadas no sistema. Segundo o operador, as térmicas estão gerando aproximadamente 15 mil megawatts médios, o equivalente a um quarto do consumo de energia do país . SD116 - De acordo com estimativas da consultoria Gas Energy, a operação plena das termelétricas a gás natural e carvão terá um custo da ordem de R\$ 880 milhões por mês , sendo R\$ 750 milhões relativos às térmicas a gás e R\$ 130 milhões para as usinas a carvão. O valor inclui o gasto com o combustível e outros custos variáveis.
15, 16 e 17 de fevereiro de 2013	B6	T30	Crescimento.	SD117 - No comando da área de Abastecimento da Petrobras, responsável por um prejuízo de R\$ 22,9 bilhões, superior ao lucro de R\$ 21,18 bilhões da estatal em 2012, o gaúcho José Carlos Cosenza prevê que a empresa continuará tendo déficit de 300 mil barris de derivados por dia algum tempo. Em entrevista ao Valor, Cosenza explica que a oferta menor que a

			<p>demanda por combustíveis só se encerrará quando todas as novas refinarias da companhia ficarem prontas. A data estimada é 2020-2022. Até lá, a Petrobras vai sempre “correr atrás do mercado”, nas palavras do diretor. A estatal ainda tem um pequeno espaço para aumentar a produção de derivados até meados deste ano. Depois disso, explica Cosenza, só com as novas refinarias.</p> <p>SD118 - Este ano, a estatal obteve licença ambiental permitindo começar as desapropriações e a construção de um píer na Praia da Beira (São Gonçalo) e uma estrada de 18 quilômetros. Esta levará até o local da obra equipamentos gigantescos, inclusive a unidade de hidrocrackeamento catalítico (HCC), única do país e que pesa mais de mil toneladas.</p> <p>SD119 - Mesmo assim, será insuficiente para acompanhar a expansão do mercado brasileiro. A estatal prevê que o consumo de derivados no país ficará entre 3,2 e 3,4 milhões em 2020, ainda maior que a oferta total.</p> <p>SD120 - A produção de combustíveis no Brasil continuará inferior ao consumo até que sejam construídas as refinarias Premium I (600 mil barris por dia, no Maranhão), a Premium II (300 mil barris, no Ceará), e a segunda refinaria do Comperj, que terá ainda uma petroquímica ainda em avaliação.</p> <p>SD121 - O que nós [empresa] temos obrigação de fazer é, primeiro, um trabalho forte de gestão e de redução de custo, como os programas de aumento de eficiência na logística e produção, gerando espaço para os investimentos”, afirmou.</p> <p>SD122 - “Tenho metas de processamento com duas componentes importantes. Uma é a continuidade, pois não adianta chegar a 2,1 milhões de barris e dois meses depois baixar a produção para 800 mil barris por falta de manutenção. A outra é o respeito às condições de segurança das instalações e pessoais, sem esquecer o meio ambiente”.</p> <p>SD123 - A Petrobras está enfrentando um crescimento do consumo de combustíveis no país maior que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e cujos efeitos sobre o balanço financeiro da companhia já são conhecidos.</p> <p>SD124 - Carlos Alberto Cosenza, diretor de abastecimento da Petrobras, enumera várias razões para esse descolamento entre consumo e produção de combustíveis, entre eles a safra agrícola 2012/2013, que deve chegar a 185 milhões de toneladas de grãos, um aumento de 11,3% em relação à safra anterior. O executivo cita ainda o aumento das vendas de automóveis e do número de passageiros nos aviões, entre outros fatores decorrentes da migração da classe C para a B. “A única resposta que eu não tenho é sobre quando é que termina essa roda, [não é possível saber] quando é que ela estabiliza e muda o patamar. Mas nessa carruagem o crescimento é algo bom”, disse Cosenza ao Valor .</p>
--	--	--	--

				SD125 - A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) prevê que a produção brasileira de óleo diesel vai saltar de pouco mais de 40 milhões de m3, atualmente, para mais de 80 milhões de m3 em 2018 . A expectativa da autarquia considera projetos de refino incluídos no plano de negócios 2012-2016 da Petrobras. Alguns desses empreendimentos, no entanto, ainda estão em avaliação pela estatal.
15, 16 e 17 de fevereiro de 2013	B8	T31	Crescimento.	SD126 - Após divulgar no início da semana resultados que foram impulsionados pelas atividades no Brasil, a petroleira portuguesa Galp Energia decide direcionar a maior parte de seus investimentos nos próximos anos para o país. O plano de crescimento da companhia envolve € 1 bilhão a serem investidos anualmente em suas operações globais. SD127 - O executivo, presente em encontro do setor europeu de energia, nos arredores da capital da Espanha, considera essencial para a decisão o alto potencial do setor brasileiro de petróleo, que oferece grandes oportunidades principalmente para quem atua nos segmentos de exploração e produção . SD128 - Para desenvolver seus projetos no pré-sal brasileiro, a Galp investiu no ano passado cerca de € 400 milhões . Cerca de 75% desse montante foram direcionados para a produção de petróleo e gás e o resto foi aplicado em atividades de exploração . Esses recursos colaboraram para os resultados positivos da empresa em 2012.
18 de fevereiro de 2013	B7	T32	Crescimento. Questão ambiental: economia ecológica.	SD129 - Daqui a exatamente dois anos, se não houver qualquer atraso no cronograma da obra, a hidrelétrica de Belo Monte ligará a sua primeira turbina para tirar energia das águas do Xingu , no Pará. Bem antes disso, porém, a Norte Energia, responsável pela construção da maior usina do país, precisa entregar compromissos que assumiu quando iniciou o empreendimento, em junho de 2011, e que ainda não cumpriu. SD130 - Na lista de atrasos estão itens básicos, como a conclusão do cadastro das milhares de famílias que terão suas casas e vidas atingidas pelo empreendimento . Um ano e meio depois de iniciadas as obras, o banco de dados ainda não foi entregue, aponta o relatório do Ibama. Sem as informações, ficam comprometidos projetos que dependem desses dados, como o programa de incentivo à pesca sustentável e o plano de conservação e de uso do entorno do reservatório da hidrelétrica .
18 de fevereiro	B9	T33	Crescimento.	SD131 - O banco holandês Rabobank divulgou relatório em que prevê que os preços médios do etanol hidratado no Brasil deverão alcançar a média de R\$ 1,27 por litro (na usina, sem impostos) na safra 2013/14, que começa em abril.

				<p>SD132 - Porém, a instituição financeira, com forte presença no agronegócio, considera que, dada a sazonalidade típica de oferta e demanda durante o pico da safra, há chances de os preços caírem a níveis equivalentes a 17 centavos de dólar por libra-peso nos meses de maio a julho.</p> <p>SD133 - Por conta dos preços mais remuneradores do etanol em relação ao açúcar, o Rabobank aposta em uma safra de cana mais “alcooleira” no Centro-Sul do Brasil, que responde por 90% da produção de cana do país.</p>
19 de fevereiro	B14	T34	Crescimento.	<p>SD134 - Alguma recuperação na produtividade dos canaviais e maior ênfase na produção de açúcar e etanol anidro (misturado à gasolina), em detrimento do hidratado (usado diretamente nos tanques dos veículos), ajudaram a sustentar as margens das companhias sucroalcooleiras com ações na BM&FBovespa no terceiro trimestre desta safra 2012/13, encerrado em 31 de dezembro.</p> <p>SD135 - O faturamento com etanol subiu 26%, mas o maior salto no período veio da comercialização de energia gerada a partir do bagaço da cana, que saiu de R\$ 53 milhões para R\$ 321 milhões na comparação entre os terceiros trimestres.</p> <p>SD136 - Como já indicavam analistas, o “m e r g u l h o” das cotações do açúcar tende a pressionar as margens das usinas, que tendem a tentar maximizar a fabricação de biocombustível no próximo ciclo.</p>
19 de fevereiro	A4	T35	Crescimento.	<p>SD137 - O processo de prorrogação das concessões de distribuidoras é o último capítulo da novela que tomou conta do setor elétrico em 2012. No ano passado, as discussões envolveram apenas concessionárias de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão, que tiveram de aceitar tarifas menores para estender seus contratos por 30 anos.</p> <p>SD138 - De acordo com Pepitone, a área técnica da Aneel está preparando relatórios com os números de cada distribuidora com pedido de renovação do contrato, mas muitas têm apresentado “má qualidade” dos serviços. “Há distribuidoras com índices de qualidade bem aquém das metas regulatórias”, afirmou. Ele foi taxativo no alerta às distribuidoras: “Se a empresa estiver prestando um serviço ruim, a agência vai recomendar que não se renove a concessão e que ela vá para relicitação, buscando uma gestão que introduza qualidade.”</p>
22, 23 e 24 de fevereiro	B7	T36	Crescimento.	<p>SD139 - De olho no potencial de mercado da América Latina, a indiana Suzlon, uma das maiores fabricantes mundiais de equipamentos eólicos, vai criar uma unidade de negócios para a região.</p> <p>SD140 - A meta da empresa é fazer com que a América Latina responda por 20% dos negócios mundiais da companhia até o fim de 2016.</p>

22, 23 e 24 de fevereiro	B9	T37	Crescimento.	<p>SD141 - A Petrobras encontra dificuldades para definir uma estratégia de venda de ativos no exterior. O processo foi lançado há dois anos e pouco avançou nesse tempo.</p> <p>SD142 - Agora, além dos ativos no exterior, estão sendo oferecidas também participações em áreas exploratórias no Brasil e ativos industriais, como a petroquímica Innova, no polo de Triunfo, no Rio Grande do Sul.</p> <p>SD143 - No atual plano estratégico a área internacional tem investimentos de US\$ 10,7 bilhões em projetos já em fase de implantação ou ainda em avaliação.</p>
22, 23 e 24 de fevereiro	F7	T38	Crescimento.	<p>SD144 - O minuano é presença marcante na trilogia “O tempo e o vento”, na qual o escritor gaúcho Érico Veríssimo conta a formação do Rio Grande do Sul. Agora, ganha lugar de destaque no processo de desenvolvimento do Estado. A energia eólica é um dos 22 setores considerados estratégicos para alavancar o crescimento da economia gaúcha.</p> <p>SD145 - Outros 17 parques, com capacidade de gerar cerca de 1 mil MW, em diferentes fases de implantação, devem entrar em funcionamento até 2016. Com isso, os cataventos, como os gaúchos chamam os aerogeradores, também passarão a fazer parte da paisagem de municípios como Chuí, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e Viamão. Os novos empreendimentos representarão investimento de R\$ 4,8 bilhões, segundo o governo.</p> <p>SD146 - “Esses empreendimentos são importantes para a Eletrosul porque consolidam a empresa como a maior estatal do setor no segmento eólico, e estratégicos para a segurança energética do país pois são complementares à matriz”, afirma o presidente Eurides Mescolotto.</p>
26 de fevereiro de 2013	B16	T39	Crescimento.	<p>SD147 - O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) esperam aprovar, até o fim deste semestre, R\$ 2 bilhões para projetos do Plano Conjunto BNDES-FINEP de apoio à Inovação Tecnológica Industrial no Setor Sucroenergético e Sucroquímico (PAISS).</p> <p>SD148 - BNDES e Finep também estimam efetivamente desembolsar, ainda em 2013, R\$ 500 milhões (R\$ 250 milhões cada) para projetos aprovados. Esses projetos estão distribuídos em três linhas de pesquisa, e a maior parte deles envolve o desenvolvimento de tecnologias economicamente viáveis para a produção de etanol celulósico (linha 1). Mas há planos nas áreas de bioquímicos (linha 2) e gaseificação (linha 3), sempre usando como matéria-prima a biomassa da cana-de-açúcar.</p> <p>SD149 - O gerente setorial do Departamento de</p>

				<p>Biocombustíveis do BNDES, Arthur Milanez, explica que os projetos estão em fases diferentes de maturação, mas que, a partir do final de 2014, a primeira planta de etanol de segunda geração estará em funcionamento (a da GraalBio). O PAISS espera que os outros projetos tragam, no médio prazo, ganhos de produtividade para a cana de até 40%, tendo em vista a redução dos custos de produção e a retomada da competitividade do segmento do Brasil.</p>
27 de fevereiro	B1	T40	Crescimento.	<p>SD150 - O empresário Eike Batista está para fechar a venda do controle da MPX, braço de energia do grupo EBX. A elétrica é hoje o ativo mais maduro do grupo e deve passar para o comando da alemã E.ON, que já é sócia do brasileiro na companhia. A E.ON não tem como comprar o controle sozinha, por conta de problemas enfrentados com negócios em seus países. Sua atual estrutura financeira não lhe dá fôlego para consolidar a dívida líquida da MPX, que era em dezembro de R\$ 5,4 bilhões. Por essa razão, busca no Brasil sócios para comprar a fatia de Eike Batista na MPX, formando com eles um novo bloco de controle na empresa.</p> <p>SD151 - Depois de concretizada a venda da participação de Eike Batista, está previsto um aumento de capital também bilionário na empresa. O mercado especula se esses fundos teriam se comprometido a comprar fatia de Eike Batista e também a acompanhar o aumento de capital.</p>
28 de fevereiro	B14	T41	Crescimento.	<p>SD152 - A possibilidade de que a Eletropaulo ultrapasse pelo segundo trimestre consecutivo seus limites de endividamento (“covenants”) preocupa os analistas de investimentos. As ações da companhia derreteram na bolsa, enquanto crescem os temores dos investidores em relação à saúde financeira da distribuidora.</p> <p>SD153 - A distribuidora de energia, que abastece a Grande São Paulo, já estourou seu teto de alavancagem no quarto trimestre de 2012 devido, em parte, às elevadas despesas com a geração de energia pelas termoeletricas. Por contrato, a dívida líquida da companhia só pode corresponder a 3,5 vezes a geração de caixa medida pelo Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização). Mas, no quarto trimestre, essa relação já atingiu 4,9 vezes.</p> <p>SD154 - Em teleconferência realizada ontem com os analistas, Britaldo Soares, presidente do grupo AES no Brasil, o controlador da Eletropaulo, afirmou que o governo estuda neste momento uma solução para rombo provocado pelo despacho das usinas térmicas no fluxo de caixa das distribuidoras. Essa solução, segundo o executivo, pode conter medidas que “preveniam” uma quebra dos “covenants” da empresa.</p>
28 de fevereiro de 2013	B18	T42	Crescimento.	<p>SD155 - ABSBIOS, produtora de biodiesel controlada pela gaúcha BSPar e pela Petrobras Biocombustíveis, concluiu a aquisição de 13 unidades de recebimento e armazenagem</p>

				<p>de grãos e um terminal ferroviário da Adubos Coxilha na região norte do Rio Grande do Sul. O valor do negócio está em fase de definição, mas ficará entre R\$ 70 milhões e R\$ 80 milhões, e a operação, sozinha, deverá agregar R\$ 300 milhões ao faturamento da empresa neste ano, de acordo com o diretor-presidente da BSBIOS, Erasmo Battistella.</p> <p>SD156 - Conforme o executivo, as novas unidades vão mais que dobrar a capacidade de estocagem de grãos da BSBIOS, para 450 mil toneladas, ante as 220 mil toneladas atuais distribuídas em três armazéns. Elas ainda vão reforçar os canais de comercialização de fertilizantes e insumos para os agricultores e a estrutura logística própria, acrescentou.</p>
28 de fevereiro	B9	T43	Crescimento. Questão ambiental: economia ecológica.	<p>SD157 - A Transpetro, empresa de logística que pertence à Petrobras, acaba de receber um pacote de licenças de operação emitidas pelo Ibama para mais de 2,4 mil quilômetros de oleodutos e gasodutos no país, o que equivale a mais de 16% de toda a malha de dutos que a companhia possui atualmente.</p> <p>SD158 - As licenças de operação concedidas pela Ibama regularizam a gestão ambiental dessas estruturas, que, por serem antigas, tiveram seus licenciamentos atrelados aos Estados onde foram instaladas. Ao passarem para a alçada do Ibama, elas passam a se submeter aos programas de gestão de impacto ambiental monitorados pelo órgão federal.</p>
1,2 e 3 de março	B11	T44	Crescimento.	<p>SD159 - Expectativas exageradas ou dificuldades com a geologia, o fato é que a OGX divulgou estimativas de reservas de óleo e gás que não se comprovaram e cuja produção está sendo mais difícil, cara e em volumes menores. A consequência está na bolsa de valores, onde a petroleira perdeu quase R\$ 25 bilhões do valor de mercado desde a oferta inicial de ações, em junho de 2008.</p> <p>SD160 - Há uma certa inquietação no mercado com a geração de caixa da companhia. No último balanço a dívida líquida da OGX era de R\$ 3 bilhões e a receita no último trimestre foi de apenas R\$ 150,7 milhões. Da dívida total (R\$ 8,046 bilhões), a maior parte (R\$ 7,9 bilhões) vence no longo prazo.</p> <p>SD161 - O mal estar entre as empresas e o mercado começou após a OGX divulgar, ao fim de junho, comunicado com expectativas de produção de petróleo para o campo de Tubarão Azul, na Bacia de Campos, muito abaixo do que os investidores esperavam, dizem analistas.</p> <p>SD162 - Apesar do bom momento do minério de ferro, que tem apresentado neste início de ano bons preços na faixa de US\$ 150 a tonelada no mercado à vista chinês, o mercado relaciona o valor do papel da MMX mais aos baixos níveis de produção e a falta de funding para tocar os próprios</p>

				<p>projetos.</p> <p>SD163 - Nesse momento, o que pode melhorar a confiança nos projetos da mineradora é Eike Batista conseguir a aprovação pelo BNDES de um financiamento de R\$ 3 bilhões, que já está em fase de análise no banco. O investimento total na expansão das minas de Serra Azul está orçado em R\$ 4,8 bilhões. A perspectivas são positivas sobre o BNDES, que tem sido parceiro de Batista, liberar novo empréstimo. Até agora, já liberou R\$ 9,8 bilhões para várias empresas do grupo.</p>
4 de março	B9	T45	Crescimento e desenvolvimento.	<p>SD164 - Em anos que chove pouco, venta muito. E vice-versa. Essa regra confirmou-se em 2012, quando a geração de energia pelos parques eólicos atingiu os mais altos índices registrados até hoje no Brasil. A falta de chuvas, ao contrário, reduziu a vazão dos rios e prejudicou as hidrelétricas, que geraram menos energia que o normal. A situação dos reservatórios tornou-se tão crítica que ressuscitou o fantasma do racionamento.</p> <p>SD165 - A Abeeólica ainda não concluiu o levantamento sobre a geração de todas as fazendas em 2012, mas os números preliminares indicam que a geração eólica alcançou um fator de capacidade recorde. “Foi o melhor ano da história”, afirma Elbia Melo, presidente executiva da entidade do setor. Alguns parques chegaram a produzir até mesmo mais do que 50% da potência instalada.</p> <p>SD166 - A capacidade instalada dos parques eólicos saltou de 1.430,5 MW em 2011 para 2.507,7 MW em 2012. No entanto, deste total, pelo menos 622 MW não entraram na rede elétrica devido aos atrasos na construção das linhas de transmissão. Essas fazendas foram concluídas e os consumidores brasileiros já começaram a pagar por essa energia, que foi vendida para as distribuidoras nos leilões passados, mas os parques continuam desligados do sistema nacional.</p> <p>SD167 - Para a rede elétrica nacional, todo megawatt é bem vindo, mas o setor não é suficiente para assegurar o abastecimento de energia, que depende em grande parte das hidrelétricas. Justamente pelo fato da geração eólica ser intermitente e imprevisível, técnicos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) costumam vê-la com reserva. Na avaliação do operador, a geração térmica (a gás, óleo e carvão) é a melhor alternativa para complementar a geração hidrelétrica, como ocorre neste momento.</p>
5 de março	A5	T46	Crescimento.	<p>SD168 - Preocupado com o aumento da inflação e com o elevado custo político, o governo estuda diferir o impacto que o custo da energia gerada pelas termelétricas terá nas tarifas ao consumidor final. Segundo o Valor apurou, uma das soluções em estudo é ampliar o prazo do empréstimo que o Tesouro</p>

				<p>Nacional dará às distribuidoras de energia elétrica nos próximos dias para cobrir as dificuldades de caixa dessas empresas.</p> <p>SD169 - A ideia é que o dinheiro fique no caixa das distribuidoras por mais tempo concedendo um alívio financeiro mais significativo à empresa. Em troca, o governo autorizaria reajustes menores de tarifas, diluindo seu impacto nos preços e reduzindo o seu custo político.</p> <p>SD170 - Neste ano, o baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas obrigou o governo a gerar uma parcela muito maior da energia consumida por meio das termelétricas, o que criou um problema de caixa nas distribuidoras</p>
6 de março	B11	T47	Crescimento.	<p>SD171 - O grupo de origem mineira Energisa vai realizar um aumento de capital de R\$ 350 milhões. O objetivo é levantar recursos para o plano de investimentos de R\$ 1,6 bilhão nos próximos três anos. Desse total R\$ 900 milhões serão destinados a projetos de geração de energia renovável e R\$ 700 milhões na área de distribuição.</p> <p>SD172 -Dentro do plano 2013-2015, os investimentos em geração são destinados a implantação de 292 megawatts de capacidade instalada de pequenas centrais hidrelétricas, eólicas e térmicas a biomassa de cana-de-açúcar.</p> <p>SD173 - Com dinheiro em caixa e fôlego para se financiar, a Energisa estuda oportunidades nos leilões de geração deste ano e possibilidades de aquisição de distribuidoras no setor.</p>
6 de março	B6	T48	Crescimento.	<p>SD174 - A P e t r o b r a s vem discutindo formas de fortalecer as empresas nacionais de engenharia. As empresas querem participar, em maior volume, da elaboração de projetos da indústria de petróleo e gás como refinarias e plataformas. Esses projetos são realizados, em grande parte, pela própria estatal.</p> <p>SD175 – A estatal, que passa por fase de ajustes, quer que projetos de refino e de plataformas sejam feitos dentro de métricas internacionais, com o menor custo possível.</p> <p>SD176 - A prioridade da Petrobras é concluir obras em andamento, como as refinarias Abreu e Lima (Rnest) e o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), além da construção de oito plataformas idênticas e de outras quatro unidades para atender a cessão onerosa, no pré-sal.</p>
7 de março	B11	T49	Crescimento. Questão ambiental: economia ecológica.	<p>SD177 - Até hoje mais conhecido nos carros de passeio, o uso de etanol em grande escala nas cidades brasileiras começa a migrar para outros tipos de veículos. Os dois maiores fabricantes de motocicletas do país já incluíram a tecnologia flex em seus motores. Pouca gente sabe que aviões para uso agrícola também utilizam o combustível de cana no Brasil. O</p>

				<p>desafio agora é dar escala a um novo projeto: o etanol em caminhões e ônibus, responsáveis por emitir os poluentes mais nocivos à saúde humana nas grandes cidades.</p> <p>SD178 - No contexto atual, o uso de etanol serve não apenas de arma no combate à poluição nas grandes cidades como também é uma ferramenta eficaz para reduzir a importação de derivados de petróleo e, indiretamente, a inflação.</p> <p>SD179 - O que se busca agora é a viabilidade econômica. Um caminhão a etanol ainda “r e n d e” de 50% a 60% menos que o mesmo modelo movido a diesel. Na busca por mitigar esse problema, a alemã MAN Latin América lançou em 2012 o protótipo de um caminhão movido a uma mistura de 55% de etanol no diesel.</p> <p>SD180 - A diversificação de motores movidos a etanol pode mudar o padrão de qualidade do ar das grandes cidades brasileiras. Somente com a substituição de 100% da frota de ônibus do transporte público da cidade de São Paulo por motores movidos a etanol já haveria uma queda anual de mortes de 4,2% (redução de 750 óbitos por ano), segundo estudo feito pelo Laboratório de Poluição Atmosférica Experimental (LPAE), da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP).</p> <p>SD181 - O desafio agora é como a produção no campo vai crescer nos próximos anos para atender a tantas novas demandas pelos produto da cana-de-açúcar. A SCA Trading, uma das maiores tradings de etanol do país, projeta que se 40% da frota flex (carros e motos) do país fosse abastecida com etanol a partir de 2013, o consumo atingiria por volta de 37 bilhões de litros de hidratado em 2020, quatro vezes mais que o consumo atual (9,8 bilhões de litros). A meta só seria alcançada com a construção de mais 80 usinas de cana-de-açúcar.</p> <p>SD182 – Desse modo, os próximos anos é que vão dizer se o exemplo brasileiro será, de fato, uma referência mundial na busca por energia limpa.</p>
7 de março	B12	T50	Crescimento.	<p>SD183 - Os aumentos de 10,4% do diesel este ano e de 6,6% da gasolina terão impacto direto no caixa da Petrobras e foram vistos pelo mercado como uma mudança no jogo entre a estatal e o governo, o que provocou uma reação do mercado. A demonstração de quão boa foi a notícia para a estatal pode ser vista nas ações, que fecharam com alta de 15,15% (as ON tiveram a maior alta do papel desde 1999) e 9,10% (PN), cotadas a R\$ 16,41 e R\$ 18,05, respectivamente.</p> <p>SD184 - Em relatório com o sugestivo título “Nunca diga nunca” o Credit Suisse observou que as vendas de diesel em 2013 podem chegar a 1 milhão de barris/ dia este ano (ante os 937 mil barris/ dia de 2012) se o mercado continuar crescendo 6% ao ano. E considerando que cada 5% de</p>

				<p>aumento no diesel equivale a um aumento de US\$ 5 por barril, os dois reajustes deste ano vão adicionar US\$ 3,6 bilhões ao fluxo de caixa anualizado da companhia.</p>
11 de março	B13	T51	Crescimento.	<p>SD185 - A moagem de cana da nova safra, a 2013/14 já começou para algumas usinas do Centro-Sul, que vêm confirmando a expectativa do mercado de uma safra mais alcooleira. As unidades estão direcionando toda a capacidade disponível para produzir o biocombustível, cujos preços neste momento estão até 8% mais altos do que os do açúcar (de exportação). Se esse cenário se confirmar, a produção de açúcar na região não crescerá.</p>
11 de março	B6	T52	Desenvolvimento.	<p>SD186 – O impacto no bolso é significativo. Com a hora itinerário, cada trabalhador consegue engordar seu salário mensal em cerca de 20%. Além disso, pode permanecer em companhia de sua família, em Altamira, maior município da região e o mais afetado pela hidrelétrica.</p>
13 de março	B15	T53	Crescimento.	<p>SD187 - A Raízen, maior produtora de etanol e açúcar do país, pretende implantar neste ano sua primeira usina de etanol celulósico do Brasil. O plano da companhia é investir R\$ 200 milhões para construir a unidade na usina Costa Pinto, localizada em Piracicaba (SP).</p> <p>SD188 - Os preços mais atrativos do álcool explicam a decisão da companhia. A estimativa de Mizutani é de que, no caso do hidratado— que abastece diretamente os veículos flex-fuel — o preço médio fique até 9% mais alto este ano.</p>
13 de março	B8	T54	Crescimento.	<p>SD189 - O decreto presidencial anunciado na sexta-feira ainda não resolveu integralmente o rombo aberto no caixa das distribuidoras de energia elétrica. Só em janeiro, elas tiveram custos adicionais de R\$ 2,8 bilhões com o acionamento de usinas térmicas e para neutralizar a exposição ao mercado de curto prazo, que vende eletricidade a preços bem mais altos.</p> <p>SD190 - As distribuidoras pagam um valor fixo para garantir que as usinas térmicas, mesmo paradas, estejam disponíveis. Quando elas são acionadas, acrescenta-se à conta um custo variável. Esse custo é conhecido como CVU, no jargão do setor, e equivale basicamente aos gastos com o óleo combustível usado para rodar as térmicas. É esse custo que alcançou R\$ 1,3 bilhão em janeiro. O decreto estabelece que essas despesas podem ser cobertas “total ou parcialmente” pela CDE, mas apenas no momento dos reajustes anuais de tarifas autorizados pela Aneel. Até lá, conforme a avaliação das distribuidoras, elas continuam pagando a conta. Ou seja: persistirá o drama no fluxo de caixa de algumas empresas, apesar de boa parte do socorro estar bem encaminhada.</p> <p>SD191 - Essa operação provocou um rombo de R\$ 871</p>

				<p>milhões no caixa das distribuidoras, em janeiro, o que se somou aos demais problemas. O governo marcou um leilão especial de energia existente, para maio, a fim de cobrir definitivamente a demanda das empresas. Enquanto isso, a conta será coberta pela CDE, que se tornou uma espécie de colchão para amortecer o impacto de tudo isso nas contas de luz.</p>
15, 16 e 17 de março	4, 5, 6 e 7	T55	<p>Crescimento e desenvolvimento. Questão ambiental: economia ecológica.</p>	<p>SD192 - Não foi o alarme da mudança climática, nem o encontro Eco-92, no Rio, que despertou nos economistas — alguns deles, pelo menos— a noção de que a economia humana se desenrola num planeta real, de recursos finitos. Já na década de 1960, o romeno Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994) advertiu para a urgência de enriquecer a economia com noções físicas como energia e entropia.</p> <p>SD193 - A causa do ostracismo de Georgescu-Roegen — encaminhado pelo próprio Samuelson, que fez desaparecer o nome do romeno de seu ubíquo manual, “Economics”, a partir da décima edição — foi seu interesse intelectual por uma área de estudos até então considerada exotérica, para não dizer absurda: a ecologia.</p> <p>SD194 - Ao se dar conta de que o processo produtivo e o consumo não são mera função do trabalho, do capital e de insumos, mas uma realidade física, química e social, o até então admirado romeno selou sua sorte no clã dos economistas.</p> <p>SD195 - Já em seu livro de 1966, Georgescu-Roegen se mostrava inconformado com aquilo que Veiga nomeia o “progressivo distanciamento da teoria econômica dos fundamentos básicos das ciências naturais”. Dentre os fundamentos em questão, Veiga cita o campo físico da termodinâmica e o evolucionismo.</p> <p>SD196 - Para Delfim, a redescoberta das teses de Georgescu-Roegen é um caminho imposto pelas circunstâncias de um mundo que começa a encontrar seus limites físicos. “A concepção de Georgescu está se impondo naturalmente. Foi homem que antecipou em pelo menos 50, 60 anos essa visão de mundo”, diz. “Mas não foi só intuitivo. Construiu um dispositivo analítico que levava a reconhecer os fatos: o desenvolvimento não é um fenômeno econômico, mas termodinâmico. Portanto, obedece às leis da termodinâmica.”</p> <p>SD197 - Ao lado das mudanças no processo produtivo, o economista romeno passou a argumentar que a produção não pode ser entendida como um sistema fechado, capaz de funcionar indefinidamente a partir de seus princípios, sem levar em consideração o canal de entrada de recursos. Se fosse assim, a economia funcionaria como um “moto - perpétuo”, a máquina capaz de trabalhar eternamente, sem o acréscimo de energia exterior.</p>

				<p>SD198 - Veiga aponta os limites do pensamento de Georgescu-Roegen, a começar pela ideia de decrescimento, radicalizada por rivais e alunos seus como, respectivamente, Kenneth Boulding e Herman Daly. “Falar em abrir mão do crescimento pode fazer muito sentido na Escandinávia, na Áustria e na Suíça, mas a maior parte do mundo precisa do crescimento econômico, e muito”, afirma.</p> <p>SD199 - Na maior parte do mundo, incluindo a até recentemente “muito suja” Chi - na, a produção dos bens exige cada vez menos custo energético, mas o consumo do insumo continua a crescer em termos absolutos porque a economia cresce. No Reino Unido, porém, há indícios de que o consumo energético esteja caindo absolutamente. “É um indício de que a economia está se tornando imaterial, e essa tendência tende a se generalizar”, diz.</p>
15, 16 e 17 de março	B6	T56	Crescimento.	<p>SD200 - Um impasse criado na liquidação de janeiro do mercado de energia de curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) travou as operações e pode gerar uma perda de quase R\$ 600 milhões à Eletrobras. O problema também pode abrir uma nova crise no setor elétrico, que ainda vive a ressaca da renovação das concessões iniciada com a Medida Provisória 579/2012, transformada na Lei 12.783.</p> <p>SD201 - A estatal, por meio de Itaipu e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa), corre o risco de ter que desembolsar R\$ 567,8 milhões por ter ficado na condição de devedora na liquidação de janeiro. A exposição ocorreu por uma conjuntura de mercado criada por uma brecha regulatória aberta pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).</p>
15, 16 e 17 de março	B7	T57	Crescimento.	<p>SD202 - Os credores já se preparam para travar uma queda de braço com a Equatorial e a CPFL para evitar deságios muito elevados no pagamento dos títulos . De acordo com uma fonte ouvida pelo Valor , um grupo de credores estrangeiros teme ter grandes prejuízos com a renegociação das dívidas do Rede.</p>
18 de março	B10	T58	Crescimento.	<p>SD203 - Foi bem recebido o fato de a companhia não aumentar os investimentos programados, com o plano ficando muito próximo do anterior.Um destaque é a previsão de obter US\$ 9,9 bilhões com a venda de ativos principalmente este ano, quando os dois planos anteriores eram mais vagos, prevendo US\$ 15 bilhões (o que incluía a liberação de garantias depositadas no fundo de pensão, Petros) ao longo de cinco anos.</p> <p>SD204 - O plano estratégico 2013-2017 foi mais fácil de ser aprovado do que o anterior, que gerou discussão no conselho de administração em torno do corte ou não de investimentos, o que agradaria mais ao mercado se</p>

				<p>combinado a mais aumentos da gasolina e diesel. O pano de fundo da divisão no governo era o fraco desempenho da produção e as perdas com refino combinadas com uma escalada de gastos e dívidas que alguns analistas achavam quase insana.</p> <p>SD205 - A meta de produção da Petrobras prevê chegar a 2016 extraíndo 2,5 milhões de barris de óleo no Brasil, volume que aumenta para 2,75 milhões em 2017 e 4,2 milhões, em 2020. Estão previstas onze novas plataformas que vão adicionar 1,45 milhões de barris à produção da companhia, já descontado o óleo dos sócios, entre este ano e 2015.</p> <p>SD206 - A Petrobras prevê chegar em 2017 com geração operacional de caixa de US\$ 50 bilhões por ano, estimativa que o Deutsche Bank considera otimista. “O plano traz uma estimativa agressiva para a futura geração de caixa baseada em preços mais elevados do petróleo e nos benefícios dos planos de otimização da Petrobras. Mas não sabemos que preços [de venda] foram incorporados aos combustíveis refinados i n t e r n a m e n t e”, escreveu o analista Marcus Sequeira. O Deutsche mantém sua recomendação de “esperar” para a ação, devido às perspectivas negativas para a produção no curto prazo, os riscos de execução e o risco político</p>
18 de março	B11	T59	Crescimento.	<p>SD207 - O empresário Eike Batista fechou, na sexta-feira, as bases do acordo com o conglomerado elétrico alemão E . O N, que vai selar a redução de sua presença na MPX Energia. Com a operação, Batista deve sair do controle do negócio com R\$ 1,87 bilhão, que deverá injetar nas demais empresas do grupo ou usar para reduzir dívidas.</p> <p>SD208 - O empresário tenta atrair investidores para suas empresas enquanto enfrenta o cerco de credores que se viram com garantias insuficientes quando as ações das companhias do grupo EBX, notadamente a OGX, começaram a perder valor. Juntas, as companhias controladas pela EBX têm dívida líquida de R\$ 15,8 bilhões e a maioria delas está longe de apresentar receitas suficientes para dar conforto aos acionistas. Nos últimos meses o empresário vem negociando fatias das empresas, inclusive da OGX, enquanto tenta a ajuda do governo</p>
19 de março	A6	T60	Crescimento.	<p>SD209 - O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) reduziu a previsão do nível dos reservatórios das hidrelétricas do subsistema Sudeste-Centro-Oeste para o fim de março, de 54,2% para 52%. O motivo é o menor volume de água que entrou nos lagos das usinas em relação ao estimado no início do mês. Diante do cenário desfavorável, não há qualquer indicação pelo governo de desligar as termelétricas a óleo combustível e diesel em curto prazo. Já as usinas a gás natural deverão operar continuamente até novembro. Todas as térmicas estão gerando hoje 15.200 megawatts (MW), o</p>

				<p>equivalente a um quarto do consumo do sistema hoje.</p> <p>SD210 - Outro ponto que também influencia o desempenho dos reservatórios é o consumo de energia. O ONS prevê que a demanda em março, alcance 65,7 mil MW médios, com alta de 4% em relação a igual período do ano passado.</p> <p>SD211 - No Nordeste, o ONS prevê crescimento de 10,8%, na comparação com março de 2012, totalizando consumo de 10.160 MW médios. A expectativa anterior era de uma alta de 7%. O motivo do crescimento expressivo previsto é o desempenho da atividade econômica e as temperaturas elevadas na região.</p>
21 de março	B1	T61	Crescimento.	<p>SD212 - A cesta de ações das elétricas negociadas na Bovespa, o IEE, recuou ontem 3,46%. Essa foi a terceira maior queda do índice desde o dia 31 de agosto de 2012, quando as regras para a renovação das concessões fizeram com que os investidores batessem em retirada do setor elétrico. Desta vez, o tombo foi provocado pela redução de 24%, ou de R\$ 1,6 bilhão, na base líquida de ativos remunerados da Cemig em sua área de distribuição de energia. A estatal mineira passará em abril por sua terceira revisão tarifária. O corte na base de ativos divulgado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) apavorou investidores e analistas, que foram surpreendidos pela medida. As ações preferenciais da estatal mineira encerraram o pregão em baixa de 14%, cotados a R\$ 22,20. Com a fuga de investimentos, o giro da ação foi de R\$ 526 milhões, o maior da história.</p> <p>SD213 - O Credit Suisse estima que a mudança no cálculo pode implicar uma perda de 24% na geração de caixa da Cemig Distribuição medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda). Já o Citi projeta recuo de 18% no indicador e prevê que a perda para a Cemig como um todo — inclui - do as áreas de geração e transmissão - seria da ordem de 4%.</p> <p>SD214 - Os analistas, porém, não esconderam sua irritação. “O que aconteceu não foi pequeno”, afirmou um analista. Segundo ele, a diferença de R\$ 1,6 bilhão equivaleria a uma cidade, que desapareceu da base de ativos da distribuidora. A redução representa quase a metade dos R\$ 3,5 bilhões investidos pela distribuidora mineira nos últimos cinco anos. “Não é normal um não reconhecimento de investimentos de 50%. É tudo menos normal”, disse o analista.</p>
21 de março	F2	T62	Crescimento e desenvolvimento. Meio ambiente: economia ecológica.	<p>SD215 - Entre cinco e dez anos, as microrredes vão se tornar realidade no setor elétrico brasileiro, preveem os especialistas. O salto evolutivo deve resultar em aumento na qualidade dos serviços, redução de custos e estímulo ao uso de fontes renováveis de energia. Consumidores empresariais e residenciais poderão se beneficiar de um modelo mais descentralizado, criando “ilhas” com autonomia energética que</p>

				<p>renderão créditos sempre que fornecerem excedentes ao sistema.</p> <p>SD216 - O modelo dominante de geração centralizada vem sendo questionado em função dos impactos ambientais e das perdas, que chegam a 17,5% no Brasil.</p> <p>SD217 - O planejamento das microrredes leva em consideração a tendência de duplicação do consumo per capita global nos próximos dez anos. No Brasil, mais de 84% da população vivem em áreas urbanas e pode chegar a 93% em 2050, correspondente a 237 milhões de pessoas que consumirão 1,1 mil TWh de energia elétrica, estima o Anuário Estatístico da Energia Elétrica 2012, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A exigência de confiabilidade do sistema será maior, pois as oscilações no fornecimento podem comprometer a vida útil de um número crescente de aparelhos eletrônicos sensíveis. Há também questões relacionadas aos impactos socioambientais da ampliação do sistema via hidrelétricas de grande porte. Nesse contexto, as microrredes se tornam alternativas tecnológicas importantes. Elas possibilitam o aumento na diversidade de fontes e nas interconexões entre linhas – a chamada redundância –, que dá mais flexibilidade ao sistema e pode torná-lo menos sujeito a apagões.</p> <p>SD218 - A UFSC também desenvolve outras tecnologias para geração distribuída. Um exemplo é a microturbina que gera simultaneamente eletricidade e frio, utilizando a mesma fonte de energia, o gás natural. Esse projeto inovador de cogeração, financiado pela Petrobras, SCGás e Finep, já rendeu duas dissertações de mestrado e um protótipo com potência de 25 KW, suficiente para abastecer três casas.</p> <p>SD219 – O LabCET aperfeiçoa tecnologia para queima de óleo vegetal in natura como eventual substituto do biodiesel em motores de combustão. A vantagem é não gerar o subproduto glicerol, que pode se tornar um resíduo. Todas essas pesquisas estão em distintas fases de amadurecimento e, em alguns anos, as mais viáveis provavelmente farão parte do nosso cotidiano.</p>
27 de março	B8	T63	Crescimento.	<p>SD220 - As liquidações financeiras foram suspensas no instante em que o governo anunciava medidas para conter o impacto do alto custo das térmicas sobre o caixa das distribuidoras e sobre as tarifas de energia dos consumidores comuns.</p> <p>SD221 - A ação da Aneel veio para conter os efeitos da estratégia de geradoras que ofertaram ao mercado – através da declaração do lastro apresentada à CCEE – um volume de energia acima da garantia física de suas usinas. A decisão das empresas foi adotada quando se percebeu que a expectativa sobre o custo da energia para janeiro era de forte elevação.</p>

				SD222 - A sinalização clara do mercado de que o preço da energia bateria nas alturas veio, inicialmente, do quadro de escassez de água nos reservatórios das hidrelétricas. Porém, eles puderam ter certeza quando o processo de alocação de energia, previsto para dezembro, foi adiado. Em janeiro, as empresas já sabiam que o lucro estaria garantido se ampliassem o lastro de energia naquele momento.
28 de março	B13	T64	Crescimento.	SD223 - A Biosev vai oferecer 46,7 milhões de ações a R\$ 15 cada na sua oferta inicial de ações. A depender da demanda, o número de papéis poderá ser acrescido em 20% no lote adicional e em 15% no lote suplementar. Se conseguir emplacar o preço proposto, a oferta poderá somar entre R\$ 746 milhões e R\$ 945 milhões...
28 de março	B7	T65	Crescimento.	SD224 - Esses valores também vão balizar o aumento de capital que será feito em seguida, com a entrada do BTG Pactual e aumento da participação do BNDESPar, que tem 10,4% . SD225 - A OGX enfrenta a desconfiança do mercado desde o ano passado, quando começou a produzir petróleo em volumes abaixo do que tinha prometido ao mercado. Na terça-feira a empresa divulgou prejuízo de R\$ 1,173 bilhão e os analistas viram, além da pouca produção de petróleo, gastos excessivos, redução do caixa e reservas menores que as estimativas. SD226 - Este ano a OGX pretende começar a produzir petróleo também no campo de Tubarão Martelo, próximo a Tubarão Azul e que tem outro tipo de reservatório. A produção será feita por meio da plataforma OSX 3 e a OGX já perfurou seis poços no reservatório para que a plataforma possa ser conectada logo que chegar, o que está previsto para o terceiro trimestre.
1 de abril	B7	T66	Crescimento. Meio ambiente: economia ecológica.	SD227 - Paulo, tem plano de investir R\$ 100 milhões este ano no aumento da produção de querosene de aviação. SD228 - Com 33 anos de operação completados este mês, a Revap concluiu em 2012 um investimento de R\$ 9 bilhões nas obras de modernização da refinaria. SD229 - Em abril do ano passado, a Revap iniciou a operação da última nova unidade construída nesse processo, a de Hidrodessulfurização de Nafta Craqueada, também conhecida pela sigla U-264, responsável pela produção de uma gasolina mais limpa . SD230 - A gerente explica que, com essa nova unidade, a Revap consegue retirar o enxofre da nafta craqueada, principal produto utilizado na composição da gasolina brasileira, permitindo a produção de uma gasolina com níveis mais baixos de enxofre , da ordem de 50 partes por milhão (ppm).

				<p>SD231 - A construção da U-264, segundo a Revap, exigiu um investimento total de R\$ 3,4 bilhões, o que representou 35% do total investido pela Petrobras nas obras de modernização da refinaria.</p> <p>SD232 - “A modernização da Revap viabilizou a produção de novos derivados, com maior valor agregado e menor impacto ao meio ambiente”, ressaltou a gerente-geral da unidade.</p> <p>SD233 - A gasolina S50 (50 ppm) substituiu a gasolina tradicional, com 800 a 1000 ppm, atendendo às novas exigências do mercado nacional e internacional para redução gradual de emissões atmosféricas de veículos automotores.</p>
2 de abril	B7	T67	Crescimento.	<p>SD234 - A petroleira enfrenta problemas na extração de óleo e até março de 2014 os minoritários poderão exercer o direito de exigir que o empresário aporte US\$ 1 bilhão.</p> <p>SD235 - O que parece trazer mais garantias de produção é o Tubarão Martelo, na Bacia de Campos, que tem reservatório de arenito, geologia menos complicada do que a do seu vizinho, Tubarão Azul, cujo reservatório é de carbonato.</p> <p>SD236 - Enfrentam atrasos ou estão longe da conclusão, e as empresas não tem receitas suficientes. Isso levou as ações a uma desvalorização recorde e os bancos teriam ficado nervosos com a perda de valor das companhia em bolsa.</p>
2 de abril	C1	T68	Crescimento. Meio ambiente: economia ecológica.	<p>SD237 - Os três grandes bancos federais — BNDES, Caixa e Banco do Brasil — planejam ampliar ainda mais a exposição às indústrias de petróleo, gás e naval este ano. Os desembolsos das três instituições, somados, devem ultrapassar os R\$ 20 bilhões em 2013.</p> <p>SD238 - A demanda por crédito, impulsionada por projetos da Petrobras e fornecedores, tem crescido e é vista como positiva pelos bancos estatais, que criaram departamentos exclusivos para atender empresas desses setores.</p> <p>SD239 - Priscila frisou que o banco deve manter também desembolsos “relevantes” para a modernização dos parques de refino, com o objetivo de atender às especificações para a redução do teor de enxofre dos combustíveis.</p>
5, 6 e 7 de abril	B7	T69	Crescimento.	<p>SD240 - O leilão da hidrelétrica de Três Irmãos, a maior usina do rio Tietê, será um marco na história do setor elétrico. Inaugurada em 1993, a hidrelétrica foi construída pela Cesp, mas a estatal paulista está, neste momento, prestes a devolvê-la à União.</p> <p>SD241 - Apesar das baixas tarifas, 70% menores que as</p>

				<p>cobradas pela Cesp até hoje, não devem faltar interessados nas usinas da estatal paulista. “Com certeza, haverá interessados”, afirma João Carlos Mello, presidente da firma de consultoria Thymos.</p> <p>SD242 - Mas o presidente da CPFL, Wilson Ferreira Júnior, não escondeu que vê uma oportunidade para expandir os negócios de geração, em teleconferência com analistas.</p>
5, 6 e 7 de abril	B9	T70	Crescimento.	<p>SD243 - A grande movimentação com ações da petroleira HRT esta semana, que elevou o preço do papel em 33% em quatro dias e confundiu parte do mercado, é a parte mais visível de um movimento de grandes acionistas estrangeiros e nacionais que estão perdendo a paciência com a empresa.</p> <p>SD244 - No Brasil, o objetivo é unir forças com outros acionistas para aumentar a governança, controlar o caixa e rever o plano de negócios da companhia, que desde a abertura do capital, em outubro de 2010, acumula uma queda de 81,5% no preço das ações, já ajudada pela escalada desta semana.</p> <p>SD245 - Além da falta de solução para a venda do gás que a companhia encontrou na bacia do Solimões, na Amazônia, um dos temas que não vem agradando aos acionistas é a proposta de pagar cerca de R\$ 44,321 milhões de remuneração aos gestores (parte em ações e outra em dinheiro) em 2013.</p>
9 de abril	B10	T71	Crescimento.	<p>SD246 - A empresa americana Deep - Flex, fabricante de linhas flexíveis para a indústria de petróleo, será brasileira. Uma participação de 50% na companhia, que tem sede em Houston e uma fábrica em Manitowoc, Wisconsin (EUA), foi adquirida na sexta-feira pelos fundos de investimentos Brasil Petróleo I e Brasil Petróleo II.</p> <p>SD247 - Ao comemorar o fechamento do negócio, o primeiro da Mare, Rodolfo Landim explicou que o objetivo é fornecer recursos para os planos de expansão da companhia transferindo para o Brasil todas as novas instalações industriais da DeepFlex.</p> <p>SD248 - A aposta é que o mercado brasileiro será responsável, nos próximos anos, por 65% da demanda mundial por tubos flexíveis usados para produzir petróleo no mar e a entrada dos sócios brasileiros permitirá ainda atender às regras de conteúdo local.</p>
9 de abril		T72	Crescimento. Meio ambiente: economia ecológica.	<p>SD249 - A decisão do governo de incluir projetos de usinas alimentadas a carvão mineral no próximo leilão de energia levou os empresários do setor a revisar detalhes de seus projetos. O redesenho cirúrgico de cada proposta tem a missão de garantir o sucesso no leilão das questionadas usinas térmicas, empreendimentos que estão na gaveta há quase quatro anos, por conta da fatura pesada que impõem</p>

				<p>ao meio ambiente.</p> <p>SD250 - Os investidores do carvão já fizeram suas contas. A previsão é de que cerca de R\$ 10 bilhões em negócios sejam gerados a partir da construção de três usinas térmicas. Apesar de serem crucificadas pela alta geração de gás carbônico (CO2) que lançam no ar, essas térmicas já cumpriram todo o ritual do licenciamento ambiental e hoje têm autorização para entrarem em operação.</p> <p>SD251 - Independente de controvérsias ambientais, a questão que se coloca sobre a atitude de abrir espaço para essas usinas em leilão — decisão lastreada na necessária busca de segurança energética do país — é o prazo necessário para que as térmicas fiquem prontas e entrem, efetivamente, em operação. O problema de geração é atual e foi evidenciado pela escassez de chuvas e as limitações dos reservatórios das hidrelétricas.</p> <p>SD252 - O cenário, no entanto, tende a mudar, caso as usinas térmicas realmente tenham sucesso no leilão do segundo semestre. Pesa a favor desses projetos o fato de que, até agora, não há previsão de que grandes projetos de hidrelétricas entrem na disputa, o que poderia fazer despencar o preço a ser contratado pelo governo. Os empresários preveem uma disputa forte com pequenas centrais hidrelétricas — as chamadas PCHs, que geram até 30 MW —, além de usinas de biomassa e gás. Quanto às eólicas, discute-se a possibilidade dessas terem um leilão exclusivo.</p> <p>SD253 - A inclusão das térmicas a carvão em novos leilões de energia é o início de um pesadelo ambiental para muitas organizações ligadas ao meio ambiente, as quais já davam o assunto como caso encerrado. A perspectiva de crescimento das chamadas energias renováveis — usinas hidrelétricas, eólicas e de biomassa — afastariam de vez a aposta em projetos criticados por serem poluentes, sepultando de vez as térmicas movidas a carvão mineral, óleo combustível, gás e energia nuclear. O governo, no entanto, já deixou claro que não abrirá mão dessas fontes para garantir a geração do país e afastar qualquer possibilidade de racionamento de energia.</p> <p>SD254 - Nas entrelinhas, a decisão do governo de retomar as térmicas carrega outros significados. Nos últimos anos, a construção de grandes hidrelétricas na Amazônia — como Jirau (RO), Santo Antônio (RO) e Belo Monte (PA) — só foi para frente após o governo alterar esses projetos para que tivessem impacto “r e d u z i d o”, utilizando turbinas baseadas em “fio d’água”, sistema que aproveita o fluxo natural do rio para gerar energia, dispensando a necessidade de construir grandes reservatórios. Por diversas vezes, o governo já lamentou ter que adotar essa alternativa para viabilizar as hidrelétricas. Agora, para alguns especialistas do setor, a retomada das térmicas soa como uma “resposta” para esse caminho escolhido pelo país. A leitura é mais ou menos assim: não querem os grandes</p>
--	--	--	--	--

				<p>reservatórios? Então, agora, aguentem as térmicas.</p> <p>SD255 - Na Conferência de Copenhague, o governo brasileiro assumiu o compromisso de que suas emissões de CO2 não poderão ultrapassar 680 milhões de toneladas até 2020. Segundo a Associação Brasileira de Carvão Mineral (ABCM), o acionamento de novas térmicas no país não compromete essa meta. “O Plano Decenal de Energia aponta que o país vai gerar 622 milhões de toneladas até 2020. Se esses projetos entrarem em operação, estamos falando só de 10 milhões de toneladas a mais. Temos, portanto, uma gordura de 48 milhões de toneladas pela frente”, diz Luiz Fernando Zancan, presidente da ABCM.</p>
9 de abril	B8	T73	Crescimento.	<p>SD256 - A Secretaria de Comércio Exterior (Secex) abriu processo antidumping para investigar importações de polipropileno (PP), resina para a produção de embalagens, da Índia, Coreia do Sul e África do Sul. A decisão é resultado de denúncia feita pela petroquímica Braskem, que se diz prejudicada pela entrada de grande volume dessa matéria prima no país.</p> <p>SD257 - Segundo Guidolin, a companhia foi golpeada nos últimos anos pela entrada de volumes importados no país. “Sacrificamos nossas margens, mas a melhora do câmbio ao longo de 2012 ajudou na recuperação de mercado”, disse.</p> <p>SD258 – Serrano disse que costuma importar dos três países sob investigação pela Secex. “É um erro impor tarifa de importação sobre a matéria-prima. Se quiserem manter a competitividade da indústria de transformado, tem de taxar os produtos acabados”, disse.</p> <p>SD259 - A petroquímica Braskem avalia a compra de ativos da área de PVC da Solvay Indupa, controlada pelo grupo belga de mesmo nome, apurou o Valor. O grupo químico anunciou, no fim do ano passado, que poderá se desfazer de seus ativos na área de PVC —umdeles no Brasil e outro na Argentina.</p> <p>SD260 - Se concretizar a aquisição, a petroquímica brasileira se torna uma das maiores produtoras de PVC na América Latina.</p>
11 de abril	B6	T74	Crescimento.	<p>SD261 - A petrolífera Petronas, da Malásia, tem planos ambiciosos de crescimento para o Brasil até 2017, quando pretende estar entre as cinco maiores distribuidoras de lubrificantes do país.</p> <p>SD262 - “Temos um plano claro de investimentos para expandir em lubrificantes até 2017”, disse o executivo. A companhia também negocia comprar uma fatia da OGX.</p> <p>SD263 - O Brasil já representa uma gorda fatia desse negócio —14%. O faturamento dessa divisão no país encerrou em US\$</p>

				<p>650 milhões. “Estimamos crescer 12% neste ano e planejamos dobrar nosso faturamento até 2017”, disse.</p> <p>SD264 - O mercado de lubrificantes, embora tenha registrado crescimento anual tímido nos últimos anos, tem sido cobiçado por grandes companhias. As multinacionais japonesas Nippon Oil e Idemitsu chegaram no país de forma discreta, mas planejam avançar, segundo fontes do setor. O grupo Cosan, que detém a marca Mobil quando adquiriu os ativos da Esso no Brasil, registrou crescimento expressivo nesse segmento nos últimos anos.</p>
12, 13 e 14 de abril	A4	T75	Crescimento.	<p>SD265 - O governo estuda adotar uma série de mudanças nas regras para os leilões de energia nova deste ano. O objetivo é aumentar a segurança da oferta e reduzir atrasos na construção dos empreendimentos, após a frustração com o grupo Bertin, que não tirou do papel mais de 4,5 mil MW de usinas negociadas em leilões anteriores.</p> <p>SD266 - Duas outras fontes do setor, porém, acreditam que a iniciativa tem o objetivo de aumentar o preço da energia eólica e abrir espaço para a contratação de outras fontes de energia, entre elas térmicas a carvão e biomassa.</p> <p>SD267 - Para especialistas, a participação maior de térmicas vai elevar o preço da energia. “Seguramente não é possível pensar numa trajetória de queda de preços”, disse o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales.</p>
17 de abril	B13	T76	Crescimento.	<p>SD268 - Com a colocação da oferta pública inicial de ações da Biosev, a francesa Louis Dreyfus Commodities deve reduzir de 71,25% para 56,49% sua participação na companhia sucroalcooleira, a segunda maior do país. As ações da empresa começam a ser negociadas no Novo Mercado da BM&FBovespa na sexta-feira.</p>
17 de abril	B8	T77	Crescimento.	<p>SD269 - Entre os motivos do descontentamento, além da falta de descobertas relevantes que permitam monetizar o gás descoberto na Amazônia, estão os gastos de capital considerados elevados para nenhum resultado exploratório. Este ano a HRT faz a maior aposta ao iniciar a perfuração na Namíbia, o que deve consumir o R\$ 1 bilhão que ainda tem no caixa.</p>
18 de abril	B10	T78	Crescimento.	<p>SD270 - Depois da polêmica em torno da Medida Provisória 579, que tratou da renovação das concessões do setor elétrico, agora é a Resolução No 3 que causa controvérsia no setor elétrico. A medida, publicada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) no início de março, irritou os geradores, que terão de arcar com 50% das despesas com o despacho das termelétricas mais caras. Antes, os gastos com as usinas térmicas para segurança energética só eram pagos pelos consumidores.</p>

				<p>SD271 - Outro fator que influenciará na formação de preços daqui para frente será o “efeito Eletrobras”. Segundo o João Carlos Mello, da firma de consultoria Thymos, a estatal foi a mais atingida pela MP 579, que tratou da renovação das concessões, e, em tese, não teria mais as mesmas condições para competir.</p> <p>SD272 - Segundo um analista, a usina não deve sair do papel por menos de R\$ 120 por MWh devido aos altos custos ambientais. A energia de Jirau foi vendida por R\$ 71,37 por MWh, por exemplo. Tolmasquim discorda. Segundo ele, Sinop atraiu investidores e chegou até a segunda fase do leilão realizado em dezembro. “Não temos dúvidas de que não faltarão interessados”. A expectativa do governo é que a Sinop seja leiloadada por menos de R\$ 112 por MWh.</p>
19 de abril	F4	T79	Crescimento.	<p>SD273 - O petróleo do mar, em águas profundas e ultraprofundas, requer inovação em várias áreas, especialmente na engenharia submarina. E tanto as petroleiras, como a Shell, quanto fornecedoras multinacionais de bens e serviços para elas — Tenaris, GE, Aker Solutions e Siemens, por exemplo — investem milhões de dólares e reais em tecnologia no país para tocar essas pesquisas.</p> <p>SD274 - A Tenaris, por exemplo, inaugura no fim deste ano seu Centro de Pesquisa e Desenvolvimento na Ilha do Fundão (RJ), num investimento de US\$ 38,8 milhões. Será seu quinto centro do gênero — os outros ficam na Argentina, México, Itália e Japão.</p> <p>SD275 - A corrida por inovações que ajudem na exploração e produção de petróleo no mar vem se intensificando. A Shell, que tem três grandes centros de pesquisa — Holanda, EUA e Índia — está implantando no Parque das Conchas, na Bacia de Campos, a sísmica 4D permanente.</p> <p>SD276 - Enquanto o centro não fica pronto, os pesquisadores já colocam a mão na massa em parceria com o Parque Tecnológico da UFRJ. “Eles estão focados em entender as demandas específicas para o desenvolvimento de novas soluções e tecnologias aplicadas ao pré-sal, relacionadas à perfuração de poços, produção submarina e garantias de escoamento”, observa o líder do Centro de Pesquisas Global da GE no Brasil, Ken Herd.</p>
22 de abril	B1	T80	Crescimento.	<p>SD277 - A medida vai aliviar, de forma significativa, o endividamento da estatal federal, que possui participações acionárias nos grandes projetos de geração de energia que estão sendo construídos no país.</p> <p>SD278 - A nova forma de contabilização reduzirá o endividamento da companhia, mas o impacto “dependerá de quantas e quais SPEs deixarão de fazer parte do balanço consolidado”, informou a Eletrobras.</p>

23 de abril	B1	T81	Crescimento.	<p>SD279 - A perspectiva de crescimento da produção de petróleo no Brasil colocou o país como um dos mercados prioritários para a britânica Rolls-Ro yce.</p> <p>SD280 - O executivo reforçou o compromisso da empresa com o crescimento das operações no país.</p> <p>SD281 - A perspectiva da Petrobras, de duplicar a produção de petróleo, também anima a empresa britânica.</p> <p>SD282 - Outros US\$ 100 milhões estão programados para serem investidos em uma segunda fábrica, também em Santa Cruz, que fará montagem de motores e sistemas de propulsão para a área marítima. A previsão é entregar as primeiras unidades no último trimestre de 2014. Esse investimento inclui ainda a construção de um centro de treinamento no Rio.</p>
24 de abril	B8	T82	Crescimento.	<p>SD283 - Um ano e meio depois de investir US\$ 1 bilhão no país para adquirir 45% da HRT O&G, petrolífera nacional que explora concessões na Amazônia, a companhia russa TNK - BP, adquirida pela Rosneft, se depara com um momento importante no Brasil. Até julho serão conhecidos os projetos que a HRT e a Petrobras, que já produz óleo e gás na região, estudam em conjunto para viabilizar as reservas de gás natural que tem na bacia do Solimões.</p> <p>SD284 - Até o momento, a HRT descobriu reservas certificadas de 1 trilhão de pés cúbicos (TCFs) de gás na Amazônia mas o executivo diz que há potencial para mais descobertas que poderão justificar investimentos para suprir energia para o sistema interligado nacional (SIN).</p> <p>SD285 - Estão em análise diversas possibilidades de monetização desse gás, entre elas o uso em miniplantas de geração elétrica, o insumo para produção de diesel (“gás to liquid”) e ainda a transformação em gás natural liquefeito (GNL), o qual pode ser transportado até os centros de consumo por meio de rios.</p>
25 de abril	B18	T83	Crescimento.	<p>SD286 - Depois de padecer com pouca cana e muita capacidade instalada, as usinas do Centro-Sul terão no ciclo 2013/14 mais matéria-prima do que fábrica. O fechamento de mais de 50 usinas desde 2008 e os baixos investimentos em novos ativos reduziram a capacidade industrial na região de 630 milhões para 600 milhões de toneladas, diante de uma oferta de cana de 610 milhões. E não há previsão de retomada de investimentos em novas usinas.</p> <p>SD287 - Para voltar a investir, o litro do etanol hidratado, que abastece diretamente os veículos, teria que remunerar a usina R\$ 0,40 mais do que os preços médios de R\$ 1,05 praticados até 2012. Assim, somente um preço de R\$ 1,45 por litro seria razoável para compensar investimentos em novas unidades, considerando uma taxa anual de retorno entre 10% e</p>

				<p>11%.</p> <p>SD288 - A proposta da entidade é que o governo retome a cobrança da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) na gasolina, retirada há alguns meses. Se isso ocorresse, o preço da gasolina do tipo “C” ficaria R\$ 0,17 mais alto e a competitividade do etanol na usina aumentaria na mesma proporção.</p> <p>SD289 - O setor bate na tecla que, tanto a retomada da Cide, quanto o fim do “congelamento” dos preços da gasolina já trariam de volta a competitividade para investir pesado.</p> <p>SD290 - Há quem suspeite que, assim como aconteceu com o Proalcool, nos anos 80, a benevolência para com o etanol seja algo provisório, motivada pelos preços elevados do petróleo.</p>
26, 27 e 28 de abril	A16	T84	Crescimento. Meio ambiente: impecilho.	<p>SD291 - No dia 10 de maio, serão licitados pelo governo 5.017 quilômetros de linhas de transmissão e subestações de energia, um pacote bilionário de obras que vai absorver investimentos de aproximadamente R\$ 5,3 bilhões. A Aneel anunciou medidas que, em tese, deveriam impor restrições à participação de empresas que passaram a ostentar atrasos em seus currículos. Na prática, porém, essas medidas criaram distorções.</p> <p>SD292 - Em relação à defasagem entre os atrasos acumulados pelas empresas e as multas dadas pela agência, Santana afirmou que, muitas vezes, o adiamento não estaria associado a um descumprimento de compromissos pelo empreendedor, mas a outras dificuldades do projeto, como a obtenção de licenciamento ambiental. “A questão ambiental é um obstáculo antigo que o setor tem enfrentado”, disse o diretor da agência.</p>
26, 27 e 28 de abril	B11	T85	Crescimento.	<p>SD293 - Pessoas a par do assunto consideram que, do ponto de vista financeiro, o melhor caminho para a OGX levantar dinheiro neste momento seria com o exercício da opção de venda (put) de mais ações para o controlador Eike Batista, e não vendendo uma participação em um dos campos mais promissores da empresa.</p>
26, 27 e 28 de abril	B13	T86	Crescimento. Meio ambiente: economia ecológica.	<p>SD294 - A Eletrobras planeja desembolsar cerca de R\$ 2 bilhões nos próximos três anos com o programa de desligamento voluntário (PDV), que será lançado em breve, dentro do plano diretor da companhia, cuja meta é alcançar uma redução de custos de 30% no período.</p> <p>SD295 - O acordo prevê a troca de experiências em projetos de eficiência energética e de fontes renováveis de energia. As medidas têm foco em smart grid (redes inteligentes), uso de tecnologia LED na iluminação pública e geração de energia a biogás. “O setor privado e acadêmico e os governos</p>

				<p>municipais e estaduais devem buscar progressos em sustentabilidade ambiental sem esperar algum tratado internacional ou decisão federal para fazê-los”, disse Schwarzenegger.</p> <p>SD296 - A R20 assinou memorandos semelhantes com outras instituições e prefeituras. Todos os acordos são voltados para iniciativas de desenvolvimento sustentável.</p>
29 de abril	B1	T87	Crescimento.	<p>SD297 - A partir desta semana, por conta da entrada em vigor da nova carteira teórica do Ibovespa, os fundos passivos, que replicam a carteira do principal índice da bolsa paulista, vão se transformar no segundo maior bloco de acionistas da OGX Petróleo e Gás depois de seu controlador, Eike Batista. A avaliação está em relatório da equipe de análise do Credit Suisse, preparado por Lucas Mello.</p> <p>SD298 - Os especuladores, que não olham para os fundamentos, mas apenas para uma possibilidade de alto risco de ganho de curto prazo, dominaram o papel.</p>
29 de abril	B11	T88	Crescimento.	<p>SD299 - Após serem afetados por dois anos consecutivos pelo clima desfavorável, os canaviais das usinas controladas pela indiana Shree Renuka Sugars no Brasil prometem rendimentos melhores. Em 2013/14, as quatro unidades da empresa, que tem capital aberto na bolsa de Mumbai e faturamento de US\$ 1,2 bilhão, planejam processar, juntas, 11,2 milhões de toneladas de cana, 18% mais que em 2012/13 (9,5 milhões).</p> <p>SD300 - Por enquanto, a expectativa é que, juntas, as quatro usinas fabriquem 434 milhões de litros do biocombustível em 2013/14, 56% mais que em 2012/13 (278 milhões de litros).</p> <p>SD301 - “O aumento é resultado de investimentos agrícolas feitos nos últimos três anos, além de um engajamento maior com fornecedores de cana. O clima também foi muito favorável”, diz Zanetti, que acumula a presidência da Renuka do Brasil e da Vale do Ivaí, na qual Shree Renuka Sugars tem 100%.</p>
30 de abril e 1 de maio	G1	T89	Crescimento. Meio ambiente: impecilho.	<p>SD302 – O nível mais baixo dos reservatórios das hidrelétricas desde 2001 resgatou a ameaça do racionamento, além de reacender o debate sobre como planejar e reforçar o sistema interligado ao longo desta década. A geração de energia por termelétricas a gás natural nos últimos meses bateu recorde, o que elevou o custo do insumo e a necessidade de repasse dessa despesa adicional para as contas de luz. A questão é se a base térmica deve ser ampliada, por meio da queima de gás natural ou carvão, ou se deve ser mantida a estratégia de utilização de hidrelétricas com seus grandes reservatórios.</p>

				<p>SD303 – Segundo afirma, essa certeza leva em conta o acréscimo de 8,5 mil MW de capacidade neste ano, com destaque para o aumento da geração da hidrelétrica do Madeira, além da ampliação da interligação do sistema, com a linha de transmissão do Madeira até o Sudeste, a partir de maio. “Em 12 anos, a capacidade de escoamento de energia entre o Sudeste e o Nordeste mais que duplicou.”</p> <p>SD304 – A fragilidade do sistema está ligada a uma particularidade recente: a redução da energia armazenada nos projetos das grandes hidrelétricas que vêm sendo construídas na região Amazônica, que reúnem 70% do potencial hidrelétrico brasileiro. Por conta das pressões ambientais, esses empreendimentos têm incorporado o conceito das usinas a fio d’água. Essa tecnologia aproveita a vazão do rio, dispensa a construção de grandes reservatórios como os feitos antigamente, o que reduz a área alagada. Ocorre que, ao se dispensar a construção dos reservatórios, cai o volume de energia armazenada. No período de chuvas, os reservatórios acumulam água para geração posterior, o que não ocorre com o sistema fio d’água. Porém, fontes alternativas, como a eólica, também dependem da natureza.</p> <p>SD305 - Nesse cenário, ganha importância a base térmica, já que sem água ou vento as hidrelétricas ou eólicas param de funcionar. “Como não se vislumbra mudança nessa visão de construção das hidrelétricas no curto prazo, pela polêmica ambiental, torna-se necessário expandir a base térmica, seja com gás natural ou carvão, para ter uma segurança maior do sistema”, afirma o presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Paulo Godoy.</p>
30 de abril e 1 de maio	G10	T90	Crescimento. Meio ambiente: economia ecológica.	<p>SD306 - O estudo com a projeção da demanda de energia elétrica para os próximos dez anos (2013-2022), realizado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e pelo Ministério de Minas e Energia, em dezembro de 2012, demonstra que o crescimento médio anual da demanda de eletricidade no Brasil passará dos atuais 447 mil gigawatts-hora (GWh) para 672 mil GWh até 2022, com uma variação média de 4,1% ao ano. Esse cálculo inclui tanto a energia consumida em domicílios, quanto em grandes polos industriais.</p> <p>SD307 - Mas, embora apresente baixa competitividade, essa energia é apontada por especialistas como uma grande aposta para os próximos anos, ideia fortalecida num momento em que os reservatórios estão em crise. “Se quisermos obter os mesmos números da China, precisamos investir no setor como um todo e no segmento nuclear em especial”, afirma o presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva.</p> <p>SD308 - Para Senra, a necessidade do uso da energia nuclear é irreversível. “A preocupação com os efeitos do aquecimento global é um dilema de escala mundial e precisa ser amenizado”, disse. Segundo o presidente da INB, as fontes</p>

				<p>renováveis de energia, como eólica e biomassa, têm importância, mas são apenas complementares.</p> <p>SD309 - O físico nuclear José Hornos, do Instituto de Física de São Carlos/ USP, afirma que não temos mais liberdade de escolha diante da crise nos reservatórios e da baixa competitividade dos biocombustíveis.</p> <p>SD310 – O físico José Goldemberg, do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP, chama a atenção para o fato de que, após Fukushima, o Japão desativou 50 de seus 54 reatores. “Se um país com poucas alternativas energéticas e bastante comprometido com a energia atômica sem fins militares faz isso, por que o Brasil escolhe o oposto?”</p> <p>SD311 - Para Baitelo, ao optar pela energia nuclear deixamos uma imensa conta pendente para as próximas gerações, que é administrar os resíduos. “Ainda não há uma solução definitiva para isso.”</p>
30 de abril e 1 de maio	G2	T91	Crescimento. Meio ambiente: economia ecológica.	<p>SD312 - O sinal amarelo nos reservatórios nesse início do ano reforçou a importância das termelétricas movidas a gás natural na matriz elétrica do país. Responsáveis atualmente por cerca de 20% da energia consumida no Brasil, essas usinas deverão reforçar seu papel no planejamento energético dessa década e início da próxima. Em um cenário em que a oferta do insumo está equilibrada com a demanda, isso pode representar um desafio para os grandes consumidores industriais que quiserem usar o produto em contratos firmes no médio e longo prazo.</p> <p>SD313 - Em road shows para investidores, realizados no Brasil e no exterior, o governo estima, nos próximos cinco anos, a contratação de 1.500 MW de térmicas a gás natural, o que poderia render um investimento de R\$ 2,9 bilhões. Um número que pode aumentar caso novas descobertas sejam realizadas.</p> <p>SD314 - A tecnologia de exploração de gás não convencional exige o fraturamento das rochas no subsolo e pode provocar danos ambientais irreversíveis. Para evitar problemas, o governo estuda impor exigências regulatórias e ambientais maiores para as empresas que decidirem investir no segmento.</p> <p>SD315 - “Temos de ter empresas preparadas e temos de conciliar crescimento com risco ambiental planejado para evitar que tenhamos problemas, o que poderia inviabilizar logo no início um nicho bastante interessante de exploração de energia”, afirmou o secretário.</p>
30 de abril e 1 maio	G4	T92	Crescimento.	SD316 - Para se adequar ao novo cenário de preços mais baixos, as empresas terão que buscar redução de custos e maior eficiência.

				<p>SD317 - Maior holding do setor elétrico, a Eletrobrás anunciou, em março, seu Plano Diretor 2013-2017, prevendo melhorias da eficiência operacional e reestruturação do modelo de negócios, governança e gestão. Prevê um corte de 20% do orçamento de materiais, serviços e outras despesas para todas as empresas do grupo nesse ano. Essa medida, juntamente com outras em elaboração, potencializarão uma redução do custeio de 30% nos próximos três anos, nos cálculos da empresa.</p> <p>SD318 - Controlada pelo governo mineiro, a holding já está em meio a um processo de revisão de processos e corte de custos para se adequar à nova realidade.</p> <p>SD319 - Enquanto não se tem uma decisão final sobre o assunto, a estatal mineira está preparada para crescer no mercado de gás, de olho nos leilões de gás não convencional, e em oportunidades na área de geração.</p> <p>SD320 - Enquanto as empresas se movimentam, os investidores se mantêm cautelosos. Dois gestores de grandes fundos internacionais estão distantes do setor, tradicional pagador de altos dividendos. “Estamos olhando outros setores de infraestrutura, como rodovias e saneamento, porque há muitos desafios para as elétricas, que terão de mostrar nos próximos dois anos que conseguirão reduzir custos e manter a lucratividade”, diz um gestor.</p>
30 de abril e 1 maio	G5	T93	Crescimento.	<p>SD321 - O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pretende estimular cada vez mais a captação de recursos no mercado de capitais em complemento ao financiamento ao setor de energia, disse Marcia Leal, chefe do departamento de energia elétrica do banco.</p> <p>SD322 - Com seu trabalho de análise de viabilidade econômico-financeira de projetos de energia, Thaís destaca que os fundos de investimentos são parte fundamental do esquema de financiamento e têm atraído aplicadores em busca de rendimentos superiores aos ativos financeiros convencionais.</p> <p>SD323 - Carlos Alberto Trindade, responsável pelo Coliseu, disse que o fundo deve participar do primeiro leilão de concessões de transmissão marcado para maio, que prevê investimentos na ordem de R\$ 5,3 bilhões. Serão licitadas 17 linhas e 4 subestações. “Com isso nossos investidores vão continuar sócios de uma empresa que permanecerá crescendo”, afirmou</p>
30 de abril e 1 de maio	G6	T94	Crescimento e desenvolvimento. Meio ambiente: economia ecológica.	<p>SD324 - As redes inteligentes de energia elétrica — smart grids em inglês — começam a migrar dos laboratórios científicos para as cidades brasileiras.</p> <p>SD325 - As vantagens incluem redução de perdas, gestão</p>

				<p>automatizada e aumento da eficiência energética, mas não ficam por aí. Redes inteligentes possibilitam, por exemplo, a geração distribuída de energia a partir de fontes renováveis como a eólica e a solar. Os consumidores poderão ganhar créditos ao fornecerem o excedente ao sistema elétrico nacional.</p> <p>SD326 - Ele enfatiza que a AES Eletropaulo não está fazendo um projeto-piloto, e sim a conversão de todas as suas operações: “Fizemos as contas e, do ponto de vista econômico-financeiro, faz sentido”.</p> <p>SD327 - Souza afirma que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) tem sido uma importante aliada nas pesquisas, mas acha que a participação governamental ainda é tímida: “Para que o avanço nesta área seja mais rápido, precisamos de um plano sistêmico, com o trabalho integrado de vários órgãos públicos.”</p>
30 de abril e 1 de maio	G7	T95	Crescimento.	<p>SD328 - Anos atrás, a suíça A B B, uma das maiores fornecedoras mundiais de sistemas de energia e automação, refez suas estratégias para o Brasil, no período de 2011 a 2015, com o objetivo de intensificar sua atuação no setor elétrico. O motivo é bastante simples, na avaliação de Marco Berardi, diretor de subestações da companhia. “O Brasil apresenta o maior crescimento desse segmento no mundo”, diz.</p>
30 de abril e 1 de maio	G8	T96	Crescimento.	<p>SD329 - A construção de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e de usinas de biomassa (UTHs) caminha em marcha lenta. A perda de competitividade explica o recuo.</p> <p>SD330 - No caso das PCHs, a perda de competitividade é explicada por vários fatores. Um deles são os investimentos em obras civis, responsáveis por 50% do custo total. “Em função de um aumento na demanda, os preços da construção civil registraram grandes aumentos nos últimos anos”, explica Lenzi. Os equipamentos, por sua vez, feitos sob medida, em função das características de cada PCH, oneram os custos de produção. Por outro lado, o desenvolvimento tecnológico e a fabricação em série tornam mais acessíveis os preços dos equipamentos das eólicas, beneficiadas por incentivos fiscais.</p> <p>SD331 - A disparidade de preços torna-se mais evidente porque os leilões da Aneel englobam os diferentes tipos de energia, sem levar as particularidades de cada segmento, justamente com o objetivo de baratear os custos do insumo. Investidores de PCHs e UTHs lembram que, nos dois casos, a produção de energia está próxima aos centros consumidores, reduzindo as despesas com a instalação e uso das redes de transmissão. “Isso deveria ser levado em conta na hora de precificar a e n e r g i a”, explica Lenzi, da Abragel.</p>
30 de abril e 1 de maio	G8	T97	Crescimento.	<p>SD332 - A demora em processos de licenciamento</p>

de maio			Meio ambiente: impecilho.	<p>ambiental ameaça a entrada em operação de empreendimentos de transmissão previstos para 2013 e para os próximos anos. O impacto dos atrasos já afeta a receita de empresas do segmento.</p> <p>SD333 - Um estudo realizado pela entidade em conjunto com a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) mostra que a concessão de licenças de ambientais para empreendimentos de transmissão consumiu, em média, 17 meses — num processo que deveria levar quatro meses pelos trâmites normais. “Está cada vez mais complexo atender às exigências crescentes de licenciamento ambiental”, sintetiza Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil.</p>
30 de abril e 1 de maio	A16	T98	Crescimento. Meio ambiente: impecilho.	<p>SD334 - “Há uma situação de mudança de regras a todo o momento. A cada hora o governo faz um puxadinho no setor elétrico, em prol da modicidade tarifária, mas essa instabilidade tem causado desconfiância no mercado”, diz Walter Frões, presidente da CMU Energia, comercializadora com sede em Belo Horizonte.</p> <p>SD335 - O acionamento das térmicas foi uma estratégia adotada para salvar os reservatórios nos últimos meses, mas reflete uma situação estrutural. Dados obtidos pelo Valor com o operador do sistema mostram que as hidrelétricas brasileiras estão perdendo, de forma gradual e consistente, a capacidade de poupança para aguentar períodos de hidrologia desfavorável.</p> <p>SD336 - Em resumo, o sistema tornou-se mais dependente do humor de São Pedro. Esse aumento da vulnerabilidade se deve essencialmente às restrições socioambientais para a construção de hidrelétricas com grandes reservatórios, enquanto a demanda por energia continua em alta, mesmo com o fraco crescimento da economia.</p>
30 de abril e 1 de maio	B15	T99	Crescimento.	<p>SD337 - A estimativa é que os preços médios do açúcar nesta temporada sejam, em média, 18% mais baixos que na anterior, enquanto os do biocombustível deverão ser pelo menos 7% mais elevados. Dessa forma, a conjuntura positiva para o etanol corre o risco de ser neutralizada pelo mau momento do açúcar. Assim, o faturamento bruto do segmento no Centro-Sul neste ciclo deverá refletir apenas o crescimento de volumes produzidos, não de melhores preços.</p> <p>SD338 - A produção de etanol tende a crescer mais por uma razão muito simples: pelo menos neste momento, os preços do biocombustível estão mais atrativos.</p>
3, 4 e 5 de maio	B7	T100	Crescimento.	<p>SD339 - Além dos credores, os demais interessados na aquisição do grupo também tentam sensibilizar o juiz responsável pela recuperação do Rede para que ele rasgue o acordo firmado por Queiroz com Equatorial e CPFL. O empresário concedeu às duas empresas exclusividade nas negociações, o que é criticado pelos concorrentes, como a</p>

				<p>Copel e Energisa. Eles alegam que Aneel precisaria abrir um processo competitivo para venda das distribuidoras, já que as concessionárias estão sob intervenção.</p>
6 de maio	B7	T101	Crescimento.	<p>SD340 - A solução definitiva para o negócio de distribuição de energia é fundamental para o sucesso do ousado, porém pouco detalhado, plano diretor da Eletrobras 2013-2017, que prevê investimentos de R\$ 52,4 bilhões e redução de custos de 30%, para encarar a nova realidade do setor, após o impacto da prorrogação das concessões.</p> <p>SD341 - “É essencial que a empresa melhore o nível de rentabilidade das distribuidoras. Até porque o nível de rentabilidade das geradoras e transmissoras da companhia não é mais o mesmo, devido à renovação das concessões. Essas áreas não terão mais capacidade para suprir o déficit das distribuidoras”, disse a analista Karina Freitas, da Concórdia.</p> <p>SD342 - Um dos maiores problemas enfrentados pelas distribuidoras da Eletrobras é o elevado índice de perdas. Em 2012, porém, a estatal conseguiu reverter a trajetória de alta das perdas. O índice médio caiu de 34,28% para 31,01%, em relação a 2011. Segundo a empresa, a melhoria foi obtida pelo aumento dos investimentos nessas empresas, para R\$ 1 bilhão, no ano passado. Para 2013, a companhia prevê investir R\$ 1,5 bilhão em distribuição.</p> <p>SD343 - Outro ponto positivo é o crescimento do consumo nas áreas atendidas por essas distribuidoras. Segundo Carvalho Neto, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) e o consumo de energia no país cresceram 0,9% e 3,5%, respectivamente, em 2012, a média do mercado elétrico das seis distribuidoras da Eletrobras aumentou 12,1%. “Isso se deve a um crescimento econômico maior do que a média brasileira, mas também a uma redução das perdas”, disse o executivo.</p>
7 de maio	B1	T102	Crescimento.	<p>SD344 - Uma semana depois de enfrentar uma duríssima assembleia de acionistas da HRT, Marcio Mello, fundador e principal executivo da companhia, anunciou ao mercado a compra de uma fatia de 60% no campo de Polvo, na Bacia de Campos, que era detida pela BP.</p> <p>SD345 - A aquisição do campo de Polvo cala, pelo menos por enquanto, acionistas descontentes com a falta de descobertas comerciais de petróleo por parte da HRT, que encontrou 1 trilhão de pés cúbicos de gás na Amazônia mas não petróleo, e agora explora a costa da Namíbia.</p> <p>SD346 – Ali, diz ele, a HRT vê várias possibilidades de ganhos e melhorias, já que além de conhecer a área, a concessão (que tem 134 quilômetros quadrados) tem outros seis prospectos já mapeados com sísmica 3D, um deles no pré-sal. “Compramos um campo em produção com possibilidade</p>

				<p>de explorar outras áreas próximas e vamos explorar para ver se vale à pena, incluindo novos poços exploratórios”, explicou o presidente da HRT O&G, Milton Franke, que participou da entrevista.</p> <p>SD347 – Quando aprovada, a aquisição colocará a HRT na posição de quinta maior produtora de óleo do país. Segundo Mello, a empresa está buscando outros ativos em produção há um ano e pode comprar mais.</p>
8 de maio	B6	T103	Crescimento.	<p>SD348 - Os pesados investimentos realizados pela Petrobras vão elevar fortemente a produção de petróleo e gás natural nos próximos anos, passando dos atuais 2,25 milhões de barris de óleo equivalente (boe) por dia para 5,7 milhões em 2020, o que permitirá ao Brasil exportar liquidamente 2,1 milhões de barris diários, disse ontem a presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster. Segundo ela, a exploração e a produção nos campos do pré-sal serão o “principal pilar” desse aumento.</p> <p>SD349 - A presidente da Petrobras destacou os investimentos que serão realizados pela empresa nos próximos anos. De 2013 a 2017, eles vão totalizar US\$ 236,7 bilhões, dos quais 62,3% vão se concentrar na exploração e distribuição de petróleo.</p> <p>SD350 - Graça ressaltou o forte crescimento do consumo de derivados de petróleo no Brasil, bastante acima da média global. Entre 2000 e 2012, o consumo de gasolina no país aumentou 73%, muito superior aos 17% registrados no mundo. No caso do óleo diesel, a demanda brasileira aumentou 52% e a global, 31%. Nesse cenário, disse Graça, a tarefa da Petrobras “não é simples”. Segundo a presidente da empresa, é preciso de muita atenção para fornecer toda a energia de que o consumidor brasileiro necessita.</p> <p>SD351 - Ao comentar o forte apetite por energia proveniente dos mercados emergentes, Graça disse que esse é realmente um dos grandes desafios das empresas do setor, mas observou que a prioridade “é desenvolver e manter a demanda doméstica”.</p>
9 de maio	A13	T104	Crescimento. Meio ambiente: economia ecológica.	<p>SD352 – O boom do xisto nos EUA continua a ampliar seu impacto, e um número crescente de geradoras europeias de energia estão sendo obrigadas a colocar em banhomaria suas modernas usinas a gás, incapazes de competir com as crescentes importações de carvão barato proveniente dos EUA.</p> <p>SD353 - Outras companhias de eletricidade europeias tomaram decisões semelhantes, colocando os formuladores de políticas diante de um dilema: energia mais barata produzida pela queima de carvão poderá proporcionar algum alívio às economias em dificuldades na região, mas especialistas do setor advertem que isso é incompatível com os objetivos de</p>

				<p>longo prazo em termos de emissões de carbono e do uso de energia renovável.</p> <p>SD354 - Os crescentes estoques de gás natural extraído do xisto por uma nova combinação de tecnologias denominada “fratura hidráulica” levaram muitas companhias de eletricidade nos EUA a abandonar o uso de carvão, que passou a ser exportado a preços baixos em crescentes quantidades para a Europa.</p> <p>SD355 - "A situação econômica de nossas operações na Europa, particularmente na geração de energia convencional, continua difícil", disse o presidente da E.ON, Johannes Teysen. A empresa informou queda de 94% no lucro operacional do primeiro trimestre referente às usinas que empregam a extremamente eficiente tecnologia de turbinas a gás de ciclo combinado.</p> <p>SD356 - O carvão barato não é má notícia para todas as empresas. A alemã RWE, maior produtora de eletricidade em termos de capacidade geradora, que produz mais de 62% de sua eletricidade da queima de carvão, informou neste ano que elevou em 16% a produção de eletricidade em suas usinas à base de carvão e de lignite em 2012.</p> <p>SD357 - Poderão surgir também vantagens mais amplas. "No momento, a economia como um todo está se beneficiando da produção mais barata de energia", disse Marcus Schenck, principal executivo financeiro da E.ON. Mas isso vale somente se "assirmos que a proteção ambiental não é mais uma prioridade da política energética".</p> <p>SD358 – Ontem, um porta-voz do comissário europeu de Energia, Gunther Oettinger, recusou-se a comentar as mais recentes paralisações das usinas a gás. Em entrevista em abril, ele disse que o bloco deve ampliar o foco de sua política energética, fazendo mais do que simplesmente reduzir as emissões de gases, para assegurar também que a energia permaneça barata. Especialistas alertam ainda que o fechamento de mais usinas a gás poderá enfraquecer a segurança energética do continente, à medida que fontes intermitentes de energia renovável, como a eólica, tornarem-se mais disseminadas.</p>
9 de maio	B10	T105	Crescimento.	<p>SD359 - A venda dos 40% do campo de Tubarão Martelo para a Petronas, da Malásia, por US\$ 850 milhões, não aliviou as preocupações do mercado em relação à situação financeira da petroleira OGX. Ontem, as ações da empresa chegaram a subir quase 10%, mas no final do dia tudo foi perdido.</p> <p>SD360 - Outros US\$ 500 milhões virão quando o campo começar a produzir, o que está previsto para o fim do terceiro trimestre, depois que a plataforma OSX 3 chegar da Ásia, onde está sendo construída, e tiver sido conectada aos poços</p>

				perfurados. Isso significa que serão pagos apenas US\$ 750 milhões este ano, se tudo der certo.
10, 11 e 12 de maio	A13	T106	Crescimento.	<p>SD361 - Pressionado pela apertada vitória eleitoral e pela insatisfação popular com a gestão pública, o governo venezuelano corre contra o tempo para evitar um novo racionamento de energia elétrica. Segundo analistas, os cortes de energia, frequentes nos últimos anos, podem acirrar ainda mais a tensão no país, no momento em que o presidente Nicolás Maduro, que ontem visitou o Brasil, tem a legitimidade contestada pela oposição.</p> <p>SD362 - Nesta semana, o novo ministro de Energia Elétrica, Jesse Chacón, anunciou um plano emergencial de US\$ 416 milhões para reduzir a demanda e aumentar a capacidade de geração do sistema, hoje em torno de 18 mil MW. Isso equivale, disse Chacón, ao pico de consumo no país, entre 18h e 22h, o que aumenta o risco de apagões.</p> <p>SD363 - Seu plano consiste em diminuir o consumo em 1.000 MW e ampliar a oferta em igual nível. A redução na demanda se daria por um aumento de tarifa (ainda não detalhado, mas que punirá quem consome mais), pela instalação de lâmpadas mais econômicas em edifícios públicos e a troca de eletrodomésticos doados no Gran Misión Vivienda (o Minha Casa, Minha Vida venezuelano) por modelos mais eficientes. Já o aumento da oferta ocorreria com o acionamento de termelétricas, num total de 450 MW, além de reparos na rede de geração e distribuição de energia.</p> <p>SD364 - A tarefa, no entanto, não será fácil, principalmente no lado da demanda. Segundo o ministro, o país conseguiu aumentar em 4.000 MW a capacidade de geração desde 2006, insuficiente para acompanhar a alta na demanda, gerada pelo aumento na renda. Além disso, as tarifas baratas, muito subsidiadas, desestimulam a economia.</p> <p>SD365 - Subir tarifas, porém, é tema delicado no país. Aos políticos venezuelanos, chavistas e de oposição, logo vêm à memória as imagens do Caracazo, um megaprotesto contra a alta da gasolina tentada em 1989 pelo governo. Após uma dura repressão que deixou centenas de mortos, o país entrou numa espiral de instabilidade que culminou na tentativa de golpe de Estado liderada por Chávez em 1992 e no afastamento do presidente Carlos Andrés Pérez, no ano seguinte. Agora, Maduro vive esse dilema: adotar um impopular aumento de tarifa ou manter o ineficiente sistema, que mina o apoio ao governo.</p>
10, 11 e 12 de maio	B6	T107	Crescimento.	<p>SD366 - A Companhia de Gás de São Paulo (Comgás) traçou planos ambiciosos para expandir seus negócios no mercado de gás canalizado nos próximos anos.</p> <p>SD367 - “Vamos fazer um investimento recorde este ano, de</p>

				<p>R\$ 870 milhões, e planejamos aportes que devem atingir até R\$ 3,2 bilhões para o novo ciclo 2014-2019”, afirmou ao Valor Luiz Henrique Guimarães, diretor-superintendente da empresa.</p> <p>SD368 - Guimarães, egresso da Raízen, joint venture de produção de etanol, açúcar e combustíveis entre Cosan e Shell, foi o homem destacado pelos novos controladores para dar maior velocidade aos planos de crescimento do grupo.</p> <p>SD369 - Apesar do forte potencial de expansão residencial, a companhia planeja expandir seus tentáculos nos segmentos comercial e de gás natural veicular (GNV), que depende da expansão da rede de postos.</p> <p>SD370 - A velocidade de expansão da companhia projetada para os próximos anos já tem embutido o DNA da Cosan, que se tornou um grande player no setor de infraestrutura. “Não mudou muita coisa desde que assumimos o controle. Estamos analisando oportunidades para expandirmos os nossos serviços”, disse.</p>
10, 11 e 12 de maio	B8	T108	Crescimento.	<p>SD371 - A OGX divulgou ontem uma despesa de R\$ 1,19 bilhão provocada por baixa de poços secos ou subcomerciais nas bacias de Campos e Santos, o que resultou em prejuízo operacional de R\$ 1,18 bilhão.</p> <p>SD372 - A empresa desistiu das áreas de Cozumel e Cancun, na Bacia de Campos “após não identificar presença significativa de hidrocarbonetos” e também das áreas Tambora e Tupungato, na mesma bacia. Em dezembro a OGX informou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que esperava volumes recuperáveis totais entre 209 milhões e 270 milhões de barris de óleo equivalente (BOE) para Cozumel e de 184 milhões a 294 milhões de BOE para Cancun.</p>
13 de maio	B1	T109	Crescimento.	<p>SD373 - Conhecido no Brasil pela marca Amanco, o grupo petroquímico Mexichem, do México, prepara-se para ampliar sua presença no país.</p> <p>SD374 - Capitalizada, a petroquímica mexicana vai crescer este ano por meio de aquisições, afirmou Carrillo. Em setembro, a companhia fez captação de US\$ 1,15 bilhão por meio de emissão de títulos de dívida e, em outubro, captou mais US\$ 1,2 bilhão por meio de emissão de ações na bolsa “Estamos com o caixa cheio”, disse.</p> <p>SD375 - A disputa pelos ativos da Solvay Indupa, estimados entre US\$ 600 milhões e US\$ 800 milhões por especialistas do setor, promete ser acirrada. É que a petroquímica Braskem também está no páreo. Para a Braskem, a compra dessas unidades representa a expansão do grupo nesse setor.</p> <p>SD376 - Nos últimos anos, o grupo mexicano adotou um forte movimento de aquisições, sobretudo após a crise financeira global, quando começou a comprar ativos não</p>

				<p>estratégicos de outras companhias.</p> <p>SD377 - Neste contexto, os EUA tornaram-se importante alvo por causa do “shale gas”, insumo de custo mais competitivo. Por isso, em março, o grupo anunciou a compra da Polyon e por US\$ 250 milhões, reforçando sua posição na área de resinas especiais de PVC.</p>
13 de maio	B7	T110	Crescimento.	<p>SD378 - A disputa pela aquisição do grupo Rede Energia, cujas distribuidoras estão sob intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) desde setembro de 2012, já chegou aos corredores de Brasília. Mas, apesar das articulações dos concorrentes, a CPFL prevê concluir até julho a compra das oito distribuidoras de energia, que está sendo feita em conjunto com a Equatorial.</p>
13 de maio	B9	T111	Crescimento.	<p>SD379 - Na última rodada, realizada em 2008, só foram oferecidas áreas em terra. Agora, com a oferta de blocos gigantes da margem equatorial, empresas de grande porte voltaram a aparecer de olho em oportunidades no Brasil.</p> <p>SD380 - Se todos os blocos oferecidos nas 11 bacias sedimentares forem vendidos pelo preço mínimo, a arrecadação seria de R\$ 627 milhões, sem contar os R\$ 3 bilhões de investimentos estimados para o cumprimento do programa exploratório mínimo exigido pela agência. Desde 1999, quando foi realizado o primeiro leilão após a quebra do monopólio da Petrobras, a maior arrecadação da ANP foi em 2007, quando o governo obteve R\$ 2,1 bilhões (equivalentes a US\$ 1,13 bilhão) com a 9a Rodada, em 2007, a última com oferta de blocos offshore.</p>
14 de maio	B6	T112	Crescimento.	<p>SD381 - Para especialistas, as empresas, principalmente a Eletrobras (a mais afetada pela lei), ainda estão analisando os efeitos da medida, aceitando menos riscos e exigindo taxas de rentabilidade mais adequadas à nova realidade.</p> <p>SD382 - O sócio-diretor da consultoria Tempo Giusto e ex-presidente da AES Brasil, Eduardo Bernini, chamou a atenção para outro fator de desestímulo: a baixa taxa de retorno nominal para o setor de transmissão, da ordem de 5%, o que representa um prêmio muito pequeno em relação a investimentos mais conservadores, como os títulos do Tesouro.</p> <p>SD383 - A baixa taxa de retorno pode explicar a ausência no leilão de empresas que não sofreram impactos da Lei 12.783, como a gigante chinesa State Grid.</p>
15 de maio		T113	Crescimento.	<p>SD384 - As reivindicações feitas pelas empreiteiras se baseiam, basicamente, nos custos extras que passaram a ter por conta da onda de paralisações enfrentada em quase dois anos de obra (<i>ver reportagem ao lado</i>), além das concessões sobre benefícios e salários feitas pelo CCBM em acordos</p>

				<p>trabalhistas. Ao todo, Belo Monte soma 90 dias de paralisações. As estimativas apontam que, para cada dia parado na usina, o custo adicional é de aproximadamente R\$ 10 milhões para os construtores.</p> <p>SD385 - Às avessas, Belo Monte repete a história vivida na construção da hidrelétrica de Jirau, que está sendo erguida no rio Madeira, em Porto Velho (RO). Neste caso, porém, as negociações financeiras entre a construtora Camargo Corrêa e o consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR) foram parar na Justiça, por conta dos desentendimentos sobre quem, afinal, deveria bancar os prejuízos causados pelos atos de vandalismo que, por mais de uma vez, colocaram abaixo os alojamentos da usina.</p> <p>SD386 - Com 11,2 mil megawatts (MW) de capacidade instalada e valor total estimado em R\$ 28,9 bilhões, Belo Monte é responsável por 33% da expansão de capacidade de energia planejada para o país entre 2015 e 2019. A primeira das 24 turbinas da usina está prevista para iniciar operação em fevereiro de 2015 e a última, em janeiro de 2019.</p>
15 de maio	B7	T114	Crescimento.	<p>SD387 - O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) perguntou se ela, como presidente da Petrobras, compraria a refinaria Passadena, no Texas (EUA). Graça disse que “avaliando com os dados de hoje, talvez não tenha sido a melhor opção (a compra)”. A aquisição ocorreu em 2005, ainda sob a gestão do ex-presidente José Sergio Gabrieli. “Aquele momento era completamente diferente, não existia o pré-sal, o país tinha a expectativa de crescimento do consumo interno e era preciso ter refinarias também lá fora para atender esse consumo”, explicou.</p> <p>SD388 - Segundo a ela, o consumo de diesel aumentará em 5% e de gasolina 3,2% este ano. “Vamos produzir mais, importar menos e nosso resultado neste ano será melhor”, acrescentou.</p> <p>SD389 - Na apresentação aos senadores, Graça disse que, embora a companhia tenha registrado queda de produção, registrou alta nos investimentos do primeiro trimestre, que aumentaram de R\$ 18 bilhões para R\$ 19,8 bilhões entre 2012 e 2013. De acordo com Graça, sete plataformas de produção serão colocadas em operação em 2013, que responderão pelo acréscimo de capacidade de produção de 820 mil barris de petróleo/dia. Ela ressaltou que há boa expectativa quanto ao plano de investimento.</p>
15 de maio	B8	T115	Crescimento.	<p>SD390 - A arrecadação, que será depositada até o dia 6 de agosto, é recorde: R\$ 2,82 bilhões em bônus de concessão, mais de R\$ 700 milhões acima dos R\$ 2,1 bilhões obtidos em novembro de 2007, na 9a Rodada. Foi também batido o recorde de bônus por um só bloco, sendo oferecido R\$ 345,9 milhões para o FZA-M-57, bloco na Foz do Amazonas, arrematado pelo consórcio formado pela francesa Total , a</p>

				<p>brasileira Petrobras e a britânica BP.</p> <p>SD391 - “Isso é espantoso, muito bacana e grandioso”, comemorou a diretora-geral da ANP, Magda Chambriard. Ela mostrou-se particularmente satisfeita com o apetite das empresas pelas áreas terrestres promissoras em gás dos Estados do Maranhão, Piauí, Paraíba e Bahia. No seu entendimento, esse apetite abre perspectivas de sucesso para os leilões da 12a Rodada, prevista para outubro, cujo foco será a produção de gás natural, inclusive o promissor gás de xisto, atual vedete do mercado internacional de hidrocarbonetos.</p> <p>SD392 - O presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), João Carlos De Luca, afirmou que a participação da OGX já era esperada por ele. “Toda empresa precisa abrir frentes exploratórias, precisa ter portfólio, gerar novas oportunidades”, disse De Luca.</p>
15 de maio	B9	T116	Crescimento.	<p>SD393 - Entre as empresas brasileiras que participaram do leilão, a Petra Energia se firmou como a maior operadora brasileira de áreas em terra entre as companhias privadas. Agora a presença dela se estende pelos Estados da Bahia, Maranhão e Piauí.</p>
16 de maio	B6	T117	Crescimento.	<p>SD394 - A Ultrapar, conglomerado que reúne empresas nos setores de distribuição de combustíveis (Ipiranga), gás GLP (Ultragaz), químico (Oxiten), e de armazenagem para granéis líquidos (Ultracargo), encerrou o primeiro trimestre com lucro líquido de R\$ 247 milhões, alta de 29% sobre o mesmo período do ano passado.</p> <p>SD395 - O bom desempenho da companhia reflete os resultados da distribuidora de combustível Ipiranga, o principal negócio do grupo. O volume de vendas de combustíveis cresceu 2% no primeiro trimestre, ou 6% em bases comparáveis de dias úteis, em função da continuidade do crescimento da frota de veículos leves e dos investimentos realizados para expansão da rede.</p>
16 de maio	B9	T118	Crescimento.	<p>SD396 - Mesmo tendo mostrado certa inapetência para manter sua habitual postura de liderar consórcios nas licitações para explorar petróleo no Brasil, a Petrobras foi, com sobras, a líder dos leilões da 11a Rodada de licitações da Agência Nacional do Petróleo (ANP) realizada na terça-feira. A estatal investiu sozinha R\$ 537,9 milhões na aquisição, total ou parcial, de direitos exploratórios em 34 blocos, 30% a mais em valor do que os R\$ 415,5 milhões aplicados pela segunda colocada, a britânica BG Energy.</p>
17, 18 e 19 de maio	A4	T119	Crescimento. Meio ambiente: economia ecológica.	<p>SD397 - As condições objetivas, incluindo tecnologia, infraestrutura de transporte, mercado consumidor e impactos ambientais, para a exploração e consumo de gás de xisto, ou gás não convencional no Brasil, recomendam</p>

				<p>cautela aos mais eufóricos com a nova fonte que vem transformando o mercado norte-americano de energéticos nos últimos anos, dizem os especialistas.</p> <p>SD398 - No Brasil é necessário investir em tecnologias, pesquisa e desenvolvimento, dadas as peculiaridades das bacias sedimentares domésticas e a carência de estudos sísmicos. Eles recomendam também a necessidade de saber da disponibilidade no mercado dos equipamentos específicos para a exploração e produção de gás de xisto. E sugerem também que regras, como a de conteúdo nacional, podem ser diferentes nas licitações para áreas de gás não convencional. O BNDES também recomenda que o país desenvolva polos industriais nas proximidades das reservas para que o aproveitamento do gás estimule investimentos em gasodutos.</p> <p>SD399 - O gás de xisto foi inicialmente saudado pelos ambientalistas americanos como uma alternativa de energia limpa ao carvão, usado para geração elétrica. Hoje se debate nos Estados Unidos e no mundo os problemas ambientais decorrente da sua produção —risco de contaminação do lençol freático por produtos químicos, o uso intensivo de água e até a ocorrência de pequenos abalos sísmicos nas áreas exploradas. A França proibiu a tecnologia do fracionamento hidráulico.</p>
17, 18 e 19 de maio	B11	T120	Crescimento.	<p>SD400 - A Energisa, grupo controlado pela família Botelho, não pretende desistir tão cedo de comprar as distribuidoras de energia do empresário paulista Jorge Queiroz, herdeiro do grupo Rede. Mas não será fácil derrotar a Equatorial e CPFL, que já assinaram um compromisso de compra dos ativos em dezembro.</p>
21 de maio	A5	T121	Crescimento.	<p>SD401 – O governo poderá desligar mais usinas térmicas em junho, se a situação dos reservatórios hidrelétricos do país estiver favorável. A decisão será avaliada na próxima reunião do Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico (CMSE), no dia 5 de junho.</p> <p>SD402 - No início do mês, o ONS desligou quatro termelétricas a óleo diesel. Segundo Chipp, o desligamento das usinas resultou numa queda de 2,8% do nível de armazenamento dos reservatórios das hidrelétricas do Nordeste, mas também proporcionou uma economia mensal da ordem de R\$ 260 milhões com custo de geração.</p>
21 de maio	B11	T122	Crescimento.	<p>SD403 - Segundo técnicos acostumados com os termos do setor, o resultado é inconclusivo, apesar de uma fonte ter considerado “auspicioso” encontrar óleo, mesmo não comercial, em uma região que só tem descobertas de gás. Para alguns com visão mais pessimista, o resultado significa uma perigosa continuação da “queima” do caixa da HRT sem resultados concretos.</p>

22 de maio	B13	T123	Crescimento.	SD404 - A receita líquida está projetada para crescer 23%, para R\$ 4,187 bilhões. Na divulgação dos resultados, marcada para o dia 11 de junho, a empresa deve informar ainda uma moagem de 33 milhões de toneladas de cana-deaçúcar no ciclo 2012/13, 20% acima dos 27,5 milhões de toneladas do ciclo anterior e equivalente a 73,7% da capacidade instalada.
22 de maio	B9	T124	Crescimento.	SD405 - Com uma coluna de 471 metros de petróleo, no polo do pré-sal em torno de Tupi, a aquisição pode ter elevado em muito o valor da QGEP. SD406 - Em outubro a QGEP começa a perfurar o primeiro poço horizontal no campo de Atlanta. Ali será instalado um sistema antecipado de produção com dois poços. A expectativa é que cada poço produza entre 10 e 12 mil barris de petróleo por dia com a extração ajudada por bombas. Assim que o primeiro poço terminar, o segundo será perfurado. No primeiro semestre de 2014 a companhia prefere perfurar um prospecto no pré-sal do BS-4, chamado Piapara, próximo das descobertas de Libra e Franco, só para citar alguns da região que hoje faz parte da zona de exclusão do pré-sal. Como foi vendido antes da mudança de regime, os sócios do BS-4 podem perfurar qualquer profundidade na área, sem conteúdo local mínimo. SD407 - Neste ano, a QGEP vai investir US\$ 192 milhões. Do total, US\$ 145 milhões serão gastos com exploração e produção, e US\$ 47 milhões com o pagamento de bônus pelos blocos adquiridos da ANP. A empresa é a maior produtora privada de gás do Brasil — tem 45% e opera o campo de Manati, que produz 6,6 milhões de metros cúbicos ao dia de gás. Em 2014, o investimento aumenta para US\$ 335 milhões, sendo US\$ 257 milhões para exploração e US\$ 78 milhões para produção.
23 de maio	B7	T125	Crescimento.	SD408 - Durante a sessão, que durou mais de cinco horas, Graça Foster falou sobre os principais desafios enfrentados pela companhia, como atrasos nas refinarias do país. Questionada sobre a situação da refinaria Abreu e Lima, em construção em Pernambuco, ela disse que a obra será concluída, com ou sem a participação da estatal venezuelana PDVSA. SD409 - Segundo a Petrobras, o projeto, atrasado em três anos, já tem 75% de execução entregue. No ano passado, Graça reconheceu que a companhia cometeu erros na execução das obras da refinaria. Entre os erros cometidos, ela comentou a identificação de problemas nos estudos de viabilidade econômica do empreendimento. SD410 - A presidente da Petrobras disse que a companhia já iniciou conversas com outras empresas para participar do leilão de gás de xisto, previsto para ocorrer no fim deste ano. Graça não citou nomes e disse que as conversas ainda são preliminares. “Estamos trabalhando forte em cima do gás de

				terra, convencional ou não convencional, há mais de três anos. Acreditamos que devemos ter resultados positivos. É que temos dito, é preciso ser comercial. ”
27 de maio	B6	T126	Crescimento.	SD411 - Também em comunicado ao mercado, a estatal informou que as propostas apresentadas foram avaliadas, mas nenhuma agradou. A estatal disse, no entanto, que o fracasso das primeiras negociações não afeta seu plano de desinvestimentos.
27 de maio	B8	T127	Crescimento.	SD412 - Um levantamento feito com dados de 25 distribuidoras de energia que já passaram pelo terceiro ciclo de revisões tarifárias da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) indica que essas empresas terão uma perda anual de remuneração somada de R\$ 512 milhões. O valor foi calculado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), para quem o potencial de perdas pode ser ainda maior, já que o setor reúne 64 distribuidoras. SD413 - As perdas se devem principalmente à revisão para baixo da base de remuneração de ativos das concessionárias, feita pela agência reguladora. A base de remuneração consiste nos investimentos requeridos pela empresa para prestar o serviço de distribuição. Cabe à Aneel decidir quais investimentos foram prudentes e passíveis de serem repassados para o consumidor por meio da tarifa.
28 de maio	B9	T128	Crescimento.	SD414 - As restrições feitas pelo governo federal para os novos parques eólicos são “positivas” e tornam o setor “mais confiável” para os investidores , como os fundos de private equity, afirmam os analistas do Boston Consulting Group (BCG), Pedro Fragoso e o Miguel Pita . Mas as mudanças regulatórias provavelmente farão com que a energia gerada a partir do vento, que se transformou em uma das fontes mais competitivas no país, fique mais cara daqui para frente. SD415 - Outro ponto crítico, segundo os analistas do BCG, é a falta de confiabilidade nas estatísticas apresentadas pelos empreendedores, o que afeta a percepção de risco por parte dos investidores. O governo dobrou as exigências. Agora, os parques eólicos precisam garantir 90% da energia esperada (P90), enquanto esse percentual era antes de 45% (P45). Isso obrigará os empreendedores a instalarem mais aerogeradores para o mesmo volume de energia, elevando os custos, diz Elbia.
29 e 30 de maio	B1	T129	Crescimento.	SD416 - A Chesf espera obter uma redução de custos da ordem de R\$ 200 milhões com o plano de incentivo ao desligamento. Segundo o presidente da empresa, João Bosco de Almeida, esse valor deve ser alcançado até 2014. “Não temos meta de número de funcionários porque o plano é voluntário. Mas estimamos uma meta preliminar de redução de

				<p>custos com pessoal de R\$ 200 milhões, entre salários e benefícios”, informou o executivo.</p> <p>SD417 - O PID já é uma resposta à nova configuração do setor elétrico após a edição da polêmica MP 579, no ano passado. Com perdas bilionárias de receitas de geração e transmissão causadas pela renovação onerosa das concessões forçada pelo Governo.</p>
31 de maio, 21 e 2 de junho	B5	T130	Crescimento.	<p>SD418 - Enquanto investidores americanos se desfaziam às pressas de papéis da Cemig, assustados com as incertezas provocadas pelas mudanças no setor no Brasil no fim do ano passado, os gestores do Reaves Asset Management, de Nova Jersey, decidiram apostar na empresa. No início deste ano, investiram cerca de US\$ 10 milhões em ações da companhia mineira de energia elétrica.</p> <p>SD419 - Em setembro, na primeira semana após o anúncio pelo governo federal de que iria mudar as regras do setor por meio da medida provisória 579, a Cemig perdeu entre 5% a 10% dos investidores, principalmente dos EUA, lembra o presidente da empresa, Djalma Bastos de Moraes. A Cemig tem ações listadas nas bolsas de São Paulo, Nova York e Madri. Em termos de valor de mercado, a empresa perdeu quase R\$ 10 bilhões nos meses que se seguiram ao anúncio das mudanças, diz Moraes.</p>